



RELATÓRIO E CONTAS 2019

ÍNDICE

MENSAGEM DO PRESIDENTE.....	3
VALORES CARACTERÍSTICOS.....	6
ENQUADRAMENTO MACRO ECONÓMICO E SECTORIAL	7
FACTOS RELEVANTES.....	11
DESEMPENHO	13
Exploração de Centrais Geotérmicas.....	17
Central Geotérmica do Pico Vermelho.....	17
Central Geotérmica da Ribeira Grande	19
Central Geotérmica do Pico Alto.....	21
Exploração de Recursos Geotérmicos	24
Exploração de Parques Eólicos.....	28
Exploração de Centrais Hidroelétricas	31
Outras Atividades	33
INVESTIMENTO.....	34
DOMÍNIO SOCIAL.....	39
DOMÍNIO AMBIENTAL	45
EVOLUÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA.....	51
PERSPETIVAS.....	61
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	63
INFORMAÇÕES SOBRE A SOCIEDADE E ÓRGÃOS SOCIAIS.....	64
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	72
Balanço	73
Demonstração dos resultados por naturezas.....	74
Demonstração das alterações no capital próprio	75
Demonstração dos fluxos de caixa	76
Anexo às demonstrações financeiras.....	78
APRECIAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DE CONTAS.....	128
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	129
CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS.....	132
RELATÓRIO DE AUDITORIA	136

cu.
AK
DS
PA
SA

MENSAGEM DO PRESIDENTE

A EDA RENOVAVEIS apresentou, em 2019 um resultado positivo de 9 390 mil Euros, verificando-se um decréscimo de 7%, face ao ano anterior. O volume de negócios foi de 28 026 mil Euros.

Em 2019, a produção de energia elétrica da EDA Renováveis foi 278,6 GWh, verificando-se um decréscimo de 3,7%, relativamente ao ano anterior. A produção de origem geotérmica foi de 191,5 GWh, inferior em 6,2% à produção alcançada em 2018. A Produção de origem eólica foi de 57,4 GWh, -2,2% do que a verificada no ano anterior. A produção hídrica atingiu os 29,6 GWh, + 11,8%, face ao valor registado em 2018.

A exploração dos recursos geotérmicos, na ilha de São Miguel, em 2019, foi particularmente afetada pela avaria na turbina 1 da Central Geotérmica do Pico Vermelho, condicionando a operação do grupo, durante os meses de outubro e novembro e também pela paragem de cinco dias da central da Ribeira Grande, por motivos alheios à EDA Renováveis, relacionados com trabalhos numa linha de 60KV. Estas duas situações determinaram o decréscimo da produção de energia elétrica a partir desta fonte, o que, atendendo à sua relevância, provocou um efeito negativo no resultado de exploração. Ao nível da produção geotérmica importa ainda realçar que a Central Geotérmica do Pico Alto, na ilha Terceira, que entrou ao serviço em setembro de 2017, atingiu os 24,2 GWh, mais 3 GWh do que o valor previsto para este ano, o que apraz registar, dada as dificuldades específicas desse campo geotérmico.

A produção de energia de origem eólica registou um decréscimo de 2,2%, face ao valor registado no ano anterior, em resultado de uma menor disponibilidade do recurso e da indisponibilidade do aerogerador número dois do parque eólico da Serra do Cume, na ilha Terceira, entre os meses de março e agosto, bem como da baixa disponibilidade do aerogerador número dois, do parque eólico da Boca da Vereda, na ilha das Flores, que sofreu um conjunto de ocorrências após a substituição do alternador.

A exploração de recursos hídricos decorreu com normalidade, registou um acréscimo de 11,7%, face ao valor registado no ano de 2018, resultante de um ano hidrológico favorável.

PL
FR
ST
M.
S

Ao nível do investimento na exploração dos recursos geotérmicos, no ano de 2019, foram desenvolvidos os trabalhos preparatórios para o desenvolvimento do importante programa de investimentos, previsto para o período 2020-2024, no valor de 68,5 milhões de Euros. Este plano contempla uma campanha de perfuração, com execução de nove poços geotérmicos de produção, seis na ilha de São Miguel e três na ilha Terceira, para reforço da captação de fluido geotérmico e saturação de potência instalada. Assim, prevê-se a execução dos poços CL8, CL9 e CL10, no sector Cachaço Lombadas, na Ribeira Grande e dos poços PV12, PV13 e PV14, no sector do Pico Vermelho, Ribeira Grande, em São Miguel e dos poços PA5, PA6 e PA7, no Pico Alto, na ilha Terceira. Concomitantemente decorrerão os trabalhos para a expansão da capacidade de geração da Central Geotérmica do Pico Vermelho, passando dos atuais 10 MW para 15 MW e também para a saturação e expansão da capacidade de geração da Central do Pico Alto, passando dos atuais 3,5 MW para 10 MW. A pandemia do COVID-19, irá provocar a necessidade de ajustamento no complexo cronograma de trabalhos o que está a ser devidamente monitorizado e executado.

Realça-se ainda a entrada em exploração das centrais hídricas de Nasce Água, S. João de Deus e Cidade, na ilha Terceira, no início do ano, após a conclusão da empreitada de substituição das condutas forçadas, o que permitiu retomar a produção hidroelétrica naquela ilha, contribuindo, também, para o acréscimo verificado da produção hidroelétrica, face ao ano de 2018.

O ano de 2020, será inevitavelmente marcado pela pandemia do COVID 19, a EDA Renováveis, verá a sua atividade de investimento condicionada por esta crise, mas tudo fará para assegurar a continuidade nas melhores condições, mantendo o enfoque na maximização da produção de eletricidade de fonte renovável, nos diversos sistemas elétricos onde opera.

A concretização dos objetivos estabelecidos para 2019 contou com a colaboração da EDA, S.A., enquanto acionista maioritária da empresa, aqui se registando o nosso agradecimento.

Para finalizar queremos reafirmar o nosso justo apreço a todos os trabalhadores da EDA RENOVAVEIS, pela dedicação demonstrada e empenho colocado na realização do seu trabalho, que se traduz no alcance das metas de produção, que se pretendem cada vez mais

cu
fr
DST
A.
de

ambiciosas, e nos resultados da empresa aqui demonstrados, com um benefício que se transmite em particular ao Grupo EDA e à Região, proporcionando uma produção de energia elétrica de origem renovável e endógena.

CH
JPC
DST
CF
d

VALORES CARACTERÍSTICOS

	2015	2016	2017	2018	2019
PRODUÇÃO ENERGIA ELÉCTRICA (GWh)	268	248	277	289	279
Geotérmica	182	152	193	204	192
Hídrica	24	31	29	27	30
Eólica	62	65	55	59	57
EQUIPAMENTO (nº)					
Centrais Geotérmicas	2	2	3	3	3
Centrais Hídricas	12	12	12	12	12
Parques Eólicos	7	7	7	7	7
POTÊNCIA INSTALADA (MW)	60	60	63	63	63
Centrais Geotérmicas	23	23	27	27	27
Centrais Hídricas	8	8	8	8	8
Parques Eólicos	29	29	29	29	29
INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS (mil Euros)					
Volume de Negócios	25 813	24 109	27 299	28 977	28 026
Resultado Operacional - EBIT	8 682	7 984	6 487	12 924	12 066
EBITDA	20 112	17 937	20 748	20 833	19 849
VAB	20 146	19 237	20 632	21 509	20 777
Resultado por ação (Euro)	1,37	1,30	1,83	2,12	1,97
Capital Próprio	96 071	97 125	100 709	105 179	108 630
Ativo Líquido	123 765	122 206	123 224	125 142	126 264
Investimento (ano)	3 296	12 322	3 529	2 996	2 887
Nº DE TRABALHADORES	38	49	53	54	60

CM
 JAC
 JST
 J.
 de

ENQUADRAMENTO MACRO ECONÓMICO E SECTORIAL

As projeções para a economia portuguesa, previstas no Boletim Económico, de dezembro de 2019, publicado pelo Banco de Portugal, apontavam para uma trajetória de desaceleração da atividade económica ao longo do horizonte de projeção, fundamentada num enquadramento externo da economia portuguesa em 2019 menos favorável e numa recuperação modesta do ritmo de crescimento do PIB e do comércio mundiais, passando-se de um crescimento de 2,4% em 2018, para um crescimento estimado de 2,0%, para 2019 e para uma previsão de crescimento 1,7 % em 2020 e 1,6%, nos anos de 2021 e 2022.

No entanto, face à crise de saúde pública, provocado pela pandemia do COVID 19, o Banco de Portugal, no Boletim Económico de março de 2020, veio atualizar as perspetivas para a economia portuguesa que, de dezembro à data, se deterioraram de forma abrupta e significativa, optando por apresentar um novo exercício de projeção, assente em dois cenários face à complexidade, no contexto atual de enorme incerteza, apresentar uma projeção que possa corresponder ao “cenário mais provável”. Faz-se notar que, desde logo, o Banco de Portugal aponta para a possibilidade de cenários mais adversos. Assim, temos um cenário base que determina um decréscimo do PIB para a economia portuguesa, em 2020, de -3,7%, com início de recuperação nos anos seguintes, e um cenário adverso, com um decréscimo no PIB de 5,7% em 2020, seguido de uma recuperação nos anos 2021 e 2022, cujos dados se apresentam resumidamente no quadro seguinte:

Projeção para Economia Portuguesa, Banco de Portugal

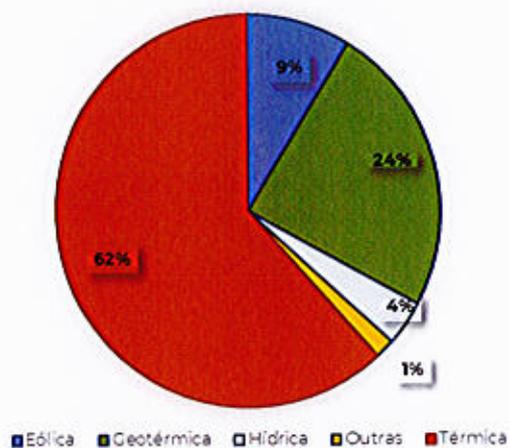
Projeções 2019-2022 Taxa de variação anual em %	2018 % do PIB	Dados Boletim Económico, dezembro de 2019				Dados Boletim Económico, março de 2020						
						Cenário Base			Cenário Adverso			
		2019	2020	2021	2022	2019	2020	2021	2022	2020	2021	2022
PIB	2,4 100	2,0	1,7	1,6	1,6	2,2	-3,7	0,7	3,1	-5,7	1,4	3,4
Consumo Privado	3,1 65	2,3	2,1	1,9	1,7	2,3	-2,8	1,4	2,9	-4,8	1,8	3,7
Consumo Público	0,9 17	0,5	0,8	0,8	0,8	0,8	2,1	-1,3	1,0	3,0	-2,0	1,1
Formação Bruta de Capital Fixo	5,8 18	7,3	5,4	4,8	4,3	6,4	-10,8	2,9	7,9	-14,9	3,4	9,3
Procura Interna	3,3 100	3,1	2,6	2,2	2,0	2,8	-3,6	1,2	3,4	-5,5	1,4	4,2
Exportações	3,8 44	2,8	2,6	2,8	3,0	3,7	-12,1	4,2	5,5	-19,1	7,4	5,6
Importações	5,8 43	5,4	4,6	4,2	3,9	5,2	-1,2	6	6,2	-1,9	8	7
Emprego	2,3	1	0,8	0,4	0,1	0,8	-3,5	0,7	1,8	-5,2	1,2	2,8
Taxa de Desemprego	7,0	6,3	5,9	5,6	5,6	6,5	10,1	9,5	8,0	11,7	10,7	8,3
Balança corrente e de capital (% PIB)	1,4	0,4	0,7	0,9	0,0	0,9	2,0	2,4	1,3	2,0	2,9	1,4
Balança de bens e serviços (% PIB)	0,8	-0,6	-1,2	-1,7	-2,1	0,4	1,0	0,6	0,2	1,0	1,0	0,3
Índice harmonizado de preços no consumidor	1,2	0,3	0,9	1,2	1,4	0,3	0,2	0,7	1,1	-0,1	0,5	0,7

A enorme incerteza e os efeitos decorrentes na economia sugerem o início de um época muito complexa e de mudança acelerada, o que obrigará certamente a uma avaliação dos impactos na atividade e nos projetos das empresas o que, embora não se perdendo de vista o horizonte e os objetivos traçados, obriga necessariamente à implementação de ajustamentos nas organizações.

Em 2019, a procura de Energia Elétrica nos Açores, registou um ligeiro decréscimo, face ao valor registado em 2018. Na ilha de São Miguel, que concentra cerca de 56% da procura, verificou-se um acréscimo de 1%.

Procura de Energia Elétrica, 2019 (MWh)
(Emissão para rede)

	2019	2018	Var. 2019/2018	
Sta. Maria	20 328	20 646	-318	-2%
São Miguel	440 424	436 862	3 562	1%
Terceira	187 556	190 763	-3 207	-2%
Graciosa	13 444	13 440	4	0%
São Jorge	28 575	28 902	-327	-1%
Pico	44 834	44 872	-37	0%
Faial	45 574	46 316	-741	-2%
Flores	11 080	11 385	-304	-3%
Corvo	1 632	1 563	69	4%
Total	793 446	794 747	-1 301	0%



A cada uma das ilhas do arquipélago dos Açores, corresponde um sistema elétrico autónomo, sem qualquer ligação externa. Esta circunstância, associada à dimensão de cada sistema elétrico, obriga a uma gestão, pela concessionária da rede de transporte e distribuição, condicionada pela primazia do regular abastecimento de energia elétrica em cada ilha, de acordo com os parâmetros de qualidade de serviço a que a está obrigada, privilegiando a integração de energia elétrica de origem renovável.

Handwritten notes in blue ink:
 EU
 for
 2019
 2018
 2

Produção de Energia Eléctrica, 2019 (MWh)

	SMA	SMG	TER	GRA	SJG	PIC	FAI	FLO	COR	Total
Renovável e Recursos Endógenos	3 013	207 597	67 712	3 620	3 379	5 821	6 761	6 086	0	303 990
Eólica	2 999	15 951	30 980	3 274	3 334	5 816	6 755	660		69 768
Geotérmica		167 293	24 225							191 518
Hídrica		23 591	617					5 425		29 632
Outras	14	763	11 891	347	45	5	5	2		13 071
Térmica	17 315	232 826	119 844	9 823	25 196	39 013	38 813	4 994	1 632	489 456
Total	20 328	440 424	187 556	13 444	28 575	44 834	45 574	11 080	1 632	793 446
Renováveis e Rec. End./ Total	15%	47%	36%	27%	12%	13%	15%	55%	0%	38%

CU
 JZ
 DST
 AF.
 S

A EDA Renováveis tem por objeto social o aproveitamento de recursos renováveis, designadamente de recursos hídricos, eólicos, geotérmicos, solares, resíduos e outros para a produção de eletricidade ou outros fins. Possui atualmente 3 Centrais Geotérmicas, Pico Vermelho e Ribeira Grande, em São Miguel e Pico Alto, na Ilha Terceira, 7 parques eólicos instalados nas ilhas de Santa Maria, São Miguel, Terceira, São Jorge, Pico, Faial e Flores e 12 centrais mini-hídricas, instaladas nas ilhas de São Miguel, Terceira, Faial e Flores. Do total de eletricidade produzida com origem em fonte renovável ou de recursos endógenos, na Região Autónoma dos Açores, 91,6%, foi emitida pela empresa.

A empresa detém a concessão exclusiva da exploração dos recursos geotérmicos situados no concelho da Ribeira Grande, por um período de 25 anos, contados a partir de 14 de julho de 1995, passível de prorrogação, bem como a concessão exclusiva da exploração dos recursos geotérmicos situados na zona no Pico Alto, na ilha Terceira, também por um período de 25 anos contados a partir de 7 de agosto de 2017.

A exploração destes recursos é feita mediante a atribuição de licença de produção de energia elétrica não vinculada ao serviço público, conforme previsto no Art.º 11º, do Decreto Legislativo Regional nº 15/96/A, de 1 de agosto. A licença é sujeita à condição de atribuição de licença prévia de estabelecimento, que é atribuída após consulta ao concessionário do transporte e distribuição para determinação dos pontos de interligação e da tensão nominal nesses pontos.

A EDA Renováveis, enquanto produtora de energia elétrica a partir de fontes renováveis, tem

de acordo com o Art.º 12º, do decreto legislativo acima referido, garantia de venda sobre toda a eletricidade que produz, direito esse vertido no contrato de compra e venda de energia elétrica com a entidade concessionária do transporte e distribuição de eletricidade na Região Autónoma dos Açores, EDA - Electricidade dos Açores, S. A.. A eletricidade produzida é vendida aos preços estabelecidos no contrato, em 2019, o preço praticado para toda a energia foi de 100,60 euros/MWh.

A concessionária gere a suspensão temporária da atividade das instalações de produção, em função da procura de energia elétrica e das cláusulas contratuais de fornecimento de energia, conforme princípios estabelecidos no Decreto Legislativo Regional n.º 15/96/A, de 1 de agosto, que determina a exploração otimizada dos recursos renováveis ligados à rede, assentando no princípio da maximização da injeção na rede de produção de energia elétrica com origem renovável, dando prioridade à colocação no diagrama de carga da potência dos centros produtores renováveis, com data de entrada em exploração mais antiga e que permita maior integração da componente renovável.

cu
AC
Dist
A.
de

FACTOS RELEVANTES

A par da atividade de base de exploração dos centros produtores da EDA Renováveis, o ano de 2019, foi o ano em que se deu início aos processos de contratação dos serviços e dos materiais necessários à campanha de perfuração dos nove poços geotérmicos nas ilhas de São Miguel e Terceira. Assinala-se também, ao nível do investimento, o início da construção dos parques fotovoltaicos nas ilhas de Santa Maria e Corvo que marcam o início da exploração de parques fotovoltaicos pela EDA Renováveis e permitirão aumentar a penetração de energia renovável. Destacam-se:

- Celebração de contratos para a impermeabilização das coberturas e para as pinturas interiores e exteriores das centrais hídricas da ilha Terceira;
- Celebração de contrato com a TIX-IKS Corporation, para o fornecimento de equipamento para a cabeça dos poços geotérmicos, a executar nos campos geotérmicos da Ribeira Grande e Pico Alto, no valor de 948. mil Euros;
- Celebração de contrato com a JB - Fornecimentos Industriais, Lda. e com a VERANO RESOURCES GmbH, nos valores de 1 831 mil Euros e 191 mil Euros, respetivamente, para o fornecimento de revestimento em aço para a execução de poços geotérmicos, nos campos geotérmicos da Ribeira Grande e Pico Alto;
- Intervenção de manutenção curativa da turbina #1 da Central Geotérmica do Pico Vermelho;
- Execução dos serviços para a atualização do Sistema de Controlo da Central Geotérmica do Ribeira Grande;
- Celebração de contrato com a Jarðboranir - Iceland Drilling Company para prestação de serviços de perfuração de poços geotérmicos nos campos geotérmicos da Ribeira Grande e Pico Alto, no valor de 18,9 milhões de Euros;
- Limpeza mecânica de depósitos de calcite no poço geotérmico PA4 do Campo Geotérmico do Pico Alto, em outubro, sem necessidade de arrefecimento prévio;
- Execução do furo de captação de água subterrânea ER3, para a Câmara Municipal da Ribeira Grande, localizado em Santa Iria;
- Celebração de contrato, para a empreitada de fornecimento e instalação de equipamento de média e baixa tensão para o posto de transformação/ seccionamento do parque fotovoltaico da ilha de Santa Maria, no valor de 384 mil Euros.

cu
JK
st
P.
d

- Publicação de um artigo sobre a limpeza mecânica do poço PV8, em produção, aceite pelo júri científico do European Geothermal Congress 2019, realizado em Haia, na Holanda, junho de 2019.

CM
Jan
Dist
A.
K

DESEMPENHO

Parque Eólico	Potência (MW)
Figueiral	1,5
Graminhais	9,0
Serra do Cume	9,0
Pico da Urze	1,8
Terras do Canto	2,4
Salão	4,3
Boca da Vereda	0,6
Total	28,6

Ilha	Central Hídrica	Potência (MW)
São Miguel	Salto do Cabrito	0,7
	Tambores	0,1
	Canário	0,4
	Foz Ribeira Quente	0,8
	Ribeira da Praia	0,8
	Nova	0,6
	Tuneis	1,6
Terceira	Nasce D'Água	0,7
	Cidade	0,3
	S. João	0,5
Faial	Varadouro	0,3
Flores	Ribeira Além Fazend	1,6
Total		8,4

Ilha	Central Geotérmica	Potência (MW)
São Miguel	Pico Vermelho	10,0
	Ribeira Grande	13,0
Terceira	Pico Alto	3,5
Total		26,5

Em 2019, a EDA RENOVÁVEIS explorou um conjunto de instalações constituído por parques eólicos, centrais hídricas e geotérmicas, nomeadamente:

- 7 parques eólicos nas ilhas de Santa Maria, São Miguel, Terceira, São Jorge, Pico, Faial e Flores, com uma potência total instalada de cerca de 28,6 MW;
- 12 Centrais Hídricas, com uma potência total de cerca de 8,4 MW, localizados em São Miguel, Terceira, Faial, sendo de assinalar a importante capacidade de produção na ilha das Flores, devido à abundância do recurso, cuja produção correspondeu a 49% da produção total de eletricidade da ilha.
- 3 Centrais Geotérmicas, duas localizadas na ilha de São Miguel e uma na ilha Terceira, com uma potência total de 26,5 MW.

Na ilha de São Miguel, é efetuado o aproveitamento do recurso do campo geotérmico da Ribeira Grande, localizado no flanco norte do vulcão do Fogo, através da operação das Centrais da Ribeira Grande (13 MW) e do Pico Vermelho (10 MW).

A Central da Ribeira Grande é abastecida pelo calor dos fluidos captados pelos poços CL1, CL5, CL6 e CL7, situados na parte sul do campo, designada por sector de Cachaços-Lombadas.

Ch
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

A Central do Pico Vermelho é abastecida pelo calor dos fluidos captados pelos poços PV2, PV3, PV4, PV7 e PV8, situados, na parte norte, designada por sector do Pico Vermelho. Após utilização nas centrais, o fluido geotérmico é devolvido ao reservatório, com a reinjeção nos sectores de Cachaços-Lombadas e do Pico Vermelho a ser repartida, respetivamente, pelos poços CL4 e CL4-A, e pelos poços PV9, PV10 e PV11. Face à boa permeabilidade dos poços de reinjeção e à sua localização numa elevação inferior à das centrais, a reinjeção ocorre em aspiração, sem necessidades de bombagem.

cu
Ar
Dsf
A.
d

Na ilha Terceira, é efetuado o aproveitamento do recurso do campo geotérmico do Pico Alto, localizado no vulcão do Pico Alto, através da operação da Central com a mesma designação (3,5 MW). Este é um campo ainda em investigação, que ainda não completou 3 anos de exploração, onde se dispõe de apenas 4 poços profundos em exploração, com profundidades variáveis entre 1,1 a 1,9 km. A Central do Pico Alto (3,5 MW), em operação desde agosto de 2017, é abastecida pelo calor dos fluidos captados pelos poços PA2, PA3 e PA4, e, após utilização na Central, o fluido geotérmico é devolvido ao reservatório profundo no poço PA8, onde a reinjeção ocorre em aspiração.

Emissão de energia renovável por recurso, 2015 a 2019 (GWh)

	2015	2016	2017	2018	2019	Var.% 2019/18
Hídrica	24,3	30,7	29,4	26,5	29,6	11,8
Geotérmica	182,0	152,4	193,0	204,2	191,5	-6,2
Eólica	61,7	64,9	55,0	58,7	57,4	-2,2
Total	268,0	248,0	277,4	289,4	278,6	-3,7

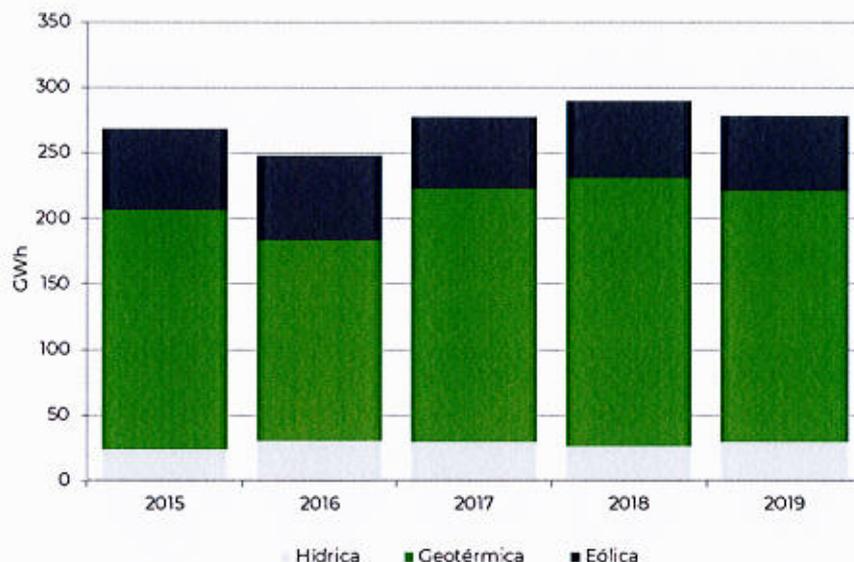
Emissão de energia renovável por recurso, 2015-2019 (GWh)

A potência total instalada em centrais hídricas, eólicas e geotérmicas é de cerca de 63,5 MW.

Em 2019, a produção total de energia elétrica atingiu os 278,6 GWh, correspondendo a um decréscimo de 3,7%

relativamente ao ano anterior, com variações em função da origem hídrica, geotérmica e eólica de 11,7%, -6,2% e -2,2%, respetivamente.

Do total produzido, 68,7%, foi de origem geotérmica, 20,6% de origem eólica e 10,6% de origem hídrica, respetivamente.



cu
for
ast
de

Produção de energia renovável, por ilha, em 2019 (GWh)

Na ilha de São Miguel, a energia renovável emitida pela EDA Renováveis no total da produção de eletricidade do sistema elétrico da ilha representou 47,0%. A produção de origem geotérmica, representou 38,0%, a energia hídrica representou 5,4% e a energia eólica 3,6%.

	Geotérmica	Hídrica	Eólica	Total
Santa Maria	-	-	3,0	3,0
S. Miguel	167,3	23,6	15,9	206,8
Terceira	24,2	0,6	21,9	46,8
S. Jorge	-	-	3,3	3,3
Pico	-	-	5,8	5,8
Faial	-	0,0	6,8	6,8
Flores	-	5,4	0,7	6,1
Total	191,5	29,6	57,4	278,6

Em 2019, na ilha Terceira, a produção de origem geotérmica representou 12,9%, no total da produção de eletricidade do sistema elétrico da ilha e a energia eólica representou de 11,7%. Na ilha das Flores, a contribuição de energia renovável atingiu 54,9%, correspondendo 49,0% a

energia hídrica e 6,0% a energia eólica. Já nas ilhas de São Jorge, Pico e Faial a percentagem de energia renovável da responsabilidade da EDA Renováveis, nos sistemas elétricos dessas ilhas foi de 12%,13% e 15%, respetivamente.

Número e duração de eventos causadores de deslastes na rede pública de abastecimento de energia elétrica, em 2019

	Número	Duração hh:mm:ss	TIEPI ⁽¹⁾ hh:mm:ss
São Miguel	4	1:25:39	0:05:56
Central Geotérmica do Pico Vermelho	3	1:14:01	0:05:27
Parque eólico dos Graminhais	1	0:11:38	0:00:29
Terceira	7	5:06:29	0:09:11
Central Geotérmica do Pico Alto	7	5:06:29	0:09:11
Pico	2	0:21:30	0:03:29
Parque eólico das Terras do Canto	2	0:21:30	0:03:29
Faial	2	0:50:31	0:31:40
Parque eólico do Salão	2	0:50:31	0:31:40
Flores	1	0:03:01	0:00:32
Central Hídrica Além Fazenda	1	0:03:01	0:00:32
Total	16		

⁽¹⁾ - Tempo de Interrupção equivalente da potência instalada

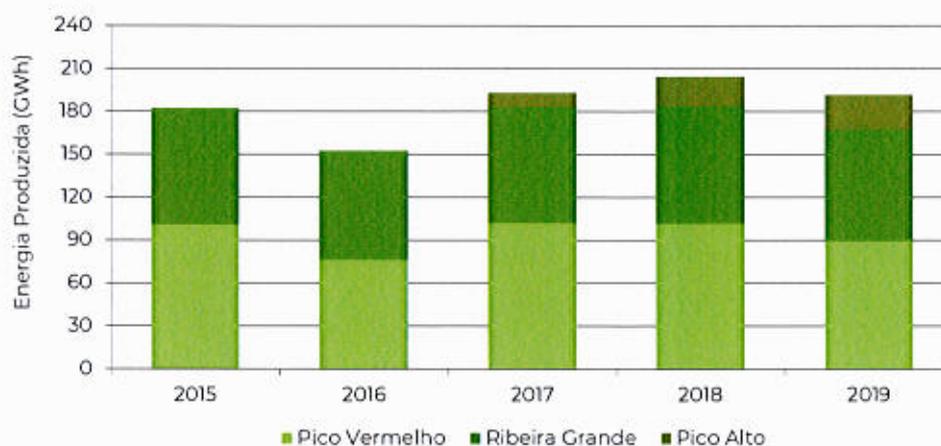
Durante o ano de 2019, a EDA Renováveis foi responsável por 16 ocorrências que provocaram perturbações, deslastes de linhas elétricas, da rede pública de abastecimento de energia elétrica. Das 16 ocorrências, 7 estão relacionadas com a Central Geotérmica do Pico Alto, cujo período de receção provisória terminou em setembro deste ano. Não se verificaram ocorrências nas ilhas de Sta. Maria, Terceira, São Jorge, Pico e Flores decorrentes dos parques eólicos do Figueiral, Pico da Urze, Terrar do Canto e Boca da Vereda. A central hídrica de Alem Fazenda provocou um deslastre na ilha das Flores.

Handwritten notes in blue ink:
 cu
 A
 Dist
 J.
 e

EXPLORAÇÃO DE CENTRAIS GEOTÉRMICAS

No ano de 2019, a produção de energia elétrica a partir de recursos geotérmicos atingiu 191,5 GWh, contribuindo a Central Geotérmica da Ribeira Grande com 78,3 GWh que operou a uma potência média anual de 8,9 MW, a Central Geotérmica do Pico Vermelho produziu 89,0 GWh que corresponde a uma potência média anual de 10,2 MW e a Central Geotérmica do Pico Alto contribuiu com 24,2 GWh, o que aponta pra uma potência média anual de 2,8 MW.

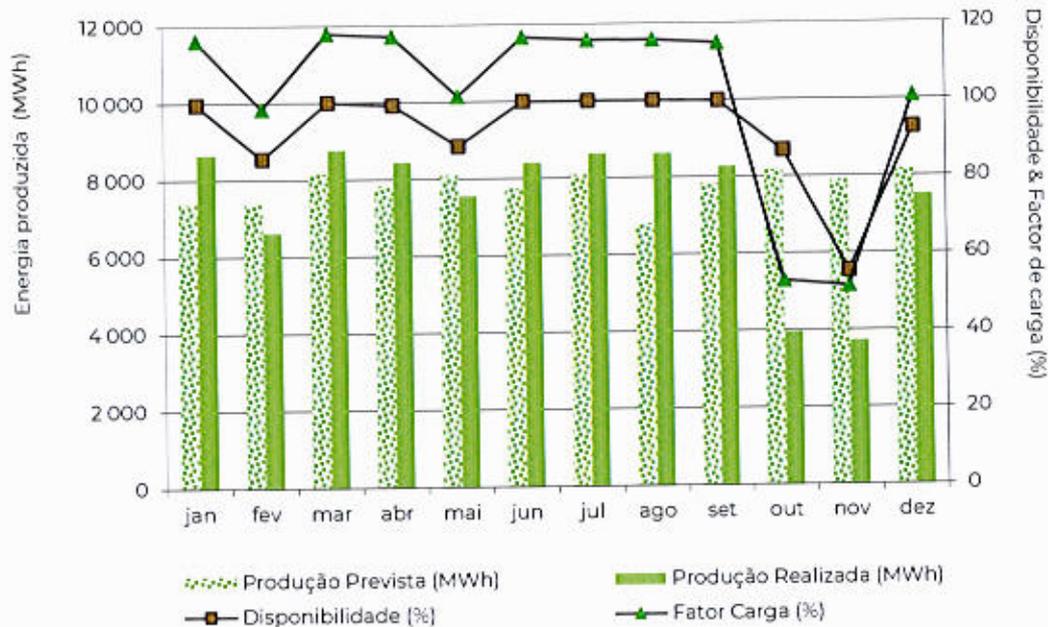
*CH
A
P
F.
d*



Evolução da produção das Centrais Geotérmicas

Central Geotérmica do Pico Vermelho

A Central Geotérmica do Pico Vermelho produziu 89,0 GWh no ano 2019, ficando aquém da produção prevista em cerca de 4,5 GWh, em consequência da necessidade de manutenção curativa, numa turbina do Grupo e nos permutadores. A disponibilidade atingida foi de 92,4% e o fator de carga, quando calculado tendo em conta a potência contratada, foi de 101,6%.



cu
Ar
Dst
Ar
de

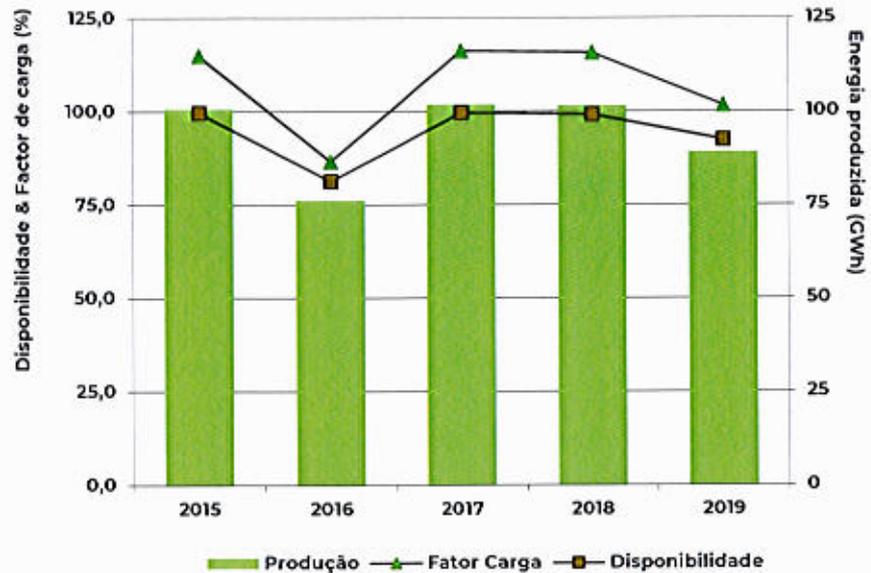
Indicadores de produção da Central Geotérmica do Pico Vermelho

Parâmetro	Un.	2018		2019
		Realizado	Previsto	Realizado
Produção	GWh	101,4	93,5	89
Potência Média	MW	11,57	11	10,16
Disponibilidade	%	99,1	97,5	92,4
Fator de carga ⁽¹⁾	%	115,7	106,8	101,6

(1) Quando comparada com a potência contratada.

Durante o ano de 2019, verificou-se um decréscimo significativo na produção da Central Geotérmica do Pico Vermelho, em resultado de ações de manutenção programadas aos permutadores de calor de água geotérmica, com a limpeza de todo o feixe tubular dos dois equipamentos, assim como de uma avaria registada na turbina nº 1 do Grupo, motivada por falha nos rolamentos do veio da máquina. Os trabalhos de substituição dos rolamentos decorreram de 4 a 17 de novembro com o apoio de dois técnicos especialistas do fabricante Ormat Systems.

A Central Geotérmica do Pico Vermelho foi alvo das revisões programadas, de frequência semestral, ao nível do grupo gerador e sistemas auxiliares, assim como foram executadas as inspeções dos sistemas de injeção de inibidor, de acordo com os planos manutenção previstos.



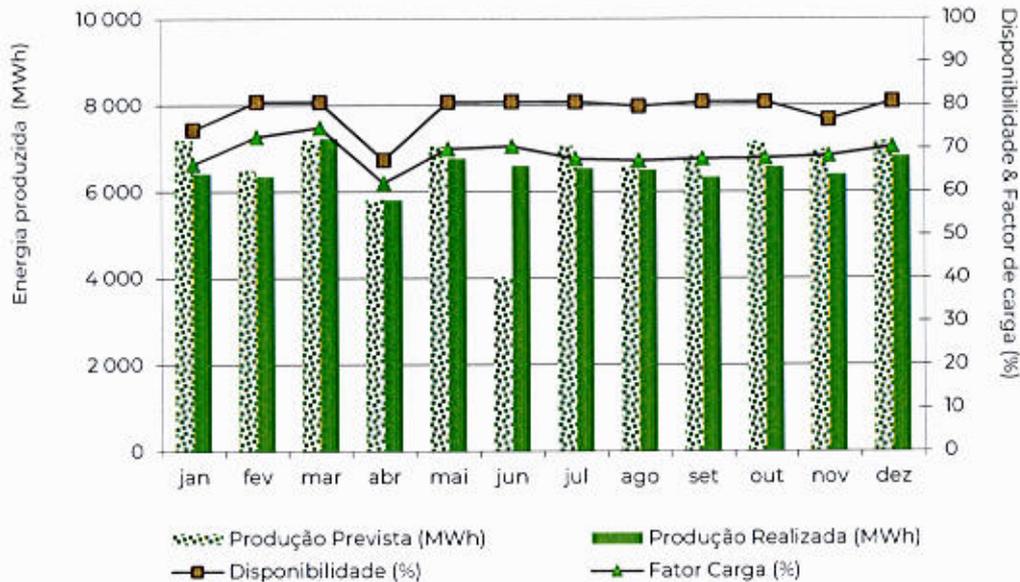
Handwritten notes in blue ink:
 2019
 78,3
 100,0
 90,0

A beneficiação da proteção anticorrosiva de equipamentos e estruturas metálicas da Central foi realizada como previsto. Foram intervencionados os aero-condensadores, as tubagens de aspiração e descargas das bombas de pentano, as duas primeiras virolas do tanque de armazenamento de água do sistema de combate a incêndios e outros equipamentos auxiliares.

No âmbito dos serviços de proteção anticorrosiva, promoveu-se também a beneficiação dos equipamentos que compõem o encabeçamento de 3 poços geotérmicos do sector do Pico Vermelho, com a aplicação de produto de alta espessura e adequado à temperatura de funcionamento dos poços.

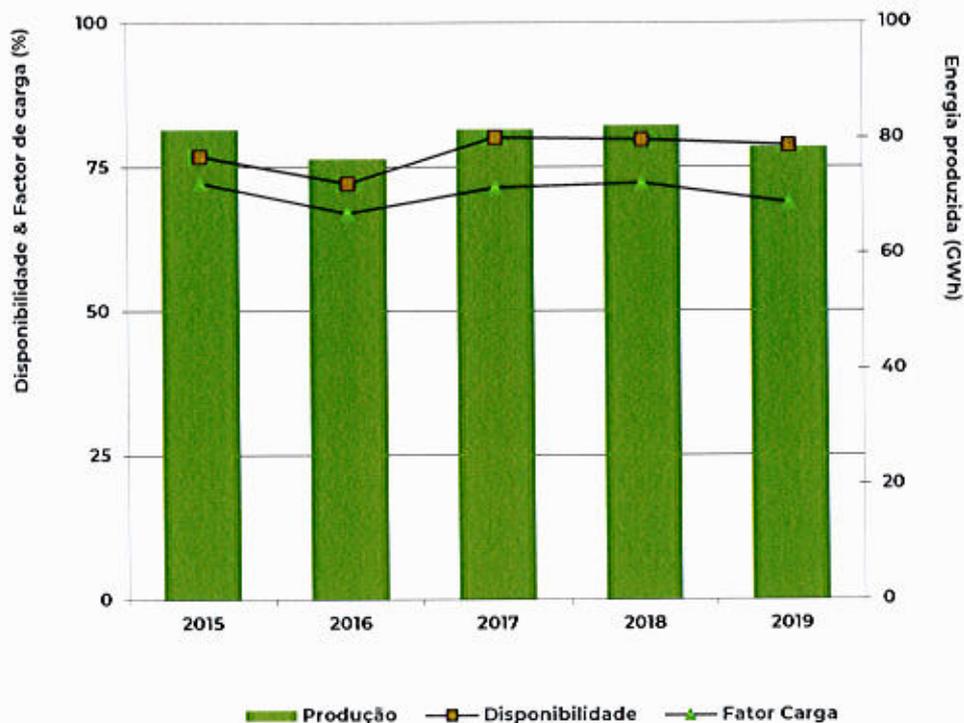
Central Geotérmica da Ribeira Grande

A Central Geotérmica da Ribeira Grande, em 2019, produziu 78,3 GWh, valor este ligeiramente inferior à produção estabelecida de 79,5 GWh, para o ano, em resultado da manutenção não programada no Grupo n.º 4 e da paragem de 5 dias, da Central provocada pelos trabalhos da Concessionária do Transporte e Distribuição na linha de 60 kV.



Handwritten notes in blue ink:
CM
10/12/19
10/12/19
10/12/19

De um modo mais detalhado, os principais indicadores de produção da Central Geotérmica da Ribeira Grande e a evolução da produção anual da central, nos últimos cinco anos, são os seguintes:



Indicadores de produção da Central Geotérmica da Ribeira Grande

Parâmetro	Un.	2018		2019
		Realizado	Previsto	Realizado
Produção	GWh	82,2	79,5	78,3
Potência Média	MW	9,4	9,1	8,9
Disponibilidade	%	79,7	76,5	78,7
Fator de carga ⁽¹⁾	%	72,2	69,8	68,7

(1) Quando comparada com a potência contratada.

No âmbito das atividades de manutenção programada, foram executadas as revisões dos grupos geradores e sistemas auxiliares, manutenção à subestação, assim como as inspeções dos sistemas de injeção de inibidor, de acordo com os planos manutenção para 2019.

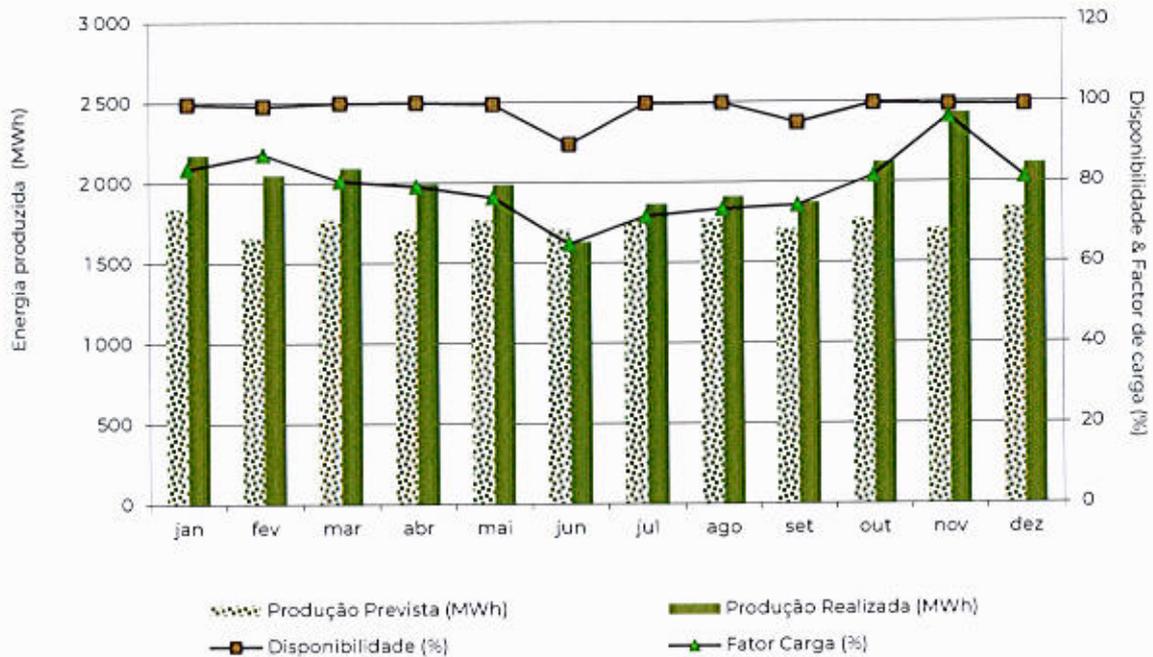
O Grupo 3 da Central Geotérmica da Ribeira Grande foi alvo de beneficiação da proteção anticorrosiva dos módulos de condensação, bem como da tubagem de aspiração e de descarga das bombas de pentano dos Grupos 3 e 4, prevendo-se dar continuidade aos trabalhos de proteção anticorrosiva de estruturas e equipamentos em 2020.

Durante o ano de 2019, continuou a verificar-se um grande número de solicitações e de afluência de visitantes à Central Geotérmica da Ribeira Grande, provenientes de escolas locais e nacionais, assim como visitantes estrangeiros através de agências de viagens, o que continua a demonstrar o grande interesse pelo conhecimento do aproveitamento de energia geotérmica nos Açores.

Central Geotérmica do Pico Alto

No ano de 2019, a Central Geotérmica do Pico Alto produziu 24,2 GWh, valor superior à produção anual estabelecida de 21 GWh. De notar que foi o segundo ano completo de produção da Central Geotérmica do Pico Alto.

pm
 JZ
 JZ
 JZ
 JZ



Handwritten signature and initials in blue ink.

Assim, de um modo mais detalhado, os principais indicadores de produção da Central Geotérmica do Pico Alto previstos e a evolução da produção anual da central, desde agosto de 2017 são os seguintes:

Indicadores de produção da Central Geotérmica do Pico Alto

Parâmetro	Un.	2018		2019
		Realizado	Previsto	Realizado
Produção	GWh	20,6	21	24,2
Potência Média	MW	2,35	2,5	2,77
Disponibilidade	%	94,3	95	98,3
Fator de carga ⁽¹⁾	%	67,2	68,5	79

(1) Quando comparada com a potência contratada.

Relativamente às atividades de manutenção programada ao grupo gerador e sistemas auxiliares, estas foram executadas conforme previsto no Plano de Manutenção de 2019. A paragem anual para atividades de manutenção programada decorreu no mês de junho,

de várias escolas e instituições regionais e nacionais, demonstrando o grande interesse que conhecimento do aproveitamento de energia geotérmica nos Açores suscita.

EXPLORAÇÃO DE RECURSOS GEOTÉRMICOS

Ao longo de 2019, a Central Geotérmica da Ribeira Grande foi abastecida pelo calor dos fluidos captados pelos poços CL1, CL5, CL6 e CL7, os quais, tal como observado nos anos anteriores, mantiveram uma produção relativamente estável. Não obstante, a produção destes poços continuou a revelar-se insuficiente para saturar a potência da Central, conforme já verificado nos indicadores de produção referidos. Após a utilização na Central, o fluido geotérmico foi devolvido ao reservatório profundo nos poços de reinjeção CL4 e CL4-A, sem necessidade de bombagem. Quanto aos restantes poços localizados no sector de Cachaços-Lombadas, o CL3 manteve-se como poço de monitorização, garantindo o acompanhamento, em contínuo, da pressão no reservatório, enquanto que o CL2, face ao colapso do revestimento de produção identificado em 2013, foi mantido fora de serviço.

A Central Geotérmica do Pico Vermelho foi abastecida pelo calor dos fluidos captados pelos poços PV3, PV4, PV7 e PV8. A produção dos poços manteve-se relativamente estável comparativamente aos anos anteriores. Após utilização na Central, o fluido geotérmico foi devolvido ao reservatório profundo nos poços de reinjecção PV9, PV10 e PV11, sem necessidades de bombagem. Face à elevada produtividade dos poços no sector do Pico Vermelho, o PV2 foi mantido como poço de reserva e o poço geotérmico PV7 manteve em operação entre junho e setembro. Os restantes foram explorados em regimes pequenos de abertura. Neste contexto, no Pico Vermelho continuou a verificar-se uma elevada flexibilidade operacional do parque de poços de produção, com conseqüente saturação permanente da potência da Central. Quanto ao PV5 e PV6, estes mantiveram-se como poços de monitorização, constatando-se que se mantém a recuperação térmica lenta desta zona do reservatório geotérmico, após ter sido submetida a 8 anos de reinjecção em contínuo (2007-2014).

Na Central Geotérmica do Pico Alto os poços PA2 e PA4 foram produtores preferenciais. O geofluido do PA3 foi utilizado em cerca de 1/3 dos dias do ano, revelando-se difícil mantê-lo em operação devido à baixa pressão que o poço apresenta à cabeça, apesar de diversas tentativas

CL
A
S
T
E
R
S
C
L

de o manter em operação. O poço de injeção é o PA8 e, até à data, não apresentou problemas na receção de efluente da central. O PA1 manteve-se como poço de monitorização.

No âmbito do acompanhamento da resposta do reservatório geotérmico da Ribeira Grande ao esforço de exploração, foi seguido o plano de monitorização do recurso, incluindo a monitorização da produção dos poços (caudal, entalpia e pressão à cabeça), a monitorização da pressão e temperatura do reservatório (quer através de diagrfias periódicas, quer através do registo contínuo) e a evolução da composição química dos fluidos produzidos (incluindo a fase líquida, os gases não condensáveis e os isótopos). Ao longo de 2019, e à semelhança dos anos anteriores, o reservatório geotérmico da Ribeira Grande manteve-se muito estável, indicando a exploração sustentável do recurso.

No âmbito das operações de manutenção preventiva dos poços geotérmicos, manteve-se a aplicação de um inibidor químico de precipitação de calcite no interior dos poços de produção, para, dessa forma, manter a capacidade produtiva dos mesmos. Para além disso, com recurso a calibradores de diferentes diâmetros, manteve-se a inspeção periódica da integridade mecânica dos revestimentos de aço, bem como da eventual presença e extensão de incrustações de calcite no interior dos poços.

No âmbito das obrigações de acompanhamento ambiental do campo geotérmico da Ribeira Grande, prosseguiram-se os programas de monitorização sismovulcânica, a cargo do CIVISA, incluindo as componentes da geodesia (deformação do terreno), da geofísica (sismicidade) e da geoquímica (campos fumarólicos), bem como dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, a cargo do INOVA, não tendo sido identificados impactos imputáveis à exploração geotérmica.

No Campo Geotérmico do Pico Alto manteve-se o plano de monitorização da exploração, muito semelhante ao implementado em S. Miguel, diferindo, no entanto, na periodicidade do acompanhamento, mais apertada, devido à necessidade de caracterização detalhada nos primeiros anos de produção e por se tratar de um reservatório com características diferentes.

Face à presença de uma obstrução no poço PA4 (Campo Geotérmico do Pico Alto, Terceira) no início do mês de outubro realizou-se a limpeza mecânica dos depósitos de calcite

CM
A
A
A

acumulados no interior do poço, com a sonda de perfuração da EDA RENOVÁVEIS. Para a realização desta operação, contou-se com a colaboração técnica da empresa de consultoria ÍSOR – Iceland GeoSurvey, tendo-se deslocado à ilha Terceira dois consultores para acompanhamento e aconselhamento da operação.

Relativamente à monitorização ambiental da exploração do Campo Geotérmico do Pico Alto encontram-se implementados planos de monitorização dos seguintes descritores: ecologia, recursos hídricos, solos, sismo-vulcânico, qualidade do ar e ambiente acústico. Até à data não foram identificados impactes ambientais imputáveis à exploração da Central Geotérmica do Pico Alto.

No seguimento do RECAPE da construção e exploração da Central Geotérmica do Pico Alto, desenvolveu-se um plano de Conservação e Integração Paisagística da CGPA com o objetivo de tomar “*medidas ativas para a preservação da população local de Ammi trifoliatum, bem como dos habitats protegidos adjacentes (turfeiras e ericais) e das Escodas de Lava Históricas*”, reequacionado para o programa de conservação de espécies raras protegidas dentro do espaço da CGPA; estabelecer o “tratamento vegetal dos taludes das plataformas, com espécies adequadas e características da flora local, com vista a colmatar problemas de erosão dos solos e a garantir a continuidade do coberto vegetal da envolvente”; e “a implantação de uma estrutura verde dissimuladora no perímetro da Central, com utilização de espécies características da região, adaptadas às condições edafoclimáticas, e disposta de modo a estabelecer uma certa continuidade física, ecológica e visual com os corredores vegetais existentes”, prevendo a plantação de cerca de 45.200 pés/estacas/sementes de espécies lenhosas e herbáceas nativas e/ou endémicas dos Açores. O plano foi estabelecido, com a supervisão do Professor Eduardo Dias, do Gabinete de Ecologia Vegetal e Aplicada, da Universidade dos Açores, e a sua implementação iniciou-se no final de 2018.

Durante o ano de 2019, os trabalhos focaram-se nos espaços interiores da CGPA, nomeadamente em torno do edifício técnico e edifício logístico, nas zonas de taludes da plataforma das infra-estruturas da Central e na zona envolvendo da bacia de fluido geotérmico. As atividades incluíram ainda a criação de uma zona de viveiro e o estabelecimento de um protocolo com os Viveiros do Serviço Florestal da ilha Terceira para o fornecimento de plantio. Relativamente ao contributo para a conservação da natureza, foi criado um plano de

2015 -
[Handwritten notes and signatures]

ajardinamento com espécies endémicas/protegidas/raras circundante ao percurso de visitantes, que se pretende concluir durante o ano de 2020.

Em 2019, foi mantido acompanhamento do campo de desgaseificação das Caldeiras da Ribeira Grande, executando-se o programa de monitorização sismovulcânica, conduzido pelo Centro de Informação e Vigilância Sismovulcânica dos Açores (CIVISA), nos terrenos envolventes ao Lugar das Caldeiras. Os resultados confirmaram a tendência de estabilização da área global do campo fumarólico, mantendo-se a intensidade da desgaseificação. No mesmo âmbito, foi mantida a vigilância da qualidade do ar no interior dos edifícios que constituem o Lugar das Caldeiras, também conduzida pelo CIVISA, através da rede que se encontra em operação desde 2012. Esta vigilância tem garantido a proteção dos moradores e dos utilizadores dos espaços públicos.

Até ao final do 1º semestre de 2019, foram processadas as compensações aos proprietários dos edifícios do Lugar das Caldeiras, relativos aos custos de eletricidade da operação dos equipamentos de vigilância e sistemas de ventilação, do período de janeiro a dezembro de 2018; e, em novembro, foram indemnizados os rendeiros dos terrenos pelos prejuízos de exploração decorrentes da anomalia térmica, causados pela perda de produtividade agropecuária durante o último ano agrícola. Adicionalmente, foi construído um muro de contenção em betão, com 37 m de extensão, pelo valor global de 28 mil Euros, para garantir a estabilização do talude nascente da estrada municipal das Lombadas, junto ao Lugar das Caldeiras.

plh
jce
2019
A.
d

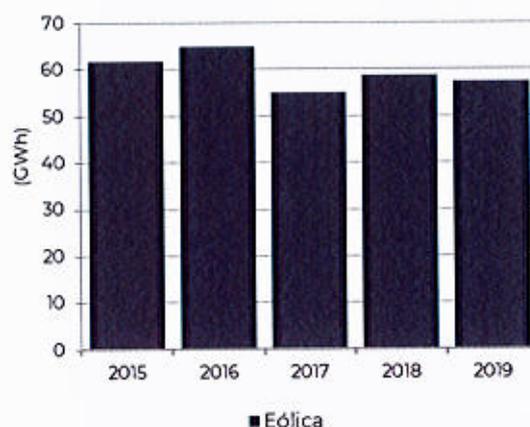
EXPLORAÇÃO DE PARQUES EÓLICOS

A produção anual de energia elétrica de origem eólica atingiu os 57,4 GWh, correspondendo a um decréscimo de 2,2% relativamente ao valor registado no ano anterior (58,7 GWh).

Emissão de energia eólica (GWh)

2015	2016	2017	2018	2019	Var.% 2019/18
61,7	64,9	55,0	58,7	57,4	-2,2

Durante o ano, ao nível da exploração destaca-se a indisponibilidade do aerogerador número dois do parque eólico da Serra do Cume, na ilha



Emissão de Energia Eólica (MWh)

Parque Eólico		2018	2019	Variação	
Figueiral	Santa Maria	2 852	2 999	147	5%
Graminhais	São Miguel	18 464	15 949	-2 515	-14%
Serra do Cume	Terceira	22 880	21 923	-958	-4%
Pico da Urze	São Jorge	2 948	3 334	386	13%
Terras do Canto	Pico	5 102	5 816	714	14%
Salão	Faial	5 965	6 755	790	13%
Boca da Vereda	Flores	528	660	132	25%
Total		58 739	57 436	-1 303	-2%

Indicadores de produção, por parque eólico

Parque Eólico		2019		
		Potência (MW)	Horas Trabalho	Fator de Carga
Figueiral	Santa Maria	1,5	1 999	23%
Graminhais	São Miguel	9,0	1 772	20%
Serra do Cume	Terceira	9,0	2 436	28%
Pico da Urze	São Jorge	1,8	1 852	21%
Terras do Canto	Pico	2,4	2 424	28%
Salão	Faial	4,3	1 590	18%
Boca da Vereda	Flores	0,6	1 099	13%

Terceira, entre os meses de março e agosto, por passagens à massa em vários enrolamentos do alternador, que levaram a equacionar inclusivamente a sua substituição. Foi, contudo, efetuado um esforço na desumidificação e aquecimento do alternador, possibilitando a reparação das falhas de isolamento no local, o que permitiu a retoma da sua exploração normal no mês de setembro. Idênticas falhas foram registadas nos aerogeradores três e quatro do mesmo parque eólico, mas, pela localização das falhas, foi possível proceder às reparações, mais rapidamente.

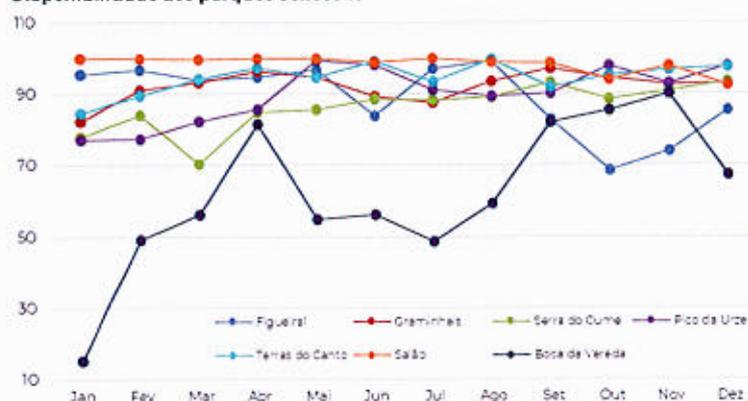
No aerogerador número dois, do parque eólico da Boca da Vereda, na ilha das Flores, após a substituição do alternador,

que ocorreu em fevereiro, verificaram-se uma sucessão de avarias, diversas, que provocaram uma baixa disponibilidade deste aerogerador e que culminou com a intervenção de uma equipa do fabricante, em setembro, para reposição do estado operacional ao aerogerador.

Taxa de disponibilidade, Parques Eólicos (%)

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Ano
Figueiral	95,5	96,8	94,0	94,8	96,8	83,9	97,1	99,0	82,8	68,6	73,9	85,5	89,1
Graminhais	82,2	91,1	93,2	96,2	94,6	89,2	87,5	93,4	97,1	94,5	92,5	92,9	92,0
Serra do Cume	77,8	84,2	70,4	84,8	85,5	88,6	88,1	89,1	93,2	88,5	90,9	93,5	86,2
Pico da Urze	77,0	77,3	82,2	85,8	99,3	98,0	91,0	89,3	89,9	97,9	92,9	97,9	89,9
Terras do Canto	84,6	89,4	94,3	97,3	94,8	99,1	93,4	99,6	91,8	95,2	96,7	97,5	94,5
Salão	99,8	99,8	99,7	100,0	100,0	99,0	100,0	98,9	98,7	94,0	97,8	92,3	98,3
Boca da Vereda	15,2	49,1	56,2	81,4	54,8	56,1	48,6	59,2	82,1	85,4	90,1	67,3	62,1

Em 2019, as taxas de disponibilidade, que representa a relação entre o número de horas que os aerogeradores estiveram disponíveis, face ao número de horas potencial ao longo do ano, de cada parque eólico, foram as seguintes:

Disponibilidade dos parques eólicos %


deste parque, para um valor anual de 86,2% em 2019.

Os regimes de vento mais intensos, no inverno, identificáveis na representação gráfica,

prejudicam os valores de disponibilidade registados nesses períodos. Nessas circunstâncias, os parques são expostos a regimes de vento de grande intensidade, em velocidade e rajada, o que provoca pequenas avarias que, conjuntamente com as dificuldades de deslocação dos técnicos entre ilhas e as limitações de reparação em períodos de vento forte leva períodos de tempo reposição superiores ao desejável.

As intervenções de manutenção preventiva dos aerogeradores são asseguradas pela equipa do fabricante, na intervenção do tipo anual e pela SEGMA, empresa do Grupo EDA, nas intervenções preventivas semestrais e nas intervenções de carácter curativo exceto as que, pela especificidade, requerem a intervenção dos fabricantes.

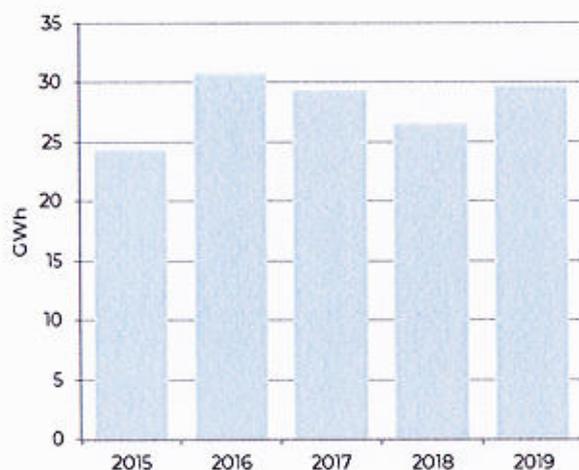
No âmbito da desmaterialização dos processos, importa realçar que foi integrada em plataforma eletrónica toda a metodologia de reporte de avaria, de solicitação de intervenção e de relatório da intervenção, com discriminação das tipologias, das metodologias empregues, dos técnicos intervenientes e dos materiais utilizados.

21/5.
JAC
DST
JAC
JAC

EXPLORAÇÃO DE CENTRAIS HIDROELÉTRICAS

Emissão de energia hídrica (GWh)

2015	2016	2017	2018	2019	Var.% 2019/18
24,3	30,7	29,4	26,5	29,6	12%



Emissão de energia hídrica, por centro Produtor (GWh)

ilha	Central Hídrica	2018	2019	Varição	
São Miguel	Salto do Cabrito	3 899	4 444	544	14%
	Tambores	139	98	-41	-30%
	Canário	2 082	2 205	123	6%
	Foz Ribeira Quente	4 289	4 440	151	4%
	Ribeira da Praia	2 546	3 300	753	30%
	Nova	225	237	11	5%
	Tuneis	8 603	8 868	266	3%
Terceira	Nasce D'Água	0	390	390	-
	Cidade	0	102	102	-
	S. João	0	124	124	-
Faial	Varadouro	20	5	-15	-74%
Flores	Além Fazenda	4 737	5 425	688	15%
Total		26 540	29 638	3 098	12%

Do ponto de vista do recurso, no que respeita à produção de energia hidroelétrica, o ano de 2019 foi regular, caracterizado por uma precipitação um pouco abaixo da média histórica e irregular, com precipitações no mês de agosto concentradas e elevadas.

A produção do ano ascendeu a 29,6 GWh, correspondendo a um acréscimo de 11,7% relativamente ao ano anterior (26,5 GWh). Esta produção reflete ainda a contribuição das centrais hídricas da ilha Terceira com uma produção conjunta de 0,6 GWh.

Realça-se a revisão geral efetuada à turbina da central hídrica dos Túneis, na ilha de São Miguel, que ocorreu durante o mês de maio, sob supervisão de um técnico do fabricante KOSSLER. Esta intervenção sobre as peças com maior desgaste permitiu repor a turbina à melhor condição de modo a assegurar o funcionamento à potência nominal nas melhores condições.

Na central hídrica da Foz da Ribeira, também na ilha de São Miguel, aproveitou-se o período de verão para, com a equipa da empresa reforçada por um técnico exterior, se proceder à pintura do troço inicial da conduta que apresentava estado de conservação inferior. A

Indicadores de produção, por central

Ilha	Central	Grupo	Produção (MWh)	Horas de trabalho	Potência Nominal (kW)	Potência Média (kW)	Fator de Carga
São Miguel	Canário	G1	2 205	8 288	400	266	67%
	Foz da Ribeira	G1	4 440	8 518	824	521	63%
	Ribeira da Praia	G1	3 300	8 407	800	393	49%
	Salto do Cabrito	G1	4 444	8 297	710	536	75%
	Tambores	G1	98	6 291	110	16	14%
	Túneis	G1	8 868	8 034	1 614	1 104	68%
	Fábrica Nova	G2	237	868	608	273	45%
Terceira	Cidade	G1	102	793	264	129	49%
	S. João Deus	G1	124	842	720	147	20%
	Nasce Água	G1	390	1 807	448	216	48%
Faial	Varadouro	G1	5	38	320	140	44%
Flores	Além Fazenda	G4	1 468	3 508	592	419	71%
		G5	2 341	7 033	500	333	67%
		G6	1 615	4 961	500	326	65%

iniciativa será retomada no verão de 2020 para se completar esta ação de conservação.

Pode-se constatar o caráter de fio de água permanente das centrais de São Miguel, com valores, em geral superiores a 8000 horas de funcionamento e fatores de carga elevados. É também visível a diminuição das horas de funcionamento causada pela intervenção na central dos Túneis.

O equipamento da central dos

Tambores tem uma menor fiabilidade, a sua antiguidade obriga a um maior número de paragens programadas, note-se que esta é a primeira central da cascata da Ribeira Quente. A central da Fábrica Nova é de operação manual e explora a água disponível na zona a montante da central da Ribeira da Praia.

As centrais em cascata da ilha Terceira funcionam apenas quando existe água no tanque da Costaneira. A exploração destas centrais foi retomada em fevereiro de 2019, após a conclusão da substituição do circuito da conduta forçada, com o início do funcionamento da central de Nasce Água, facto evidenciado pelo superior número de horas de funcionamento.

Na ilha do Faial, no aproveitamento hídrico do Varadouro, em 2019 verificaram-se problemas no autómato da central e no módulo de sincronização em paralelo, que prejudicaram a produção desta central a partir de abril.

Na ilha das Flores, na central hídrica de Além Fazenda, um problema na excitatriz do grupo 6 provocou a indisponibilidade desse grupo, entre outubro e dezembro de 2019, no entanto a produção anual da central não foi afetada porque foi compensada por uma maior utilização do grupo 4.

Handwritten notes:
 eus
 J
 st
 A
 d

OUTRAS ATIVIDADES

Em 2019, a EDA RENOVAVEIS executou um furo de captação de água subterrânea – ER3, na zona de Santa Iria /Calhau do Ferreira. O furo foi contratado à EDA RENOVAVEIS pela Câmara Municipal da Ribeira Grande, com o objetivo de captar o aquífero que alimenta as exurgências observadas na encosta do Calhau do Ferreira e disponibilizar água para o abastecimento público do concelho da Ribeira Grande.

O furo foi executado entre 8 de novembro e 13 de dezembro de 2019, com recurso à sonda de perfuração Ingersoll Rand RD-20 da EDA RENOVAVEIS. Os trabalhos envolveram a perfuração à roto-percussão até aos 204 metros de profundidade, o desenvolvimento da captação e a execução do respetivo ensaio de caudal. Dos trabalhos resultaram recomendações para a exploração do furo, incluindo a tipologia da bomba a instalar, o seu posicionamento no interior do furo, e qual o regime de exploração a adotar.

CMR.
[Handwritten signature]

INVESTIMENTO

Em 2019, o investimento realizado, a custos técnicos foi de cerca de 3,0 milhões de Euros, dos quais 2,7 milhões de Euros, em Recursos Geotérmicos, Hidroelétricos e Fotovoltaicos. O volume de investimento realizado resulta em especial das obras de execução dos poços geotérmicos nos diversos sectores dos campos geotérmicos da Ribeira Grande e Pico Alto.

Investimento realizado em 2019 (mil Euros)

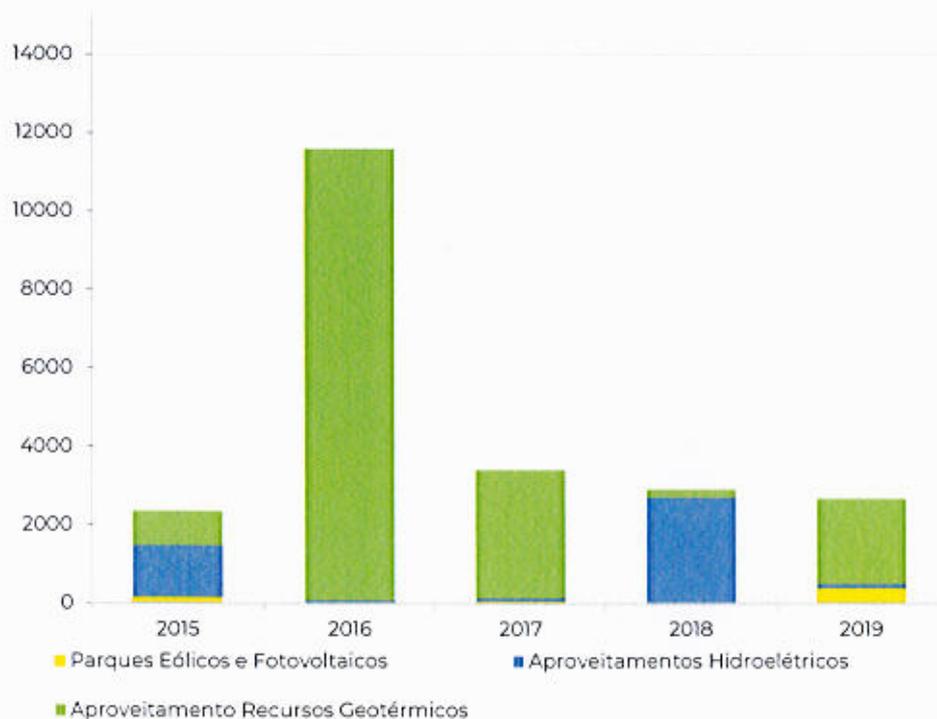
Investimento (Custos Técnicos)	2 887
Aproveitamento Recursos Geotérmicos	2 159
Bombas cond. Redundate Vaporização CGPV	73
Execução de poços geotérmicos no Sector Cachaços Lombadas	383
Execução de poços geotérmicos no Sector Pico Vermelho	371
Execução de poços geotérmicos no Sector Pico Alto	460
Ensaio e Prospeção adicional Campo Geotérmico do Pico Alto	66
Atualização do Sistema de Controlo da CGRG	386
Substituição do encabeçamento poços CL1, CL3, CL5 e CL6	393
Substituição do encabeçamento poços PV4 e PV8	1
Beneficiação da Sonda de Perfuração	25
Usos diretos	2
Aproveitamentos Hidroelétricos	125
Aproveitamento Hidroelétrico da Ribeira Grande	125
Aproveitamentos Fotovoltaicos	374
Parque Fotovoltaico de Santa Maria	349
Parque Fotovoltaico do Corvo	25
Outros Investimentos	229

Calc. An. Dist. H. J.

Investimento a custos técnicos de 2015 a 2019 (mil Euros)

	2015	2016	2017	2018	2019
Parques Eólicos e Fotovoltaicos	149	16	42	27	374
Aproveitamentos Hidroelétricos	1 318	63	90	2 665	125
Aproveitamento Recursos Geotérmicos	877	11 513	3 261	206	2 159
Total	2 344	11 592	3 393	2 898	2 658

Handwritten notes in blue ink:
 2015
 2016
 2017
 2018
 2019



Investimento a custos técnicos (mil Euros)

A EDA RENOVÁVEIS integra a estratégia da EDA de maximização da penetração de energia renovável na Região, a par de uma correta integração com os restantes meios de produção existentes nas diferentes ilhas.

PROJETOS DE EXPANSÃO DA CAPACIDADE DE GERAÇÃO

No âmbito da expansão da capacidade de geração a partir dos aproveitamentos geotérmicos, em 2020-2022 será desenvolvida uma campanha de perfuração que contempla a execução de seis poços geotérmicos de produção na ilha de São Miguel e três poços geotérmicos de produção na ilha Terceira, tendo em vista reforçar a captação de fluido geotérmico e permitir o desenvolvimento dos seguintes projetos de investimento:

- Saturar a potência instalada na Central Geotérmica da Ribeira Grande, para o que serão executados os poços CL8, CL9 e CL10;
- Expandir a capacidade de geração da Central Geotérmica do Pico Vermelho, passando dos atuais 10 para 15 MW, para o que serão executados os poços PV12, PV13 e PV14;
- Saturar a potência instalada na Central Geotérmica do Pico Alto, e, por forma a desenvolver a expansão da capacidade de geração dos atuais 3,5 para 10 MW, para o que serão executados os poços PA5, PA6 e PA7.

Para o efeito, em 2019, foram desenvolvidas as atividades preparatórias com vista à execução dos poços, incluindo os documentos da consulta internacional para a contratação dos serviços de perfuração, bem como para a aquisição de equipamentos e materiais. Neste âmbito, foram celebrados os contratos para o fornecimento do equipamento para a cabeça dos poços, do revestimento em aço, assim como o contrato para a prestação de serviços de perfuração dos poços geotérmicos. Foram também preparadas as peças da consulta para a contratação dos serviços necessários à construção das plataformas de perfuração e respetivos acessos.

Na Terceira foram concluídas as peças do RECAPE dos poços PA5, PA6 e PA7, o qual foi submetido à apreciação da Autoridade Ambiental em janeiro de 2019, tendo esta remetido à EDAR a 29 de abril o parecer da Comissão de Avaliação, onde foram solicitados esclarecimentos adicionais e entrega de documentação para viabilizar a emissão da respetiva Declaração de Conformidade Ambiental com a DIA do Projeto. A entrega da documentação adicional, irá decorrer em março de 2020, tendo a demora sido devida à necessidade de contratar externamente a realização de pareceres técnicos relativos na área da conservação da natureza e recursos hídricos a entidades externas.

CL10.
PV12
PV13
PV14
PA5
PA6
PA7

Adicionalmente às medidas já previstas no âmbito das medidas mitigadoras e compensatórias para dinamização da recuperação ambiental da zona envolvente da plataforma C, em face da sua localização numa zona protegida para a Gestão de Habitats, foi agora submetido a parecer da Autoridade Ambiental um plano de recuperação e integração paisagística da desativação da plataforma do poço geotérmico PA1, com a diminuição da área ocupada e recuperação da zona intervencionada e sua envolvente. Trata-se de projetos que vão de encontro às avaliações da Autoridade Ambiental, no que diz respeito ao cumprimento da legislação em vigor e contribuição para a proteção e conservação da Natureza nas áreas protegidas do Campo Geotérmico do Pico Alto.



CENTRAL GEOTÉRMICA DA RIBEIRA GRANDE

Na Central Geotérmica da Ribeira Grande, realizou-se em 2019 a atualização dos sistemas de controlo dos grupos geradores e poços geotérmicos, com a renovação dos autómatos e dos seus componentes, promovendo-se a melhoria da operação da Central, e possibilitando a expansão do sistema para a exploração de novos poços geotérmicos.

SUBSTITUIÇÃO DO ENCABEÇAMENTO DOS POÇOS GEOTÉRMICOS CL1, CL3, CL5, CL6, PV4 E PV8

Em 2019 procedeu-se ao aprovisionamento do encabeçamento para os poços CL1, CL3, CL5, CL6, PV4 e PV8. Esta aquisição permitirá, em seguimento à campanha de perfuração, proceder à substituição do encabeçamento existente naqueles poços, e que apresenta algumas dificuldades operacionais, através da operação de equipamento específico e a mobilizar do mercado internacional.

CENTRAL GEOTÉRMICA DO PICO ALTO

Para a Central Geotérmica do Pico Alto, foi desenvolvido um projeto de instalação de dois grupos eletrobomba de brine, para a melhoria das condições de exploração e o aumento da flexibilidade de operação do poço de produção PA4.

O projeto foi desenvolvido através da contratação de um dos fornecedores da central, a Exergy, sendo executado posteriormente pela EDA RENOVAVEIS, relativamente à contratação das

respetivas empreitadas de construção, tal como a aquisição de equipamentos, tendo alguns já sido adjudicados o fornecimento em 2019. No entanto, o arranque desta obra apenas terá o seu início no final do primeiro semestre de 2020.

CONSTRUÇÃO DE PARQUES FOTOVOLTAICOS NAS ILHAS DE S. MARIA E CORVO

Durante o ano de 2019 foram desenvolvidos trabalhos nos parques fotovoltaicos nas ilhas de Sta. Maria e Corvo.

Relativamente ao parque fotovoltaico de Santa Maria decorreu a empreitada de execução dos trabalhos de construção civil, que compreende o edifício da subestação e da rede de infraestruturas subterrâneas e a empreitada de fornecimento de painéis solares fotovoltaicos, inversores, cabos, quadros e estruturas de suporte. Foi ainda alvo de consulta e de posterior adjudicação a empreitada de Fornecimento e Instalação dos Equipamentos de Média Tensão/Baixa Tensão do Posto de Transformação/Seccionamento do Parque Fotovoltaico de Santa Maria culminando com a consignação dos trabalhos no final do ano.

Relativamente ao parque fotovoltaico da ilha do Corvo foram adjudicados a preparação e regularização dos terrenos adquiridos, na zona do Pão de Açúcar, anexos aos terrenos da Câmara Municipal da Vila do Corvo, o fornecimento de painéis solares fotovoltaicos, dos inversores, dos cabos e estruturas de suporte. Foram igualmente desenvolvidos os projetos de construção civil, de equipamento para o posto de transformação e para a interligação em baixa tensão à rede elétrica existente.

SUBSTITUIÇÃO DAS CONDUTAS DAS CENTRAIS HÍDRICAS DA ILHA TERCEIRA

A empreitada de Substituição Integral das Conduitas das Centrais Hídricas da ilha Terceira foi consignada em setembro de 2017, ficando concluída no final do ano de 2018 e tendo-se efetuado os testes finais de receção de equipamentos, ensaios de pressão das condutas e vistorias às componentes de construção civil em janeiro de 2019. O início da exploração decorreu em fevereiro, tendo-se ao longo do ano procedido ao processo de consulta e de desenvolvimento de diversas empreitadas relativas à beneficiação dos edifícios das três centrais, nomeadamente assegurando as impermeabilizações das coberturas, a pintura dos edifícios no seu interior e exterior e a elaboração de pequenas intervenções de conservação e proteção dos equipamentos de modo a assegurar a possibilidade de visitas por entidades externas.

CM
[Handwritten signature]

DOMÍNIO SOCIAL

Número de Trabalhadores, por género

	2015	2016	2017	2018	2019	Var.% 2019/18	Estrut. 2019
	31	41	45	44	50	14	83%
	7	8	8	10	10	0	17%
	38	49	53	54	60	11	100%

Número de Trabalhadores, por faixa etária

anos	2015	2016	2017	2018	2019	Var.% 2019/18	Estrut. 2019
< 30	2	7	14	12	18	50	30%
30-50	26	30	27	29	29	0	48%
> 50	10	12	12	13	13	0	22%
Total	38	49	53	54	60	11	100%

Admissões (A) e Saídas (S), por faixa etária

	2015		2016		2017		2018		2019		Var.% 2019/18	Total 2015/2019		
	A	S	A	S	A	S	A	S	A	S		A	S	
< 30	0	0	6	0	11	4	2	3	6	0	2	-1	25	7
30-50	4	1	6	0	2	5	1	0	0	0	-1	-	13	6
> 50	1	0	0	1	0	0	1	0	0	0	-1	-	2	1
Total	5	1	12	1	13	9	4	3	6	0	1	-1	40	14

No final de 2019, a EDA RENOVAVEIS tinha ao seu serviço 60 trabalhadores, mais 11% do que o valor verificado no ano anterior. Realça-se que a este total acrescem 7 trabalhadores, com vínculo contratual com a EDA, S.A, mas que prestam o seu serviço na EDA Renováveis, ao abrigo do estabelecido nos respetivos contratos de cedência.

Em 2019, iniciou-se o processo de rejuvenescimento da equipa de operação das Centrais Geotérmicas da Ribeira Grande e do Pico Vermelho, em São Miguel, para o efeito foram contratados quatro operadores de centrais, o que permitiu reforçar e renovar a equipa, cujo trabalho é exercido em regime contínuo de turnos e que, no caso particular dessa equipa, incluía alguns trabalhadores já com uma longa prestação nesse regime.

cu
AK
PSF
AF
d



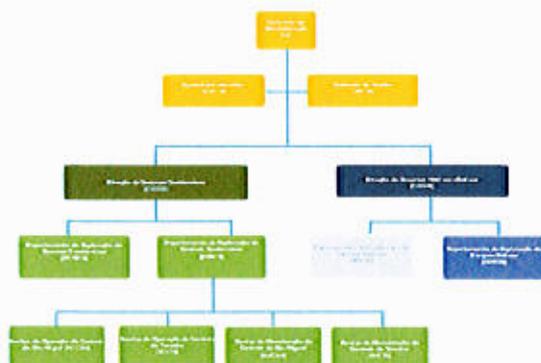
Do número total de trabalhadores, 83% do são do género masculino, verificando-se a predominância deste género ao longo dos anos., Esta circunstância está relacionada essencialmente com o exercício das funções profissionais, pois não se encontra nenhum elemento feminino nas atividades de operador de central ou nos serviços de manutenção, não obstante a coordenação do serviço de manutenção da Central Geotérmica do Pico Alto, na ilha Terceira ser assegurado por uma Técnica Superior.

Handwritten note: 83%
A
B
C
D

Do total de trabalhadores, incluindo os trabalhadores em regime de cedência, 30% exercem funções de Operador de Central, 25% funções associadas à Manutenção de Centrais, 7% funções operacionais associadas a serviços gerais, 4% funções administrativas e 33% são quadros superiores, onde se inserem as competências ao nível da engenharia, (mecânica e eletrotécnica), do ambiente e de energias renováveis, da geologia e da gestão.

Número de Trabalhadores, por Grupo Funcional

Orgão de Gestão	2	1	3
Chefias	4	3	7
Quadros Superiores	7	4	11
Administrativo	0	2	2
Operacional	37	0	37
Total	50	10	60



A organização da empresa assenta numa estrutura baseada na gestão verticalizada dos processos, atendendo às necessidades decorrentes da dispersão geográfica, com expressão no caso da gestão das centrais geotérmicas. Identificam-se, assim oito chefias, das quais três são exercidas por responsáveis do género feminino, como é o caso do Departamento

de Exploração de Recursos Geotérmicos, do Serviço de Operação de Centrais Geotérmicas de São Miguel e do Serviço de Manutenção da Central Geotérmica da Terceira. Dos cinco administradores que compõem o Conselho de Administração da empresa, quatro são do género masculino e um do género feminino, dois exercem as suas funções cumulativamente com o cargos de administradores na empresa mãe, nomeadamente o Presidente. Os restantes três exercem as suas funções em exclusividade, sendo dois do género masculino e um do género feminino, e asseguram cumulativamente a organização prevista ao nível superior do organograma, que considera a Direção de Recursos Geotérmicos, a Direção de Recursos Hídricos e Eólicos e o Gabinete de Gestão.

A empresa dispõe de um acordo de empresa que sistematiza as regras em vigor na empresa em matéria de organização do trabalho e de gestão de recursos humanos, nomeadamente no que se refere a direitos e obrigações dos trabalhadores e da empresa, regras de funcionamento, carreiras e remunerações, formação profissional, segurança e saúde no trabalho e benefícios sociais, tal como subsídio de refeição e fornecimento de energia eléctrica com preço reduzido.

A empresa proporciona também aos seus trabalhadores um seguro de saúde, para os trabalhadores com vínculo contratual sem termo, e um Fundo de Pensões para complemento da reforma atribuída pela segurança social do estado português.

Capacitação, bem estar;
Partilha de valor;
Partilha do conhecimento;
Boas práticas de integração

A formação profissional é um instrumento privilegiado para, de forma continuada e crescente, assegurar o desenvolvimento do capital humano. Em 2019, a taxa de cobertura da formação profissional foi de 70%, ou seja do total de 60 trabalhadores, 42 frequentaram, no mínimo uma ação de formação. Foram desenvolvidas diversas ações de formação direccionadas para técnicos superiores

e para técnicos de operação e manutenção, conforme se descreve seguidamente:

- Participação no Congresso Geotérmico Europeu 2019, Holanda (The Hague), entre 11 e 14 de junho;

- Curso de formação em Gestão de Projetos dirigido a onze elementos da equipa de quadros superiores da Direção de Recursos Geotérmicos e dois elementos da Direção de Recursos Hídricos e Eólicos. Esta formação foi ministrada pela WINNING Scientific Management em 21, 22 e 23 de outubro e 6, 7 e 8 de novembro de 2019.
- Curso de formação em Trabalhos em Altura e Resgate em Centrais, dirigida à equipa da manutenção da Central Geotérmica do Pico Alto;
- Curso de formação de Brigadas de Incêndio Industriais, dirigida a toda a equipa da Central Geotérmica do Pico Alto, nos dias 4 e 5 de dezembro de 2019, na ilha Terceira;
- Curso de formação em Prevenção de Riscos Elétricos dirigido a equipa de manutenção das Centrais Geotérmicas de São Miguel, em 28 e 29 de novembro de 2019;
- Curso de Formação Profissional em Secretariado e Assessoria dirigido à área administrativa, tendo decorrido entre 2 de outubro e 25 de novembro de 2019, num total de 50 horas de formação.

Handwritten signature and initials in blue ink.

A segurança e saúde no trabalho são valores basilares na gestão dos recursos humanos da empresa. A EDA Renováveis, no desenvolvimento da sua atividade tem procurado criar um ambiente de trabalho que favoreça o bem-estar e proporcione boas condições de segurança e saúde.

Número de Exames	2015	2016	2017	2018	2019	Var.% 2019/18
	49	43	75	36	52	44

Número de Exames, em 2019	Admissão	Periódicos	Ocasionais	Total
	6	24	22	52

Nos termos previstos no n.º 4, do Art.º 74 e seguintes da Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, que veio regulamentar o regime jurídico da promoção e prevenção da segurança e saúde no trabalho, os serviços de segurança e saúde no trabalho da empresa são assegurados pela EDA, S.A., enquanto entidade detentora da EDA Renováveis, na modalidade de serviço interno.

Número de Acidentes de Trabalho (com e sem ausências ao trabalho), por género

Ausência ao trabalho	2016			2017			2018			2019			Var.% 2019/18		
	com	sem	total	com	sem	total									
	3	0	3	4	2	6	3	0	3	1	2	3	-67%	-	0%
	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	-100%	-	-100%
	3	0	3	4	2	6	4	0	4	1	2	3	-75%	-	-25%

*CMU
JF
DST
DST
DST*

Em 2019, foram executados 52 exames médicos, mais 44% do que o número de exames efetuados no ano anterior. Foi também efetuada uma visita por parte do serviço de medicina no trabalho à Central Geotérmica do Pico Vermelho, para verificação das condições de trabalho e das oportunidades de melhoria.

Índices de Sinistralidade

	2017	2018	2019	Var.% 2019/18
Frequência	48,5	50,9	11,2	-78%
Incidência	75,5	75,5	17,5	-77%
Gravidade	1 444	1 285	1 033	-20%

O número de Acidentes de Trabalho, que tenham ou não originado dias de ausência ao trabalho, regista uma melhoria, quando comparados com os dados relativos ao ano anterior.

Por sua vez, os Índices de Sinistralidade, calculados em função das lesões profissionais, não mortais e mortais, neste último caso sem qualquer registo, devidas a acidentes de trabalho que tenham originado uma ausência ao trabalho de, pelo menos, um dia, com exclusão do dia do acidente, apresentam uma evolução positiva com decréscimos de 78%, 77% e 20%, face aos valores registados no ano anterior, no que se refere à Frequência, Incidência e Gravidade.

Realça-se que, de acordo com a Classificação da Organização Mundial de Saúde, o Índice de Frequência, que representa o nº de lesões profissionais por um milhão de horas de exposição

ao risco, transitou do escalão Médio para Muito Bom. O valor apurado para o Índice de Gravidade, que representa o número de dias perdidos, devido à ocorrência de acidentes de trabalho por um milhão de horas-homem trabalhadas, mantém-se no escalão Médio, ficando assim ao nível do terceiro escalão dessa escala de 4 níveis, em que o escalão considerado Bom, contempla um intervalo entre 500 e 1 000.

CLM
L
DST
S
SC

DOMÍNIO AMBIENTAL

A atividade da EDA Renováveis, como não poderia deixar de ser, tem impacto no ambiente, na biodiversidade, na flora, na fauna, razão pela qual a empresa assegura um conjunto de medidas que permitem a proteção ambiental e a compensação dos impactos, mantendo, de forma sistematizada, um amplo programa de monitorização.

Os poços geotérmicos explorados pela EDA Renováveis, estão localizados em zonas de natural e elevado fluxo de CO₂. Em 2019, tendo por base um factor de emissão de 211 gCO₂/kWh, associado à produção geotérmica, da responsabilidade da EDA Renováveis, determinou-se uma emissão de 40 407 toneladas de CO₂, quando em 2018 havia sido de 43 086 toneladas. Note-se, no entanto, que a produção de eletricidade de origem renovável, geotérmica, eólica e hídrica, emitida pela EDA Renováveis ascendeu, em 2019, a 278,6 GWh, o que permitiu evitar 152 734 toneladas de CO₂, líquidas equivalente à produção térmica, tendo em consideração a central térmica de base de cada ilha e a emissão de CO₂, relativa à produção geotérmica.

Durante o ano de 2019, o plano de monitorização ambiental, no que respeita à exploração dos recursos geotérmicos atingiu o valor de 515 mil Euros, dos quais 318 mil Euros respeitam ao acompanhamento ambiental da exploração do campo geotérmico da Ribeira Grande e 197 mil Euros campo geotérmico do Pico Alto, incluindo também as atividades de conservação e de restauro no âmbito da ecologia.

Monitorização ambiental, campos geotérmicos da Ribeira Grande e do Pico Alto

Campo Geotérmico	Âmbito	Descrição
Ribeira Grande (São Miguel)	Declaração de Impacte Ambiental do Projeto de Expansão da Capacidade de Ceração no CpCRG - sector Caldeiras RG	Monitorização sismovulcânica do campo de desgasificação das Caldeiras da Ribeira Grande Vigilância da qualidade do ar do Lugar das Caldeiras da Ribeira Grande
	Declaração de conformidade ambiental do Projeto de Execução da Central Geotérmica do Pico Vermelho	Monitorização sismovulcânica do campo geotérmico da Ribeira Grande Monitorização dos recursos hídricos do campo geotérmico da Ribeira Grande Monitorização da qualidade do ar, emissões das Centrais do Pico Vermelho e Ribeira Grande
		Monitorização sismovulcânica do campo geotérmico do Pico Alto
	Declaração de Impacte Ambiental do Projeto Geotérmico da Terceira	Monitorização ecológica do campo geotérmico do Pico Alto Monitorização dos solos do campo geotérmico do Pico Alto
Pico Alto (Terceira)	Declaração de conformidade ambiental do Projeto de Execução da Central Geotérmica do Pico Alto	Monitorização dos recursos hídricos do campo geotérmico do Pico Alto Conservação e Integração Paisagística da Central Geotérmica do Pico Alto - Fase 2 Monitorização do ruído da Central Geotérmica do Pico Alto Monitorização da qualidade do ar (emissões das Central Geotérmica do Pico Alto)
		Medidas mitigadoras para a plataforma C - Fase 1
	RECAPE dos poços PA5, PA6 e PA7	Parer da ecologia para as plataformas A e E, condutas de geofluido, condutas de água para a perfuração e desativação de parte da plataforma do PA1

Handwritten notes:
 CUL
 [Signature]

No campo geotérmico da Ribeira Grande, o programa de monitorização ambiental implementado em 2019 incluiu a monitorização sismovulcânica, envolvendo as componentes da geodesia, da geoquímica e da geofísica, a monitorização dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, e a monitorização da qualidade do ar através da estimativa das emissões de gases não condensáveis para a atmosfera nas Centrais do Pico Vermelho e da Ribeira Grande. Para além destas, no Lugar das Caldeiras da Ribeira Grande, em 2019 foi continuado o programa de monitorização sismovulcânica do campo de desgaseificação, nas vertentes da geoquímica, geodesia, e da geofísica, bem a monitorização e vigilância da qualidade do ar das habitações do Lugar das Caldeiras.

No campo geotérmico do Pico Alto, os programas de monitorização ambiental implementados em 2019 incluíram a monitorização sismovulcânica do campo geotérmico do Pico Alto, nas vertentes geoquímica, geofísica e geodésica, a monitorização dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, a monitorização ecológica, dos solos e da qualidade do ar.

Em 2019, foram também continuadas as atividades de conservação e restauro ecológico associadas ao Programa de Conservação e Integração Paisagística da Central Geotérmica do Pico Alto, que pretende dinamizar o desenvolvimento das espécies endémicas, incluindo as espécies protegidas, raras e em perigo, através da criação de núcleos populacionais que possam servir de polo de disseminação de sementes, contribuindo deste modo para o restabelecimento natural destas espécies nas áreas vizinhas. Em 2019, ficou concluída a Fase 2, correspondente à implementação das espécies nos espaços da Central e iniciou-se a fase de acompanhamento do desenvolvimento das espécies.

Adicionalmente, no âmbito do RECAPE dos poços PA5, PA6 e PA7, do campo geotérmico do Pico Alto, foi prosseguida a preparação do programa de medidas mitigadoras propostas para a construção da plataforma C, sita no Parque Natural da ilha Terceira. Neste âmbito, em 2019 foi concluída a Fase 1 do projeto, correspondente ao plano detalhado das atividades associadas a este programa de conservação específico, que tem por objetivo mitigar os impactos da construção da plataforma C e dinamizar a recuperação ambiental da zona envolvente. Também no âmbito do RECAPE dos poços PA5, PA6 e PA7, foi ainda avaliado, na vertente da ecologia, os eventuais impactes das plataformas A e E, dos traçados das condutas de geofluido e das condutas de água para a perfuração, o que deu lugar a uma proposta de medidas de



restauro ecológico a implementar no âmbito da desativação de parte da plataforma do poço PA1.

No âmbito de atividades de I&D, importa realçar os projetos “Naturalmente” e “Calcite”, que permitiram um enriquecimento técnico e científico com claros benefícios para o desenvolvimento da atividade de exploração dos recursos geotérmicos.

O projeto “Naturalmente” é um projeto de conservação ecológica, que tem permitido a aquisição de conhecimento, proporcionando a criação de uma base local de conhecimento, passível ser projetada, como exemplo pioneiro, para o restante Arquipélago. É um projeto que garante o cumprimento das obrigações ambientais do

Destacam-se com impacto na conservação da natureza o programa “Naturalmente” e o programa “Calcite”, com impacto na gestão dos recursos geotérmicos.

Projeto Geotérmico da Terceira e contribui para cumprimento das obrigações relativas à responsabilidade social da empresa para com o ambiente.

Este projeto tem como âmbito o programa de Conservação e Integração Paisagística da Central Geotérmica do Pico Alto, que resultou das imposições ambientais decorrentes da Declaração de Impacte Ambiental do Projeto Geotérmico da Terceira, de 2002, e do RECAPE da Central Geotérmica do Pico Alto, mas vai muito para além das condições exigidas pela Autoridade Ambiental. Trata-se de um projeto que pretende dinamizar o desenvolvimento das espécies endémicas, incluindo as protegidas, raras e em perigo, através da criação de núcleos populacionais que possam servir de polo de disseminação de sementes, contribuindo para o restabelecimento natural destas espécies nas áreas vizinhas. Ao mesmo tempo, o projeto visa criar uma estrutura verde dissimuladora no perímetro da Central, por forma a dar continuidade ecológica e visual com os corredores vegetais existentes.

A estratégia de estabelecimento das espécies e respetivos habitats naturais, prevê um desenvolvimento faseado, com uma redução progressiva do esforço de manutenção do jardim, com cerca de 1,5 anos de aplicação das espécies no interior da Central e sua envolvente, seguidos do acompanhamento do desenvolvimento das plantas durante os 2 anos seguintes,

clh.
P
S
A
A

até à sua consolidação. A partir desse momento, espera-se que as necessidades de manutenção sejam mínimas, passando o desenvolvimento das espécies a seguir os processos e dinâmicas naturais, replicando o ambiente natural.

Este programa de conservação ecológica foi deferido pela Autoridade Ambiental em dezembro de 2018. As atividades desenvolvidas em 2018 e 2019 corresponderam à fase de implementação no terreno. Neste contexto, em 2018 foram submetidos ao SIFIDE as atividades de I&D referentes à preparação da implementação dos arranjos exteriores, incluindo a seleção das espécies, os procedimentos de colheita e o zonamento dos espaços onde estas seriam aplicadas, seguida das primeiras fases de implementação no terreno. Em 2019 concretizou-se a conclusão da implementação no terreno e início do acompanhamento da evolução das espécies, investigando-se o sucesso das estratégias adotadas e ajustando-se as metodologias de manutenção em função dos processos vegetativos verificados.

O projeto "Calcite" permitiu a aquisição de conhecimento técnico e científico que melhorou a exploração do recurso geotérmico na Ribeira Grande e no Pico Alto, minimizando o tempo de indisponibilidade dos poços de captação do fluido, aquando das operações de limpeza mecânica de depósitos de calcite no seu interior.

As atividades de I&D, do projeto "Calcite" prenderam-se com a construção de uma base metodológica, assente no estabelecimento dos procedimentos operacionais mais adequados para implementação de uma nova técnica de limpeza de calcite, bem como o início do estudo de soluções tendo em vista a inibição química da precipitação de calcite no interior dos poços de produção e da precipitação de sulfatos de ferro e sílica nos permutadores de calor da Central Geotérmica. Neste âmbito foram apresentados os resultados alcançados na limpeza mecânica do poço PV8, em produção, e que foram publicados num artigo aceite pelo júri científico do European Geothermal Congress 2019, realizado em Haia, na Holanda, junho de 2019.

Os fluidos geotérmicos do Pico Alto, na ilha Terceira e na Ribeira Grande, em São Miguel, têm tendência para a precipitação de calcite no interior dos poços de produção, pois a água geotérmica torna-se supersaturada em carbonato de cálcio na zona onde ocorre a primeira ebulição, sendo que a deposição progressiva ao longo do tempo pode levar à redução da

CM
AR
DST
AF.
S

secção dos poços e diminuição da sua produtividade, com conseqüente redução de caudal de fluido às Centrais Geotérmicas.

Assim, uma das vertentes do projeto "Calcite" visa investigar a aplicação de novas técnicas que permitam a limpeza dos depósitos de calcite no interior dos poços, minimizando o tempo de indisponibilidade. A par deste objetivo, o projeto "Calcite", visa também investigar a deposição de sílica amorfa e sulfatos de ferro encontrados nos equipamentos de superfície ao longo do circuito percorrido pelo fluido geotérmico na Central Geotérmica do Pico Alto, particularmente, nos permutadores de calor. O projeto "Calcite" contempla a investigação de soluções com elevada relevância económica e operacional para a exploração do recurso geotérmico, para, por um lado, mitigar e prevenir a deposição, e, por outro, remedia-la, através da limpeza mecânica com os poços em produção, reduzindo drasticamente o tempo de indisponibilidade, pois não havendo arrefecimento prévio do poço não se verifica a necessidade de recuperação térmica do reservatório geotérmico na envolvente do poço.

Assim, o ano de 2019 foi marcado pela continuidade destas atividades de I&D, nomeadamente:

- Análise completa da composição química do geofluido ao longo do circuito da Central e identificação de que os depósitos de sulfato de ferro tinham origem essencialmente na corrosão dos elementos de aço carbono e de que a sílica resulta da sobressaturação mediante o arrefecimento do fluido geotérmico, provavelmente potenciada pela nucleação dos depósitos de ferro.
- Substituição das infraestruturas de aço carbono por aço inox, eliminando a origem dos sulfatos de ferro. Com esta medida, a nucleação de sílica amorfa poderá também ter sido minimizada, o que se encontra em investigação, para o efeito foi recebido o apoio do consultor GeothermEx.
- Limpeza mecânica do poço PA4, em outubro, o que permitiu uma segunda oportunidade de se testar a nova técnica de limpeza dos depósitos de calcite no interior dos poços sem necessidade de arrefecimento prévio do poço. Os trabalhos foram realizados, com o apoio do consultor ISOR, e a aplicação da metodologia foi, mais uma vez, bem-sucedida. Dos resultados, destaca-se que a operação de limpeza foi efetuada com o poço quente, mas em condições estáticas, despressurizado, tendo-se tratado, por isso, de uma nova experiência, que aduziu conhecimento técnico e científico que

CM
PA
PA
PA
PA
PA

servirá de base para operações futuras semelhantes no Pico Alto.

Importa ainda referir, que no âmbito das atividades atrás mencionadas, foi efetuada uma candidatura ao Sistema de Incentivos Fiscais à Investigação e Desenvolvimento Empresarial (SIFIDE), que mereceu recentemente o parecer positivo da Agência Nacional de Inovação, para a atribuição de um crédito fiscal, de 271 mil Euros, correspondente a 100% do total das despesas submetidas na candidatura.

Destaca-se ainda o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido de manutenção dos circuitos e trilhos pedestres junto das centrais hidroelétricas da Fajã Redonda e Salto do Cabrito, da Ribeira da Praia, do canal da Central da Fábrica Nova e ainda das antigas centrais da Empresa de Electricidade e Gás (EEG), em São Miguel, permitindo o acesso a esses locais de forma segura e promovendo também o património cultural. Por sua vez, as centrais geotérmicas da Ribeira Grande e do Pico Alto possuem percursos circundantes com painéis explicativos, quer da produção geotérmica, quer da biodiversidade dos locais, o que proporciona o contacto com a população local, turistas e alunos de diferentes graus de ensino, normalmente integrados em visitas de estudo organizadas pelas escolas e universidades.

pu
M
S
K
R

EVOLUÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO

	2019	2018	Variação	2019/2018
Euros				
Vendas e serviços prestados	28 026 272	28 977 275	(951 003)	-3%
Subsídios à Exploração	4 800	282	4 518	1600%
Trabalhos para a Própria Entidade	418 872	16 049	402 824	2510%
Outros Rendimentos e Ganhos	1 173 919	1 250 294	(76 374)	-6%
Rendimentos Operacionais	29 623 864	30 243 900	(620 036)	-2%
Custo das Mercadorias Vendidas Mat. Consumidas	278 571	269 971	8 600	3%
Fornecimentos e Serviços Externos	5 125 071	4 796 588	328 483	7%
Gastos com o Pessoal	1 926 571	1 758 940	167 631	10%
Gastos/reversões de Depreciação e Amortizações	7 783 615	7 908 593	(124 979)	-2%
Outros Gastos e Perdas	2 444 294	2 585 861	(141 567)	-5%
Gastos Operacionais	17 558 122	17 319 953	238 169	1%
Resultado Operacional (EBIT)	12 065 741	12 923 946	(858 205)	-7%
Resultado Antes de Depreciações e Gastos de Financiamento (EBITDA)	19 849 356	20 832 540	(983 184)	-5%
Resultados Financeiros	(11 380)	(22 910)	11 530	-
Resultado Antes de Impostos	12 054 361	12 901 036	(846 675)	-7%
Imposto sobre o Rendimento do Período	2 663 976	2 789 545	(125 570)	-5%
Resultado Líquido do Período	9 390 385	10 111 491	(721 106)	-7%

Análise dos Proveitos e Custos Operacionais

No exercício de 2019, a EDA Renováveis regista um Resultado líquido positivo de 9 390 mil Euros, 7% inferior ao obtido no ano de 2018.

Os Proveitos operacionais ascendem a 29 624 mil Euros, evidenciando um decréscimo de 2%, face ao valor registado em 2018.

O Volume de negócios totalizou 28 026 mil Euros, o que representa um decréscimo de 3%,

Em 2019, o resultado líquido da EDA Renováveis atingiu os 9.390 mil euros, 7% inferior a 2018.

relativamente ao ano anterior. Em 2019, a venda de energia de origem geotérmica regista um decréscimo de 6%, quando comparada com o valor verificado no ano anterior, resultante de uma avaria ocorrida em outubro na Central Geotérmica do Pico Vermelho, bem como de ações de manutenção nesta central e na Central da Ribeira Grande e ainda pela paragem de 5 dias, desta última, para permitir os trabalhos da concessionária do transporte e distribuição na linha de 60kV.

	Euros		
	2019	2018	Variação 2019/2018
Vendas de Electricidade	28 026 271	28 976 724	(950 453) -3%
Hídrica	2 981 564	2 659 537	322 027 12%
Eólica	5 778 020	5 879 750	(101 730) -2%
Geotérmica	19 266 687	20 437 437	(1 170 750) -6%

PH
 ✓
 ✓
 ✓
 ✓
 ✓
 ✓

Os Trabalhos para a própria empresa, no montante de 419 mil Euros, resultam essencialmente de custos associados aos trabalhos preparatórios e de acompanhamento do programa de investimentos em curso, que apresenta uma maior expressão nos próximos anos.

A rubrica Outros rendimentos e ganhos registou um valor de 1174 mil Euros e está relacionada fundamentalmente com reconhecimento de subsídios ao investimento, nomeadamente 913 mil Euros relativos a ativos imobilizados de centrais geotérmicas e 195 mil Euros relativo a centrais eólicas.

Por sua vez, os Gastos operacionais registaram o valor de 17 558 mil Euros, verificando-se um aumento de 1%, relativamente ao ano anterior.

O Custo das matérias consumidas, no valor de 279 mil Euros, regista um acréscimo de 3% e está essencialmente associado ao pentano e inibidores utilizados no processo nos poços geotérmico.

Os Fornecimentos e serviços externos ascenderam a 5 125 mil Euros, apresentando um aumento de 7%, face ao valor registado em 2018. Em 2019, foram executadas duas manutenções na Central do Pico Vermelho, uma preventiva e outra curativa, cujo valor se veio

a refletir no acréscimo verificado. Do valor total desta rubrica 70 mil Euros estão relacionados com os trabalhos para a própria empresa, sendo que no ano anterior havia sido de 12 mil Euros.

Os Gastos com o pessoal, que representam cerca de 11% dos Gastos operacionais, ascendem a 1 927 mil Euros, em 2019, 10% acima do valor registado no ano anterior, em resultado do acréscimo do número de trabalhadores, que em 2019 foi em média de 57, quando em 2018 havia sido de 53. Acresce ainda referir os gastos decorrentes da atualização salarial ocorrida em 2019, nomeadamente 2,5% na tabela salarial e a fixação do subsídio de almoço em 8,50 Euros, por dia completo de trabalho efetivo.

Os Outros gastos e perdas, no valor de 2 444 mil Euros, apresentam um decréscimo de 5% relativamente ao valor registado em 2018. Esta rubrica inclui essencialmente as compensações previstas nos contratos de concessão da exploração económica dos recursos geotérmicos situados no campo geotérmico da Ribeira Grande, em São Miguel e no campo geotérmico do Pico Alto, na ilha Terceira, de 12,5% e 10%, a aplicar ao valor das vendas de energia do ano, respetivamente, que totalizaram 2 368 mil Euros, em 2019

Os Resultados financeiros registam um valor negativo de 11 mil Euros. Deste valor 64 mil Euros respeitam a juros e rendimentos similares obtidos. Os juros obtidos referem-se à aplicação de excedentes de tesouraria, na forma de empréstimo concedido em aberto, ao acionista EDA, que em 31 de dezembro de 2019 ascendia a 51 115 mil Euros. Estes empréstimos são remunerados à taxa de juro média das emissões de Programas de Papel Comercial de Curto Prazo da EDA, no final do mês anterior ao da cedência ou, na ausência de emissões de Curto Prazo, à taxa da emissão do PPC de médio e longo prazo, também no final do mês imediatamente anterior ao da emissão, com prazo mais próximo da data da cedência, o que determinou uma taxa média de 0,13%. Os Juros e gastos similares, no total de 76 mil Euros, referem-se os juros suportados com empréstimos para financiamento da atividade da empresa no valor de 21 Mil Euros, outras despesas financeiras no valor de 39 mil Euros, bem como o encargo de 16 mil Euros, resultante da aplicação dos fatores de atualização da provisão constituída em 2012, para assegurar o desmantelamento dos Paques Eólicos, que em 31 de dezembro de 2019 totaliza 3 004 mil Euros.

pu
A
B
C
D
E
F
G
H
I
J
K
L
M
N
O
P
Q
R
S
T
U
V
W
X
Y
Z

EVOLUÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

Apresenta-se de seguida, em termos sintéticos, a posição financeira da EDA Renováveis:

	Euros			
	2019	2018	Variação	2019/2018
Ativos fixos tangíveis	63 231 252	68 020 066	(4 788 815)	-7%
Ativos intangíveis	216 488	234 348	(17 860)	-8%
Outros investimentos financeiros	28 669	22 487	6 182	27%
Ativos por impostos diferidos	7 587 489	7 731 264	(143 775)	-2%
Activo Não Corrente	71 063 898	76 008 165	(4 944 268)	-7%
Inventários	78 094	70 600	7 494	11%
Clientes	3 540 379	3 832 562	(292 182)	-8%
Acionistas	51 115 000	44 810 000	6 305 000	14%
Outros créditos a receber	177 878	97 932	79 946	82%
Diferimentos	102 354	132 140	(29 786)	-23%
Caixa e depósitos bancários	185 989	190 701	(4 711)	-2%
Activo Corrente	55 199 694	49 133 935	6 065 760	12%
Activo	126 263 592	125 142 100	1 121 492	1%
Capital subscrito	23 799 970	23 799 970	0	0%
Reservas legais	4 759 994	4 599 548	160 446	3%
Outras reservas	14 016	13 468	548	4%
Resultados transitados	61 046 382	56 153 379	4 893 003	9%
Outras variações no capital próprio	9 619 730	10 501 209	(881 479)	-8%
Resultado líquido do período	9 390 385	10 111 491	(721 106)	-7%
Capital Próprio	108 630 477	105 179 065	3 451 412	3%
Provisões	3 004 300	2 897 093	107 207	4%
Financiamentos obtidos	2 818 182	4 856 818	(2 038 636)	-42%
Outras dívidas a pagar	2 939 408	3 180 359	(240 951)	-8%
Passivos por Impostos Diferidos	0	0		
Passivo Não Corrente	8 761 890	10 934 270	(2 172 380)	-20%
Fornecedores	881 005	1 216 956	(335 951)	-28%
Estado e outros entes públicos	809 749	1 492 244	(682 495)	-46%
Financiamentos obtidos	2 045 639	2 047 011	(1 372)	0%
Outras dívidas a pagar	5 134 833	4 272 554	862 278	20%
Passivo Corrente	8 871 225	9 028 765	(157 540)	-2%
Passivo	17 633 115	19 963 035	(2 329 920)	-12%
Capital Próprio e Passivo	126 263 592	125 142 100	1 121 492	1%

Handwritten signature and initials in blue ink.

O Ativo não corrente, correspondente a 56% do ativo total, ascende a 71 064 mil Euros, menos 7% do que o valor registado em 2018.

Os Ativos fixos tangíveis e intangíveis totalizam 63 448 mil Euros, menos 4 807 mil Euros relativamente ao valor registado no ano anterior. Este decréscimo resulta essencialmente do valor do investimento verificado no ano, no valor de 2 887 mil Euros, e do efeito das depreciações do ano relativas ao ativo em exploração, no valor de 7 784 mil Euros.

O Ativo Total ascende a 126 Milhões de Euros. O Ativo Fixo corresponde a 56%. O Ativo corrente integra a conta Acionistas, correspondendo a mesma a 93% desse agregado.

O Ativo em curso regista um acréscimo de 2 658 Mil Euros, correspondente ao investimento realizado em 2019 nos projetos relativos ao aproveitamento hidroelétrico da Ribeira Grande, na Ilhas das Flores, no valor de 125 mil Euros, cujo valor imobilizado em curso ascende a 368 mil Euros, aos Parques Fotovoltaicos da Ilhas de Sta. Maria e Corvo, no valor de 373 mil Euros, cujo imobilizado em curso é de 471 Mil Euros e de 26 Mil Euros, respetivamente, ao Campo Geotérmico do Pico Alto, na ilha Terceira, 526 mil Euros e ao Campo Geotérmico da Ribeira Grande, 1 634 Mil Euros, cujo valor de imobilizado em curso ascende a 4 000 mil Euros. Acresce ainda um investimento de 229 mil Euros de aquisições de equipamento administrativo e de transporte.

A Provisão para o desmantelamento dos Parques Eólicos em exploração sofreu um reforço de 92 mil Euros, correspondente à dotação do ano.

A Imparidade acumulada, em 31 de dezembro de 2019 ascende a 31 471 mil Euros, dos quais 21 812 mil Euros referem-se ao Campo Geotérmico do Pico Alto e 6 249 mil Euros ao Poço PA 1, do mesmo campo geotérmico, 1 958 mil Euros ao Poço Geotérmico RG5, 1 202 mil Euros ao poço Geotérmico CL2 e 249 mil Euros a outros equipamentos.

O setor do Campo Geotérmico do Pico Alto, na ilha Terceira, após diversos estudos e pareceres de especialistas de referência, foi identificado como uma área de interesse comercial para efeitos de produção de energia elétrica. Na sequência desta decisão, foi realizado um

PH
[Handwritten signature]

investimento no valor de 40 967 mil Euros em estudos, perfuração e instalação de poços geotérmicos, financiado a fundo perdido pelo Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu e pelo European Economic Area Grants, no valor de 8 009 mil Euros, em 2009. Tendo-se adotado o critério contabilístico de capitalização dos gastos com a pesquisa, anualmente o investimento é sujeito a testes de imparidade, tendo sido determinado, à data de 31 de dezembro de 2019, um valor de uso dos ativos de 8 370 mil Euros, valor este superior em 485 mil Euros ao valor do ativo líquido registado, 7 885 Euros, pelo que se considerou manter a imparidade acumulada, no valor de 21 811 mil Euros.

Face ao risco elevado deste campo geotérmico, instalou-se, numa primeira fase, com entrada em exploração setembro de 2017, uma central de 3,5 MW, que suporta a expansão da capacidade produtiva até 10 MW. A expansão dessa capacidade importa num investimento adicional de 13 000 mil Euros, previsto no Plano Plurianual e Orçamento para 2020, que, atendendo à possibilidade de declínio de produtividade dos poços em exploração, considera igualmente uma campanha de perfuração de 2 ou de 3 poços geotérmicos, direcionais até uma profundidade máxima de cerca de 2.000 metros, estimada em 12.830 mil Euros. Assim, o valor de uso dos ativos atrás referido foi determinado com base na atualização dos fluxos de caixa futuros estimados, tendo por cenário os pressupostos previstos no Plano Plurianual e Orçamento aprovado, nomeadamente no que se refere ao investimento para reforço da produtividade do campo geotérmico e de expansão da central, as Vendas de energia elétrica, a uma vida útil até ao final do período da concessão, um custo médio ponderado do capital (WACC) de 5,05% e uma análise de sensibilidade de +/- 10% dos fluxos de caixa e 1% do Custo Médio Ponderado do Capital (WACC).

Ainda no âmbito do desenvolvimento do campo geotérmico do Pico Alto, importa referir que o poço geotérmico PA1 foi tecnicamente considerado abandonado, pelo que os gastos incorridos com o mesmo, no montante de 6 249 mil Euros foram considerados irrecuperáveis e integralmente reconhecidos em 2011.

Já no Campo Geotérmico da Ribeira Grande, em São Miguel, registou-se uma imparidade de 1 958 mil Euros, em 2016, referente aos gastos incorridos no poço geotérmico RG5, por ter sido reconhecida a sua inviabilidade económica e uma imparidade de 1 202 mil Euros relativa ao poço Geotérmico CL 2, correspondente aos gastos de reparação mecânica e de limpeza, após

ter sido identificada uma deformação no seu interior limitadora da geração de geofluido e consequente viabilidade, tendo o mesmo sido desconsiderado do parque de poços de produção.

Os Ativos por impostos diferidos ascendem a 7 587 mil Euros e são relativas à constituição de Imparidades de Clientes, à Provisão constituída para desmantelamento dos Parques Eólicos, às Depreciações associadas ao Parque Eólico da Serra do Cume (Ilha Graciosa), à reexpressão de ativos produtivos e das imparidades de ativos relativos ao Campo Geotérmico do Pico Alto e ao poço geotérmico da Ribeira Grande, RG5.

No final do ano de 2019, o Ativo corrente correspondente a 44% do ativo total, ascendia a 55 200 mil Euros, mais 6 066 mil Euros do que o valor registado em 2018. Deste agregado destaca-se o aumento da Conta Acionista, que representa 93% do total, no valor de 55 115 mil Euros. Estes empréstimos concedidos enquadram-se no âmbito da gestão financeira integrada do grupo EDA, conforme previsto no artigo 4º dos estatutos da empresa mãe, relativamente à definição da estratégia, da coordenação da atividade e da gestão global das funções comuns, nomeadamente na área financeira, com vista à obtenção de sinergias de grupo.

Em 2019, Passivo da EDA Renováveis totaliza 17 633 mil Euros, menos 12%, do que o valor verificado em 2018.

O Passivo em 31 de dezembro de 2019 ascendia a 17 633 mil Euros.

Destaca-se ao nível do Passivo, a rubrica de Outras dívidas a pagar, no valor de 8 074 mil Euros, que representa 46% desse agregado e respeitam, essencialmente, a ajustamentos por impostos a pagar no futuro referente aos subsídios ao investimento reconhecidos ao nível do Capital próprio, no valor de 2 480 mil Euros, bem como a responsabilidades relativas à contrapartida financeira pela exploração de recursos geotérmicos, no valor de 2 347 mil Euros e para com fornecedores relacionados com investimento em curso, no valor de 2 010 mil Euros.

Os empréstimos bancários obtidos, correntes e não correntes, ascendem a 4 864 mil Euros, apresentando um decréscimo de 2 040 mil Euros, ou seja, menos 30% do que o valor registado

PU
LH
DST
R.
L

em 2018. Tratam-se de empréstimos obtidos junto do BEI, cuja amortização final se prevê ocorrer em 2024. O Custo médio da dívida da Eda Renováveis em 2019 foi de 1,02%, em 2018 tinha sido de 0,95%.

(mil Euros)

	Corrente		Não corrente		Total		Var. 2019/2018	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018		
Empréstimos bancários	2 046	2 047	2 818	4 857	4 864	6 904	(2 040)	-30%

Refere-se ainda a rubrica de Provisões, no valor de 3 004 mil Euros, relativa ao desmantelamento dos parques eólicos. Em 2019, procedeu-se ao reforço, no valor de 107 Mil euros. Deste montante 92 mil Euros respeitam à dotação do ano e 16 mil Euros resultam da atualização da taxa de desconto e da taxa de inflação.

Os Capitais Próprios da EDA Renováveis ascendem a 108 630 mil Euros, mais 3% do que o valor verificado em 2018.

Os Capitais próprios da empresa totalizam 108 630 mil Euros, apresentando um acréscimo de 3 451 mil Euros, decorrente do efeito conjugado do resultado do exercício, da aplicação do resultado do período anterior e da amortização dos subsídios não reembolsáveis ao investimento. Em 2019,

destaca-se o Resultado líquido no valor de 9 390 mil Euros, a distribuição de dividendos no valor global de 5 058 mil Euros, o reforço da Reserva Legal, no valor de 161 mil Euros, atingindo 20% do Capital Social e a amortização de subsídios ao investimento no valor de 1 108 mil Euros.

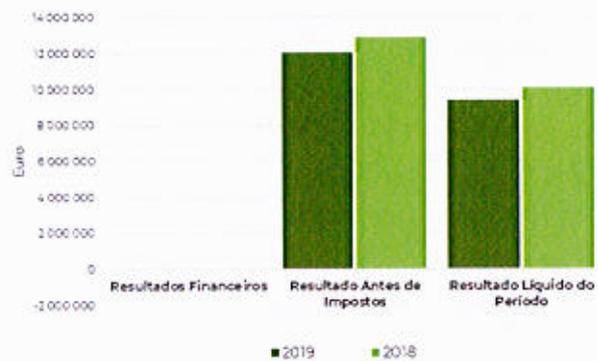
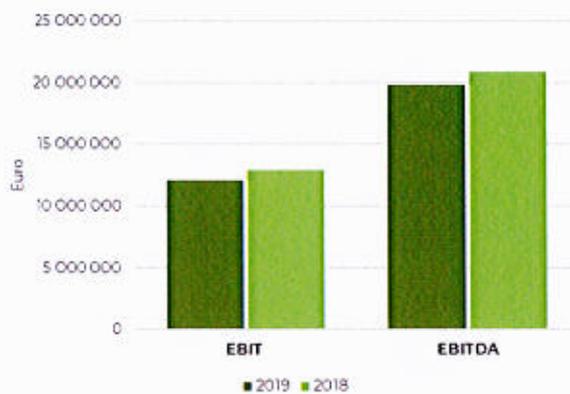
RESULTADOS DO PERÍODO

Euros

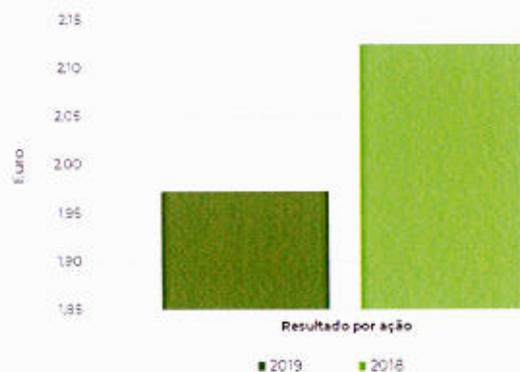
	2019	2018	Variação 2019/2018	
EBIT	12 065 741	12 923 946	(858 205)	-7%
EBITDA	19 849 356	20 832 540	(983 184)	-5%
Resultados Financeiros	(11 380)	(22 910)	11 530	-50%
Resultado Antes de Impostos	12 054 361	12 901 036	(846 675)	-7%
Resultado Líquido do Período	9 390 385	10 111 491	(721 106)	-7%
Resultado por ação	1,97	2,12	(0)	-7%

Em 2019, o Resultado operacional foi de 12 065 mil Euros, o que representa um decréscimo 7%, face ao valor verificado em 2018, correspondente a menos 858 mil Euros. Esta evolução está relacionada com um decréscimo dos rendimentos operacionais, menos 2% e um acréscimo dos gastos operacionais de 1%. Por sua vez, o EBITDA apresentou um decréscimo de 5%, situando-se nos 19 849 mil Euros. Tal como já referenciado, estes valores foram fortemente condicionados pela avaria ocorrida na Central Geotérmica do Pico Vermelho, bem como pelas paragens associadas às ações de manutenção nesta central e na Central da Ribeira Grande, a par da paragem de 5 dias, desta última, para permitir trabalhos de investimento da concessionária do transporte e distribuição numa linha de 60kV.

Handwritten signature



O Resultado líquido do período ascendeu a 9 390 mil Euros, menos 721 mil euros que em 2018, o que corresponde a um decréscimo de 7%. Tendo em conta esse rendimento e o número de ações, determina-se um resultado por ação de 1,97 euros, inferior em 0,15 euros por ação, quando comparado com o valor verificado em 2018.



Os principais indicadores financeiros, durante o período entre 2015 e 2019, apresentam a seguinte evolução:

	2019	2018	2017	2016	2015	Variação 2019/2018	
	(Euros)						
Volume de negócios	28 026 272	28 977 275	27 299 374	24 109 178	25 813 024	[951 003]	-3%
EBITDA	19 849 356	20 832 540	20 747 806	17 936 943	20 111 541	(983 184)	-5%
EBIT	12 065 741	12 923 946	6 486 816	7 983 699	8 682 424	(858 205)	-7%
Resultado antes de impostos	12 054 361	12 901 036	6 437 010	7 985 768	8 644 712	(846 675)	-7%
Resultado líquido do período	9 390 385	10 111 491	8 700 334	6 192 645	6 543 309	(721 106)	-7%
VAB	20 777 079	21 508 849	20 631 786	19 236 603	20 146 035	(731 770)	-3%
Ativo líquido	126 263 592	125 142 100	123 223 529	122 206 204	123 764 634	1 121 492	1%
Investimento (ano)	2 887 295	2 996 579	3 528 518	12 321 832	3 296 206	(109 284)	-4%
Capital próprio	108 630 477	105 179 065	100 709 047	97 125 153	96 071 445	3 451 412	3%
EBITDA/Custos operacionais (*)	271%	305%	307%	326%	309%	-34%	-11%
EBITDA/Gastos com pessoal (*)	1030%	1184%	1350%	1588%	1637%	-154%	-13%
Prazo médio de pagamentos	50	73	66	69	106	-24	-32%
Gastos de financiamento/Dívida financeira	1,32%	1,03%	0,68%	1,19%	2,20%	0,29%	28%
EBITDA/ Proveitos operacionais	68%	69%	70%	67%	72%	-0,95%	-1%
Resultado por ação	1,97	2,12	1,83	1,30	1,37	-15%	-7%
Endividamento	14%	16%	18%	21%	22%	(0)	-12%
Autonomia Financeira (Capital próprio/Ativo total)	86%	84%	82%	79%	78%	0	2%
Solvabilidade (Capital próprio/ Passivo total)	616%	527%	447%	387%	347%	1	17%
Número de trabalhadores	60	54	53	49	38	6	11%

(*) Custos Operacionais: CMC+FSE+GP

Handwritten notes in blue ink:
 pu.
 M
 D
 A.
 de

PERSPETIVAS

Para o ano de 2020, a EDA RENOVAVEIS estima que a produção de energia elétrica com origem em recursos energéticos endógenos seja de 286,7 GWh, sendo a produção de energia elétrica a partir da fonte geotérmica responsável por 190,5 GWh e a produção de origem hídrica e eólica por 31,8 GWh e 63,9 GWh, respetivamente.

O Plano Plurianual e Orçamento para 2020 prevê também o início da produção fotovoltaica, na ilha de Sta. Maria, com um valor de 0,5 GWh, ainda em 2020, sendo nesta data expectável que a entrada em exploração do parque venha a sofrer algum atraso, face aos constrangimentos provocados pela Crise COVID 19, com impacto na produção estimada.

Tendo em consideração a capacidade de integração de energia renovável nos sistemas elétricos, a EDA Renováveis tem por objetivo manter e otimizar a sua capacidade de produção e contribuir para o acréscimo de produção de energia elétrica de fonte renovável. Para o período de 2020 a 2024 está prevista a execução de um programa de investimento no valor de 105 milhões de Euros. Destacam-se 65 milhões de euros para a expansão (12 MW) e consolidação da exploração dos recursos geotérmicos, do qual 15,7 milhões de Euros serão investidos na Central da Ribeira Grande e 23,4 milhões de Euros na Central do Pico Vermelho, em São Miguel e 25,8 milhões de Euros na Central Geotérmica do Pico Alto, na ilha Terceira.

O plano de investimentos contempla ainda a substituição dos aerogeradores dos parques das ilhas de Sta. Maria, São Miguel, São Jorge Pico e Flores, com um reforço global da potência instalada de 8,2 MW e um investimento previsto de 15,5 milhões de Euros, face à aproximação do fim da vida útil de alguns dos aerogeradores.

Encontra-se em curso a instalação de parques fotovoltaicos nas ilhas de Sta. Maria e Corvo e em avaliação a instalação de parques nas ilhas São Miguel, São Jorge, Pico, Faial, Flores, com uma potência total a instalar de cerca de 8,9 MW.

Ao nível dos recursos hídricos encontram-se em estudo a instalação de um novo aproveitamento na ilha das Flores, com uma potência 1,1 MW.

CM
Ar
Det
P.
S

De acordo com o perspectivado no plano de negócios da empresa espera-se em 2020 atingir um Volume de negócios de 28 955 mil Euros e um Resultado líquido de 10 110 mil Euros.

Handwritten signature in blue ink, possibly reading "A. J. J. J."

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

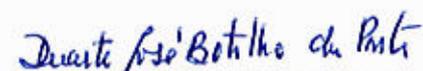
O Conselho de Administração, nos termos do artigo 16º, alínea g), dos Estatutos da Empresa, propõe que o Resultado Líquido do exercício de 2019, no valor de 9 390 385,29 Euros, (nove milhões, trezentos e noventa mil e trezentos e oitenta e cinco euros e vinte e nove cêntimos), tenha a seguinte aplicação:

Para:

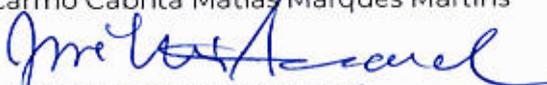
Dividendos	4 700 494,08 euros
Resultados Transitados	4 689 891,21 euros

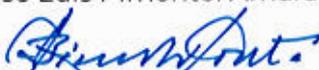
Ponta Delgada, 21 de abril de 2020

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO


Duarte José Botelho da Ponte


Maria do Carmo Cabrita Matias Marques Martins


José Luís Pimentel Amaral


Carlos Alberto Raposo Bicudo da Ponte


David Luís Ramalhinho Estrela

INFORMAÇÕES SOBRE A SOCIEDADE E ÓRGÃOS SOCIAIS

Objeto Social e Acionistas

A EDA RENOVAVEIS é uma sociedade anónima, criada em 2 de fevereiro de 1990, com sede na Central Geotérmica do Pico Vermelho, Estrada Regional da Lagoa do Fogo, na Ribeira Grande, na ilha de S. Miguel. A sociedade tem por objeto social o aproveitamento de recursos renováveis, designadamente de recursos hídricos, eólicos, geotérmicos, solares, resíduos e outros para a produção de eletricidade ou outros fins. O capital social da sociedade é de 23 799 970 Euros, representado por 4 759 994 ações, com o valor nominal de 5,00 euros cada. A EDA – Electricidade dos Açores, S.A. detém 99,68% do capital social da empresa e a SEGMA – Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda. uma participação de 0,32%.

cu
JR
JST
JF
JL

Ações Próprias

Em 31 dezembro de 2019 a empresa não detinha ações próprias.

Sucursais da sociedade

A empresa não detém quaisquer sucursais.

Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

Não existem situações, entre a data de encerramento do exercício económico e a presente data que mereçam destaque especial e que tenham afetado a situação patrimonial da empresa.

Negócios entre a sociedade e os seus administradores

Não existem negócios entre a sociedade e os seus administradores, nomeadamente quaisquer situações previstas no artigo 397.º do CSC.

Informação relativa ao disposto no Art.º 16º, do Decreto Legislativo Regional N.º 7/2008-A, de 24 de março

A EDA Renováveis, S.A é uma empresa pública, nos termos do Decreto Legislativo Regional n.º 7/2008-A, de 24 de março, pelos que deve, conforme Art.º 16, do referido diploma, prestar as informações complementares que seguidamente se explicitam.

Orientações Estratégicas

As orientações estratégicas aplicáveis à EDA RENOVÁVEIS são vertidas nas propostas de Plano Plurianual e Orçamento que anualmente são submetidas a aprovação da Assembleia Geral. O Plano Plurianual, 2019-2023 foi aprovado pela Assembleia Geral, realizada em 9 de janeiro de 2019 e está disponível em:

<http://www.eda.pt/GrupoEda/Paginas/FichaEmpresaEDARENNOVAVEIS.aspx>.

As orientações estratégicas são ainda fixadas anualmente em objetivos e indicadores financeiros e não financeiros, conforme quadro seguinte:

Resolução do Conselho de Governo n.º 197/2019, de 27 de outubro		Contrato de Gestão		Ponderação	2019		Limites, desde padrão de 5%		Grau de Cumprimento	Notação
Type	Área de Atuação	Indicadores	Contrato de Gestão		Objetivo	Execução	95%	105%		
Indicadores Financeiros	Eficiência e Atividade	Custos Operacionais/EB TDA	EB TDA/Custos Operacionais (F/M)	8%	27,80%	27,79%	25,0%	1,00	8,00%	
		Custos Com Pessoal/EB TDA	EB TDA/Custos Pessoal (F/M)	6%	129,2%	103,23%	107,2%	0,97	5,47%	
		Prazo Médio de Pagamentos	PMO (dias)	2%	75	80	79	1,33	2,00%	
	Endividamento	Classificação Financeira	Divida Financeira	Divida e Custos Similares Obrigações Financeiras	0%	1,00%	1,32%	1,03%	0,74	0,00%
	Rentabilidade e Crescimento	EB TDA/Receitas Próprias	EB TDA (Euros)	EB TDA (Euros)	16%	27 003 280	19 849 555	19 553 085	0,96	18,12%
	Projetos	EB TDA/Projetos	EB TDA/Projetos Operacionais	EB TDA/Projetos Operacionais	16%	58,90%	67,97%	63,5%	0,99	6,00%
	Resultados	Resultado Antes de Imposto	Resultado Antes de Imposto (Euros)	Resultado Antes de Imposto (Euros)	16%	13 069 147	12 054 347	12 402 330	0,90	14,77%
Outros indicadores financeiros	Autonomia financeira	Autonomia financeira	Autonomia financeira = Capital Próprio / Ativo Total	8%	85,20%	96,07%	80,9%	1,07	8,00%	
	Solvabilidade	Solvabilidade	Solvabilidade = Capital Próprio / Passivo Total	8%	877,40%	876,06%	848,5%	1,07	8,00%	
				80%					97,37%	
Indicadores Não Financeiros	Qualidade de Serviço	Adoptar metodologias para melhoria contínua da qualidade de serviço prestado e grau de satisfação dos clientes	Nº de Eventos com origem nos centros produtores da EDA R (à exceção da CCRA em período de Receção Provisória), causadores de desastres na rede pública de abastecimento de energia elétrica. <= 50	5%	50	75			1	8,00%
		Conceber e implementar políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo ao aumento de produtividade dos colaboradores, num quadro de equilíbrio e rigoroso controlo dos encargos que lhes estão associados, compatível com a dimensão e a situação económica e financeira da empresa, e promover a igualdade e a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional	Taxa de Cobertura de Formação <= 50%	2%	50%	70%			1	2,00%
	Política de RH	Realização de pelo menos 2 ações de formação	Realização de pelo menos 2 ações de formação	2%	2	4			1	2,00%
		Autonomia sobre segurança e saúde no trabalho	Número de rotinas, atos e exames médicos a 20 Trabalho pelo Serviço de Medicina <= 20	7%	20	50			1	1,00%
	Sistemas de Informação	Utilizar as tecnologias de informação que forem mais adequadas e com menor custo para a prestação de informação, garantindo a transparência de processos e o cumprimento dos normativos contabilísticos, bem como promover meios de controlo interno adequados à dimensão e complexidade da empresa	Implementação do Módulo SAP PM na manutenção dos Aerogeradores	5%					1	8,00%
Política de inovação e sustentabilidade	Implementar políticas de inovação tecnológica e tecnológica, conciliadas, promovendo e estimulando novas ideias, produtos ou serviços, processos e soluções, em benefício do cumprimento da sua missão e da satisfação das necessidades coletivas e orientadas para a sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental	Publicações em Congressos internacionais <= 2	5%		2			1	8,00%	
				20%					20,00%	
			Indicador Global de Desempenho (IGD)	100%					97,37%	

Concessões de exploração de recursos naturais

A empresa detém a concessão exclusiva da exploração dos recursos geotérmicos situados no concelho da Ribeira Grande, por um período de 25 anos, contados a partir de 14 de julho de 1995, passível de prorrogação, bem como a concessão exclusiva da exploração dos recursos geotérmicos situados na zona no Pico Alto, na ilha Terceira, também por um período de 25 anos contados a partir de 7 de agosto de 2017.

Ao nível da exploração de recursos hídricos a empresa detém as seguintes concessões para a captação de água superficial para produção de energia, na ilha de São Miguel, relativa à Ribeira Grande, no local do Salto do Cabrito, pelo prazo de 35 anos, contados a partir de 16 de janeiro de 2008; à Ribeira Quente, nos locais de Tambores, Canário e Foz da Ribeira, pelo prazo de 75 anos, contados a partir de 15 de outubro de 2018 e dos Túneis, contados a partir de 27 de outubro de 2015; bem como da Ribeira da Praia, nos locais da Fábrica Nova e da Ribeira da Praia, pelo prazo de 75 anos, contados a partir de 12 de janeiro de 2018. Detém ainda a concessão para a captação de água superficial para a produção de energia hidroelétrica na ilha das Flores, relativamente às Ribeiras de Além Fazenda, Badanela, Fazenda, Algarès, do Meio e Cascalho, no concelho de Santa Cruz das Flores, local de Além Fazenda, pelo prazo de 75 anos, contados a partir de 16 de dezembro de 2019 e da Ribeira Grande, no concelho das Lajes das Flores, pelo prazo de 75 anos, contados a partir de 27 de setembro de 2018.

Os parques eólicos detêm as respetivas licenças de exploração.

Estrutura e Composição dos Órgãos Sociais

O Governo Societário da empresa, de acordo com o Art.º 7.º do pacto social é composto pela Assembleia Geral, Conselho de Administração e Órgão de Fiscalização. O Órgão de Fiscalização, de acordo com o previsto no Art.º 20.º, do pacto social da sociedade é constituído por um Fiscal Único.

Os Órgãos Sociais, para o triénio 2019/2021, foram eleitos na reunião da Assembleia Geral, realizada no dia 6 maio de 2019. A sua composição durante o ano de 2019, que corresponde integralmente à eleição mencionada, foi a seguinte:

Mesa da Assembleia Geral

Presidente: Gilda Maria Bairos Cabral Pimentel
Vice-presidente: Fernando Manuel Rodrigues Ferreira
Secretário: José Emanuel Lopes Fernandes

Conselho de Administração

Presidente (executivo): Duarte José Botelho da Ponte
Administrador (executivo): Maria do Carmo Cabrita Matias Marques Martins
Administrador (executivo): José Luís Pimentel Amaral
Administrador (executivo): Carlos Alberto Raposo Bicudo da Ponte
Administrador (executivo): David Luís Ramalhinho Estrela

Fiscal Único

Efetivo: UHY & Associados, SROC, Lda, representada por Manuel Luís Fernandes Branco ROC n.º 652;
Suplente: Duarte Giesta & Associado, SROC, Lda., representada por Duarte Félix Tavares Giesta, ROC n.º 520.

Nos termos do n.º 3, do art. 398.º, do Código das Sociedades Comerciais, os membros do Conselho de Administração e o Fiscal Único foram dispensados da prestação de caução.

Principais elementos curriculares de cada um dos membros do órgão de gestão e administração

Duarte José Botelho da Ponte

Licenciado em Engenharia Química, em 1976, pela Universidade do Porto, Doutorado em Tecnologia Alimentar, em 1986, pela Universidade Wageningen, Holanda, Professor Associado da Universidade dos Açores, exerceu os cargos de Diretor do Departamento de Ciências Agrárias da Universidade dos Açores, entre 1989 e 1993, de Pró-Reitor da Universidade dos

CU

JL
D. J. T.
D. L. R. E.

Açores, para as áreas da Ciência e do Planeamento, entre 1991 e 1996, de Secretário Regional da Economia do Governo Regional dos Açores, entre 1996 e 2008, de Presidente do Instituto de Inovação Tecnológica dos Açores, desde 2009 à data, Presidente da Direção da Escola de Novas Tecnologias dos Açores entre 2010 e 2013, Presidente do Conselho de Administração da EDA, S.A e de Presidente do Conselho de Administração da EDA Renováveis, S.A., de maio de 2011 à data.

Maria do Carmo Cabrita Matias Marques Martins

Licenciada em Organização e Administração de Empresas, pelo Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa, em 1987. Quadro Superior da Electricidade dos Açores, S.A. desde 1987, onde exerceu as funções de Chefe de Serviço de Plano e Informação de Gestão, de 1990 a 1998; Diretora da Direção de Serviços Comercial e de Controlo de Gestão do Centro de Exploração da ilha de São Miguel, de janeiro de 1999 a novembro de 2000; Diretora da Direção Planeamento de Redes e Análise de Investimentos, de novembro a dezembro de 2000. Adjunta do Secretário Regional da Economia, do VIII Governo Regional dos Açores, de dezembro de 2000 a dezembro de 2004; Membro do Conselho Consultivo da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos de junho de 2002 a novembro de 2009 e de maio de 2014 à data. Chefe de Gabinete do Secretário Regional da Economia do IX Governo Regional dos Açores, de dezembro de 2004 a novembro de 2008; Assessora do Conselho de Administração da Norma Açores, S.A., em regime de cedência pela EDA, S.A., de novembro de 2008 a março de 2009; Vogal do Conselho de Administração da Norma Açores, S.A, de abril de 2009 a março de 2012. Vogal do Conselho de Administração da EDA S.A., de maio de 2011 a fevereiro de 2018. Vogal do Conselho de Administração da EDA Renováveis, S.A. de junho de 2011 à data. Presidente do Conselho Administração da Norma Açores, S.A., de abril de 2012 a fevereiro de 2020. Vogal do Conselho de Administração da Globaleda,S.A, de abril de 2012 a janeiro de 2016 e Presidente do Conselho de Administração da Globaleda, S.A., desde dessa data a novembro de 2019.

José Luís Pimentel Amaral

Licenciado em Matemática/Físico-Química (Matemática- via ensino) pela Universidade dos Açores. é professor de Matemática da Escola Secundária Domingos Rebelo, tendo exercido

vários cargos no âmbito da categoria profissional. Exerceu ainda funções na Direção Regional da Educação e foi Professor Assistente Convidado do Departamento de Matemática da academia açoriana. Entre 1996 e 2000 foi Diretor do Centro de Formação Profissional dos Açores e Escola Profissional de Capelas, tendo assumido também o cargo de Presidente do Fundo Autónomo da Direção Regional do Emprego e Formação Profissional do Governo Regional dos Açores. Em 2000 foi Adjunto do Secretário Regional da Economia, tendo desempenhado o cargo de Diretor Regional do Comércio, Indústria e Energia dos VIII e IX Governos Regionais dos Açores entre 2001 e 2008, com competências delegadas para a IRAE - Inspeção Regional das Atividades Económicas. Ao longo do seu percurso exerceu ainda outras funções, sendo de destacar a de Presidente da Direção do INOVA – Instituto de Inovação Tecnológica dos Açores, Presidente da Direção da ENTA – Escola das Novas Tecnologias dos Açores e Fundador e Presidente da Direção da ARENA – Agência Regional de Energia e Ambiente dos Açores. Foi coordenador e dinamizador regional de vários projetos, onde se destaca a Estratégia para a Qualidade na RAA; Plano Tecnológico e Inovação Empresarial – INOTEC Empresa; Green-Island em parceria com o MIT- Portugal; ProEnergia; Seproqual – Segurança e Promoção da Qualidade Alimentar. Exerceu ainda as funções de Assessor Coordenador para os Assuntos Económicos e Cooperação Externa do Senhor Presidente do Governo no X governo regional e foi Presidente do Conselho de Administração da Lotaçor, Vogal do Conselho de Administração da EDA S.A. de maio de 2014 à data e Vogal do Conselho de Administração da EDA Renováveis, S.A. de junho de 2014 à data.

pu
A
D
A
R

Carlos Alberto Raposo Bicudo da Ponte

Licenciado em Engenharia Mecânica, pelo Instituto Superior Técnico, da Universidade Técnica de Lisboa em 1979 e durante o ano de 1993 tira uma Pós-graduação em Utility Management pela Universidade de Dublin, na Irlanda. Inicia a sua carreira profissional na metalomecânica Ferrotec em 1980 e ingressa na Empresa de Electricidade dos Açores em 1982. Em 1986 assume o cargo de Chefe de Serviço de Produção e em 1989 é nomeado Diretor do Centro de Energias Alternativas da EDA; de 1990 até janeiro de 1995, desempenha o cargo de Gerente da EEG - Empresa de Electricidade e Gás; em 1994 é nomeado Diretor de Exploração da Empresa de Electricidade dos Açores, e em 1995 Administrador Delegado da SOGEO, Sociedade Geotérmica dos Açores. Em 2000 é nomeado Administrador Delegado da Geoterceira, cargo que manteve até à sua incorporação na EDA RENOVAVEIS em 2014. Mantém o cargo de Administrador na EDA RENOVAVEIS, designação adotada pela SOGEO, desde 2013, na sequência da incorporação da

EEG.

David Luís Ramalhinho Estrela

Bacharel em Engenharia de Máquinas, em 1987, pelo Instituto Superior de Engenharia de Lisboa, quadro superior da EDA - Eletricidade dos Açores S.A. desde 1990, exerceu os cargos de Chefe de Serviço da Central Termoelétrica de Ponta Delgada, entre 1993 e 1999, de Coordenador da área de Energias Renováveis da Eletricidade dos Açores, S.A., entre 1999 e 2001, de Gerente executivo da Empresa de Eletricidade e Gás, Lda – Empresa do Grupo EDA, entre 1999 e 2013, e de Administrador da empresa EDA RENOVAVEIS, desde 2013.

PH
JL
JST
P.
d

Cargos Ocupados pelos Administradores noutras Empresas

Duarte José Botelho da Ponte: Presidente do Conselho de Administradora da EDA, S.A., durante o presente exercício e Presidente do Instituto de Inovação Tecnológica dos Açores.

Maria do Carmo Cabrita Matias Marques Martins: Presidente do Conselho de Administração da Norma Açores, S.A, até fevereiro de 2020 e Presidente do Conselho de Administração da Globaleda S.A, até novembro de 2019.

José Luís Pimentel Amaral: Administrador da EDA, S. A e vogal do Instituto de Inovação Tecnológica dos Açores.

Remunerações do Órgão de Gestão e Administração

A Assembleia Geral, na sequência da eleição dos Órgãos Sociais para o triénio 2019/2021, fixou as respetivas remunerações e benefícios sociais para os três membros do Conselho de Administração remunerados, Carlos Alberto Raposo Bicudo da Ponte, David Luís Ramalhinho Estrela e Maria do Carmo Cabrita Matias Marques Martins, com remunerações fixas no valor de € 5.796,00, de € 4.586,40 e de € 5.546,37, respetivamente, a processar 14 vezes por ano e sujeitas às reduções legais aplicáveis.

Nos termos do n.º 1 do artigo 31.º, do Decreto Legislativo Regional n.º 12/2008/A, de 19 de maio,

na redação dada pelo Decreto Legislativo Regional n.º 19/2014/A, de 30 de outubro, deliberou atribuir aos Administradores Executivos os benefícios sociais em vigor na empresa para os seus trabalhadores, nomeadamente subsídio de almoço, complemento de abono de família, seguro de saúde e desconto de eletricidade.

Os valores remuneratórios brutos e outros encargos do Conselho de Administração no ano de 2018 corresponderam a:

	Remunerações Brutas	TSU e Benefícios Sociais	Total remunerações e outros encargos
Administrador	77 086,80 €	22 894,90 €	99 981,70 €
Administrador	61 814,61 €	19 834,84 €	81 649,45 €
Administrador	73 766,70 €	22 508,15 €	96 274,85 €
Total	212 668,11 €	65 237,89 €	277 906,00 €

A remuneração contratualizada com o Fiscal Único é de 1.250,00 Euros mensais a processar 12 vezes por ano.

Os membros da Mesa da Assembleia Geral não são remunerados.

Indicação do número de reuniões do Órgão de Gestão e Administração, com referência sucinta às matérias versadas

Durante o ano de 2019, o Conselho de Administração realizou 23 reuniões para deliberar sobre assuntos relativos à gestão corrente da sociedade. As matérias versadas respeitaram ao Relatório e Contas, à execução do Plano e de Atividades e Orçamento de acordo com a estratégia delineada, à gestão corrente da sociedade nas áreas da exploração dos recursos geotérmico, hídrico e eólico, à apreciação mensal as contas e principais indicadores da atividade. Para cada reunião do Conselho de Administração foram elaboradas atas com as deliberações relativas aos assuntos tratados.

cu
1
2
3
4
5

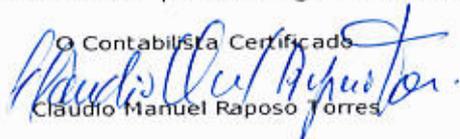
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2019

BALANÇO

	Nota	31 de dezembro	
		2019	2018
Ativo			
Não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	63 231 252	68 020 066
Ativos intangíveis	7	216 488	234 348
Outros investimentos financeiros	8	28 669	22 487
Ativos por impostos diferidos	9	7 587 489	7 731 264
		71 063 898	76 008 165
Corrente			
Inventários	10	78 094	70 600
Clientes	11	3 540 379	3 832 562
Acionistas	13	51 115 000	44 810 000
Outros créditos a receber	14	177 878	97 932
Diferimentos	15	102 354	132 140
Caixa e depósitos bancários	4	185 989	190 701
		55 199 694	49 133 935
Total do ativo		126 263 592	125 142 100
Capital próprio			
Capital e reservas atribuíveis aos detentores de capital			
Capital subscrito	16	23 799 970	23 799 970
Reservas legais	17	4 759 994	4 599 000
Outras reservas	17	14 016	14 016
Resultados transitados	17	61 046 382	56 153 379
Outras variações no capital próprio	18	9 619 730	10 501 208
Resultado líquido do período		9 390 385	10 111 491
		108 630 477	105 179 064
Total do capital próprio			
Passivo			
Não corrente			
Provisões	19	3 004 300	2 897 093
Financiamentos obtidos	20	2 818 182	4 856 818
Outras dívidas a pagar	22	2 939 408	3 180 359
		8 761 890	10 934 270
Corrente			
Fornecedores	21	881 005	1 216 956
Estado e outros entes públicos	12	809 749	1 492 244
Financiamentos obtidos	20	2 045 639	2 047 011
Outras dívidas a pagar	22	5 134 833	4 272 554
		8 871 225	9 028 765
Total do passivo		17 633 115	19 963 035
Total do capital próprio e do passivo		126 263 592	125 142 100

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

 Claudio Manuel Raposo Torres

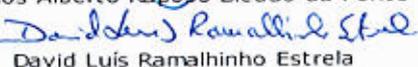
O Conselho de Administração

 Duarte José Botelho da Ponte


 Maria do Carmo Marques Martins


 José Luís Pimentel Amaral


 Carlos Alberto Raposo Bicudo da Ponte


 David Luís Ramalhinho Estrela

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

	Nota	Período	
		2019	2018
Vendas e serviços prestados	23	28 026 272	28 977 275
Subsídios à exploração	27	4 800	282
Trabalhos para a própria entidade	24	418 872	16 049
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	25	(278 571)	(269 971)
Fornecimentos e serviços externos	26	(5 125 071)	(4 796 588)
Gastos com o pessoal	27	(1 926 571)	(1 758 940)
Outros rendimentos	28	1 173 919	1 250 294
Outros gastos	29	(2 444 294)	(2 585 861)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		19 849 356	20 832 540
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6 e 7	(7 783 615)	(7 908 593)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		12 065 741	12 923 946
Juros e rendimentos similares obtidos	30	64 249	71 279
Juros e gastos similares suportados	30	(75 629)	(94 190)
Resultado antes de impostos		12 054 361	12 901 036
Imposto sobre o rendimento do período	31 e 9	(2 663 976)	(2 789 545)
Resultado líquido do período		9 390 385	10 111 491
Resultado por ação básico	16	1,97	2,12

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

 Cláudio Manuel Raposo Torres

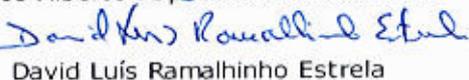
O Conselho de Administração


 Duarte José Botelho da Ponte


 Maria do Carmo Marques Martins


 José Luís Pimentel Amaral


 Carlos Alberto Raposo Bicudo da Ponte


 David Luís Ramalhinho Estrela

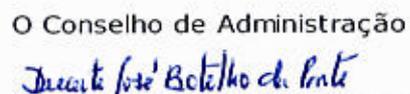
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

	Nota	Capital subscrito	Reservas legais	Outras Reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
A 1 de janeiro de 2018		23 799 970	4 163 000	14 016	52 649 039	11 382 688	8 700 334	100 709 047
Alterações no período								
Outras variações no capital próprio	17	-	-	-	-	(881 480)	-	(881 480)
Aplicações dos resultados		-	436 000	-	8 264 334	-	(8 700 334)	-
		-	436 000	-	8 264 334	(881 480)	(8 700 334)	(881 480)
Resultado líquido do período							10 111 491	10 111 491
Resultado integral							10 111 491	10 111 491
Operações com detentores de capital no período								
Distribuições	17	-	-	-	(4 759 994)	-	-	(4 759 994)
		-	-	-	(4 759 994)	-	-	(4 759 994)
A 31 de dezembro de 2018		23 799 970	4 599 000	14 016	56 153 379	10 501 208	10 111 491	105 179 064
A 1 de janeiro de 2019		23 799 970	4 599 000	14 016	56 153 379	10 501 208	10 111 491	105 179 064
Alterações no período								
Outras variações no capital próprio	17	-	-	-	-	(881 479)	-	(881 479)
Aplicações dos resultados		-	160 994	-	9 950 497	-	(10 111 491)	-
		-	160 994	-	9 950 497	(881 479)	(10 111 491)	(881 479)
Resultado líquido do período							9 390 385	9 390 385
Resultado integral							9 390 385	9 390 385
Operações com detentores de capital no período								
Distribuições	17	-	-	-	(5 057 494)	-	-	(5 057 494)
		-	-	-	(5 057 494)	-	-	(5 057 494)
A 31 de dezembro de 2019		23 799 970	4 759 994	14 016	61 046 382	9 619 730	9 390 385	108 630 477

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

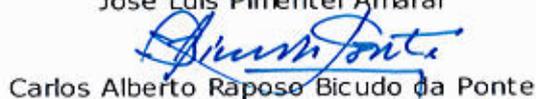
O Contabilista Certificado

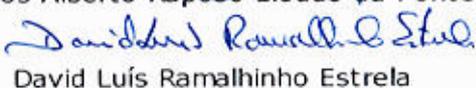
 Cláudio Manuel Raposo Torres

O Conselho de Administração

 Duarte José Botelho da Ponte


 Maria do Carmo Marques Martins


 José Luís Pimentel Amaral


 Carlos Alberto Raposo Bicudo da Ponte


 David Luís Ramalhinho Estrela

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	Nota	Período findo em 31 de dezembro	
		2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		33 376 935	34 526 047
Pagamentos a fornecedores		(6 890 026)	(6 206 453)
Pagamentos ao pessoal		(1 824 906)	(1 680 306)
Caixa gerada pelas operações		24 662 003	26 639 287
Pagamento/ recebimento do imposto sobre o rendimento		(2 999 873)	(2 442 258)
Outros recebimentos/ pagamentos		(6 889 441)	(6 793 005)
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais		14 772 689	17 404 023
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(1 403 041)	(3 244 832)
Ativos fixos intangíveis		(319)	-
Financiamentos concedidos		(107 085 000)	(136 675 000)
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos concedidos		100 780 000	129 585 000
Subsídios ao investimento		-	8 655
Juros e rendimentos similares		57 070	57 170
Dividendos	28	31 500	37 900
Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento		(7 619 790)	(10 231 107)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(2 038 636)	(2 363 636)
Juros e gastos e similares		(61 480)	(82 142)
Dividendos	17 e 32	(5 057 494)	(4 759 994)
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento		(7 157 610)	(7 205 772)
Varição de caixa e seus equivalentes		(4 711)	(32 856)
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	190 701	223 557
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	185 989	190 701

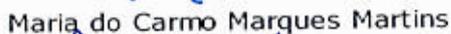
As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

 Cláudio Manuel Raposo Torres

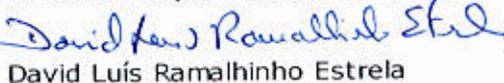
O Conselho de Administração


 Duarte José Botelho da Ponte


 Maria do Carmo Marques Martins


 José Luís Pimentel Amaral


 Carlos Alberto Raposo Bicudo da Ponte


 David Luís Ramalhinho Estrela

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1	Introdução.....	78
2	Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	79
3	Principais políticas contabilísticas.....	80
4	Fluxos de caixa	96
5	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	97
6	Ativos fixos tangíveis	98
7	Ativos intangíveis.....	104
8	Outros investimentos financeiros	105
9	Ativos e passivos por impostos diferidos	105
10	Inventários.....	106
11	Clientes	107
12	Estado e outros entes públicos.....	108
13	Acionistas	108
14	Outros créditos a receber	109
15	Diferimentos	109
16	Capital subscrito	109
17	Reservas legais e outras	110
18	Outras variações no capital próprio.....	111
19	Provisões	112
20	Financiamentos obtidos	113
21	Fornecedores	113
22	Outras dívidas a pagar	114
23	Vendas e serviços prestados	115
24	Trabalhos para a própria entidade	115
25	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	116
26	Fornecimentos e serviços externos	116
27	Gastos com pessoal	117
28	Outros rendimentos	118
29	Outros gastos.....	118
30	Gastos e rendimentos financeiros.....	119
31	Imposto sobre o rendimento	119
32	Dividendos.....	121
33	Compromissos	121
34	Contingências	122
35	Matérias ambientais.....	122
36	Partes relacionadas	123
37	Disposições legais	126
38	Eventos subsequentes.....	127

Handwritten notes in blue ink:
 nu
 [unclear]
 [unclear]
 [unclear]

Handwritten signature in blue ink.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1 Introdução

A EDA Renováveis (EDAR ou Empresa), constituída em 2 de fevereiro de 1990, tem como objeto o aproveitamento de recursos renováveis da Região Autónoma dos Açores ("RAA").

A EDAR é detida em 99,68% pela EDA – Electricidade dos Açores, S.A. e em 0,32% pela SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.

A EDAR é responsável pela produção de energia elétrica através de infraestruturas de captação e transformação do calor geotérmico, tendo sido atribuído dois contratos de concessão de exploração de recursos geotérmicos na zona demarcada do Concelho da Ribeira Grande por um período de 25 anos contados a partir de 14 de julho de 1995 e na zona situada no Campo Geotérmico do Pico Alto, na ilha Terceira, também por um período de 25 anos contados a partir de 7 de agosto de 2017.

A EDAR tem também como finalidade a construção e exploração de aproveitamentos de recursos endógenos de natureza hídrica e eólica na Região Autónoma dos Açores, possuindo atualmente 19 centros produtores (7 parques eólicos e 12 centrais mini hídricas) instalados em 7 ilhas do arquipélago, consoante as condições naturais existentes.

Para a instalação de cada centro produtor, a EDAR efetua um requerimento de licença de produção de energia elétrica não vinculada ao serviço público, junto à entidade do Governo Regional dos Açores com competência na área da energia. A licença fica sujeita à condição de atribuição de licença prévia de estabelecimento, a qual por sua vez é atribuída após consulta ao concessionário do transporte e distribuição acerca dos pontos de interligação e da tensão nominal no ponto de interligação. A licença de produção de energia elétrica é atribuída por cada centro eletroprodutor.

A EDAR enquanto produtora de energia elétrica a partir de fontes renováveis tem, de acordo com o Decreto Legislativo Regional n.º 15/96/A, uma garantia de venda sobre toda a eletricidade que produz. Assim, a EDAR tem um contrato de compra de energia elétrica com a entidade concessionária do transporte e distribuição de eletricidade para a RAA, a EDA -

CM
M
D
A
d

Q

Electricidade dos Açores, S.A., no qual esta assume a obrigação de adquirir toda a eletricidade produzida pelos centros produtores da EDAR. A concessionária gere a suspensão temporária da atividade das instalações de produção em função das necessidades de consumo e das cláusulas dos respetivos contratos de fornecimento de energia, estabelecendo regras que motivem a exploração otimizada dos recursos renováveis ligados à rede, devendo maximizar a injeção na rede da produção de energia elétrica com origem renovável, dando prioridade à colocação no diagrama de carga da potência dos centros produtores renováveis com data de entrada em exploração mais antiga e que permitam uma maior integração da componente renovável.

pu
AC
D&F
F.
R

A eletricidade produzida é vendida aos preços acordados em contrato e sujeitos a atualização anual com base no Índice de Preços no Consumidor. Em 2019 o preço praticado para toda a energia produzida e cedida foi de 100,60 euros/MWh (2018: 100,10 euros/MWh).

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração, em 21 de abril de 2020. É opinião da Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da EDAR, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

Estas demonstrações financeiras são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas pela EDA – Electricidade dos Açores, S.A., pelo método da consolidação integral.

2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho, que alterou o Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de julho, e de acordo com a estrutura concetual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro ("NCRF") e Normas Interpretativas ("NI") consignadas, respetivamente, nos avisos 8254/2015, 8256/2015 e 8258/2015, de 29 de julho de 2015, as quais, no seu conjunto, constituem o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC").



Acresce referir que o modelo das demonstrações financeiras e quadro de contas também foram alterados, respetivamente, pela Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho de 2015 e Declaração de Retificação n.º 41-B/2015 de 21 de setembro de 2015 e pela da Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho de 2015 e Declaração de Retificação n.º 41-A/2015 de 21 de setembro de 2015.

De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por "NCRF".

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela EDAR, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar destas estimativas serem baseadas na melhor experiência da Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que os pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas na Nota 3.23.

2.2. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com as do período anterior.

3 Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras,



preparadas no pressuposto da continuidade das operações, são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação contrária.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade da Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, tendo em consideração que a atividade da Empresa se traduz na produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis com garantia de venda de toda a eletricidade que produz à EDA que é também a principal acionista, bem como as projeções de fluxos de caixa a curto prazo, a Administração concluiu que a Empresa dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

3.1. Conversão cambial

i) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da EDAR e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros (moeda funcional), salvo indicação explícita em contrário.

ii) Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na Demonstração dos resultados, na rubrica de gastos de financiamento, se relacionadas com empréstimos ou em outros ganhos ou perdas operacionais, para todos os outros saldos/transações.



pu
AZ
Dut
Gf.
de

iii) Cotações utilizadas

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de saldos expressos em moeda estrangeira, foram como segue:

Moeda	2019	2018
USD	1,1234	1,1450
NZD	1,6653	-
GBP	-	0,8945

Fonte: Cotações do Banco Central Europeu à data de 31 de Dezembro de 2019

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização. Os custos com empréstimos obtidos para a construção de ativos fixos tangíveis qualificáveis são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo.

Os gastos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que aumentem a vida útil, ou a capacidade dos ativos gerarem benefícios económicos são capitalizados no custo do ativo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que ocorrem.

Os gastos a suportar com o desmantelamento ou remoção de ativos instalados em propriedade de terceiros serão considerados como parte do custo inicial dos respetivos ativos quando se traduzam em montantes significativos e mensuráveis.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações nos restantes ativos são calculadas

Handwritten notes:
 CM
 J
 Dist
 J
 J

Handwritten signature:

utilizando o método das quotas constantes por duodécimos. As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	
Centrais geotérmicas	Entre 10 a 20 anos
Centrais hídricas	Entre 20 a 60 anos
Equipamento básico	Entre 3 e 33 anos
Equipamento de transporte	Entre 4 e 6 anos
Equipamento administrativo	Entre 2 a 8 anos
Ferramentas e utensílios	Entre 4 e 20 anos
Outros ativos tangíveis	8 anos

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'du', 'lon', '2019', 'A.F.', and 'du'.

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada data de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos benefícios económicos gerados pelos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis são efetuados testes de imparidade de forma a estimar o valor recuperável do ativo e, quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

Os ativos fixos tangíveis para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade. Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na Demonstração dos resultados.

Handwritten signature in blue ink.

3.3. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis, que compreendem programas de computador e direitos de superfície, encontram-se reconhecidos e mensurados: (i) ao preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e os impostos sobre as compras não reembolsáveis, após dedução dos descontos comerciais e abatimentos; e (ii) qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

A EDAR reconhece como ativos intangíveis os montantes despendidos com a aquisição de direitos de superfície adquiridos a terceiros para a instalação dos parques eólicos e software adquirido a terceiros, bem como os custos de parametrização incorridos.

A EDAR valoriza os seus ativos intangíveis, após o reconhecimento inicial, pelo modelo do custo, conforme definido pela NCRF 6 – Ativos Intangíveis, que define que um ativo intangível deve ser escriturado pelo seu custo deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados numa base sistemática a partir da data em que se encontram disponíveis para uso, durante a vida útil estimada ou de acordo com o período estabelecido no contrato.

A EDAR não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

3.4. Avaliação e exploração de recursos geotérmicos

A EDAR desenvolve para além do aproveitamento dos recursos geotérmicos já instalados, trabalhos de perfuração e prospeção e de outra natureza em áreas delimitadas dos campos geotérmicos, para as quais ainda não está determinada a viabilidade comercial da exploração dos recursos geotérmicos, embora esta se afigure provável. Desta forma, e ao abrigo da NCRF 16 – Exploração e avaliação de recursos minerais, os dispêndios incorridos com estudos e testes na fase de prospeção e com a construção de poços e estruturas acessórias são capitalizados como ativos tangíveis em curso, até à data da conclusão acerca da sua exequibilidade técnica e da sua viabilidade comercial. Os custos dos empréstimos obtidos fazem também parte do custo destes nesta fase de avaliação dos ativos, exceto se não tiverem ocorrido dispêndios

Elm
M
D
A
D



substanciais que justifiquem a sua suspensão temporária. Durante a fase de prospeção e sempre que exista evidência objetiva de um eventual abandono técnico de um poço geotérmico e outros indicadores de imparidade, são registadas perdas de imparidade sobre o montante determinado, exceto se vier a ser utilizado como poço de reinjeção.

Os principais indicadores de imparidade resultam (i) da não descoberta durante a fase de prospeção de quantidades comercialmente viáveis de recursos minerais na área geotérmica específica ou, (ii) dos benefícios económicos futuros de uma área geotérmica específica emergente da exploração efetiva dos recursos minerais ou da sua alienação, não serem suficientes para recuperar a totalidade da quantia escriturada do ativo de exploração e avaliação.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em Imparidade de investimentos depreciáveis, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

Parte das atividades de prospeção são comparticipadas através de fundos dos programas comunitários para a Região Autónoma dos Açores que se encontram registados no Capital próprio.

3.5. Imparidade de ativos não financeiros

A Empresa avalia os ativos não financeiros para efeitos de imparidade consoante a sua natureza.

Os ativos com vida útil definida são revistos quanto à imparidade quando eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras possa não ser recuperável.

Para efeitos de determinação da existência de imparidade, a Empresa calcula o valor recuperável do ativo ou conjunto de ativos. O valor recuperável é o maior entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Pub
Jan
201
C.F.
d



Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, a Empresa regista a respetiva perda por imparidade.

Os ativos não financeiros, que não o goodwill, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade.

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, as amortizações e depreciações dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

3.6. Ativos financeiros

A Administração determina a classificação dos ativos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos financeiros são classificados/mensurados como:

- (a) Ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na Demonstração dos resultados.

A EDAR classifica e mensura ao custo amortizado, os ativos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado.

Para os ativos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

São registados ao custo amortizado, os ativos financeiros que constituem empréstimos concedidos, contas a receber e instrumentos de capital próprio, bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

PUs.
Jm
Dkt
P.
d

A EDAR classifica e mensura ao justo valor os ativos financeiros que não cumpram com as condições para serem mensurados ao custo amortizado. São registados ao justo valor, os ativos financeiros que constituem instrumentos de capital próprio cotados em mercado ativo, contratos derivados e ativos financeiros detidos para negociação. As variações de justo valor são registadas nos resultados do período, exceto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa.

A EDAR avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, a EDAR reconhece uma perda por imparidade na Demonstração dos resultados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

3.7. Inventários

Os inventários referem-se a materiais utilizados nas atividades internas de manutenção e conservação.

Os inventários são valorizados ao custo ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O seu custo inclui todos os custos de compra, custos de transformação e outros custos incorridos para colocar os inventários no local e condição necessária para a sua venda/uso.

O método de custeio utilizado é o custo médio ponderado.

No que se refere aos materiais são registadas perdas por imparidade, quando os mesmos apresentam indicadores de obsolescência técnica ou quando ocorre a descontinuação dos equipamentos a que se referem.



3.8. Clientes e Outros créditos a receber

As rubricas de Clientes e Outros créditos a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade quando aplicável. As perdas por imparidade dos clientes e créditos a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na Demonstração dos resultados, em Imparidade de dívidas a receber sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

O montante de perda por imparidade para um instrumento mensurado ao custo ou ao custo amortizado é a diferença entre a quantia escriturada e o valor presente (atual) dos fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juro efetiva inicial do ativo financeiro.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando: (a) Os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram; ou (b) A entidade transfere para outra parte todos os riscos significativos e benefícios relacionados com o ativo financeiro; ou (c) A entidade, apesar de reter alguns riscos significativos e benefícios relacionados com o ativo financeiro, tenha transferido o controlo do ativo para uma outra parte e esta tenha a capacidade prática de vender o ativo na sua totalidade a uma terceira parte não relacionada e a possibilidade de exercício dessa capacidade unilateralmente sem necessidade de impor restrições adicionais à transferência. Se tal for o caso a entidade deve: (i) desreconhecer o ativo; e (ii) reconhecer separadamente qualquer direito e obrigação criada ou retida na transferência.

3.9. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses, e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica Financiamentos obtidos, e são considerados na elaboração da Demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

P.H.L.
J.P.
P.S.
P.F.
↓



3.10. Capital

O capital estatutário da Empresa corresponde às ações subscritas pelos acionistas. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

3.11. Passivos financeiros

A Administração determina a classificação dos passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os passivos financeiros são classificados/mensurados como:

- (a) Ao custo amortizado; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na Demonstração dos resultados.

A EDAR classifica e mensura ao custo amortizado, os passivos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cuja remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

Para os passivos registados ao custo amortizado, os juros a pagar e a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os pagamentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo amortizado, os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos e contas a pagar.

Uma entidade deve desreconhecer um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja paga, cancelada ou expire.

PLS.
A
D
A
d



3.12. Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação e montagem incorridos. Os financiamentos são subseqüentemente mensurados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na Demonstração dos resultados ao longo do período do financiamento, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a EDAR possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

3.13. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na Demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios.

Imposto corrente

O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor. Em conformidade com a legislação em vigor na Região Autónoma dos Açores a taxa a aplicar para a determinação do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas é reduzida em 20%, correspondendo a uma taxa nominal de 16,80%. Como estabelecido na lei das Finanças Locais a Empresa está sujeita à derrama fixada pelos Municípios até ao montante máximo de 1,5% do lucro tributável sujeito e não isento de IRC. Foi ainda considerada a derrama estadual que nos termos da legislação em vigor, incide sobre a parcela do lucro tributável superior a 1,5 milhões de euros e inferior a 7,5 milhões de euros (taxa de 2,4%), quando superior a 7,5 milhões de euros e menor que 35 milhões de euros (taxa de 4%) e superior a este montante (taxa de 7,2%).

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração fiscal durante um período de 4 anos.

ult.
M
D
A
A



Imposto diferido

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base no balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

3.14. Benefícios aos empregados

A EDAR tem atribuído aos empregados um plano de complemento de pensões de reforma de contribuição definida, denominado por Futuro+ que é gerido pela BPI Pensões.

Em termos de regime de contribuição o plano prevê:

- a) Contribuição base de 1% do salário pensional pela Empresa sem qualquer condição;
- b) Contribuição voluntária do empregado que a EDAR reforça contribuindo em metade da percentagem da contribuição do empregado até ao limite de 2%.

Relativamente a este plano a Empresa não assume qualquer obrigação de pagamento para além das contribuições, conforme as condições estabelecidas no plano. As contribuições efetuadas são registadas como Gastos com o pessoal na Demonstração dos resultados, no período em que ocorrem.

Para além destas responsabilidades registadas a EDAR efetua ainda o pagamento de complementos de reforma a 3 ex-empregados já reformados não abrangidos por qualquer dos planos descritos. A EDAR não efetuou qualquer estudo atuarial desta responsabilidade, nem fez o registo de qualquer provisão, uma vez que a responsabilidade não é significativa (Nota 27).

3.15. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a EDAR tem: i) uma obrigação presente legal ou

culh.
pc
DSD
P.
de



construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável de que não seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a EDAR divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

3.16. Subsídios e apoios do Governo

A EDAR reconhece os subsídios do Estado Português, do Governo Regional e da União Europeia ou organismos semelhantes pelo seu justo valor quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido, e não na base do seu recebimento.

As participações atribuídas à EDAR, a fundo perdido, por conta dos projetos de investimento em ativos tangíveis de uso próprio, são contabilizadas na rubrica de Outras variações de capital próprio, quando seja expectável que todas as condições para a sua atribuição sejam cumpridas. Os subsídios são subsequentemente creditados na Demonstração dos resultados numa base pro-rata da depreciação dos ativos a que estão associados, na rubrica de Outros rendimentos.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na Demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos e registados.

3.17. Locações

Locações de ativos fixos tangíveis, relativamente às quais a EDAR detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo são classificadas como locações financeiras. São igualmente classificadas como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, determinados à data de

culh
Ar
pzt
Ar
Ar
Ar



início do contrato. O valor a pagar resultante de um contrato de locação financeira é registado líquido de encargos financeiros, na rubrica de Financiamentos obtidos. Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos ativos locados são reconhecidos na Demonstração dos resultados, no período a que dizem respeito.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo e o período da locação quando a EDAR não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando a EDAR tem a intenção de adquirir os ativos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como gasto na Demonstração dos resultados numa base linear, durante o período da locação.

3.18. Gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos períodos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

3.19. Rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda de produtos e/ou serviços no decurso normal da atividade da EDAR. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos e descontos comerciais atribuídos.

Eletricidade

A faturação de eletricidade é efetuada mensalmente, com base em contagens reais de entregas de eletricidade na rede.

A eletricidade produzida é faturada à EDA, a entidade concessionária da rede de transporte e distribuição na RAA.



culh.
Jm
Dk
Of.
d

3.20. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos aos acionistas da EDAR é reconhecida como uma responsabilidade nas demonstrações financeiras no período em que os dividendos são aprovados pelos seus acionistas.

3.21. Compensação de saldos e transações

Os ativos, passivos, rendimentos e gastos não são compensados, salvo se exigido ou permitido pelas NCRF.

3.22. Matérias ambientais

A EDAR reconhece os dispêndios de carácter ambiental, bem como os passivos e ativos com eles relacionados.

Os dispêndios são reconhecidos como custos no período em que são incorridos, exceto se forem realizados para evitar ou reduzir danos futuros e proporcionem benefícios económicos no futuro, sendo nesse caso capitalizados e amortizados sistematicamente ao longo das suas vidas económicas.

São reconhecidas provisões para Matérias ambientais sempre que a EDAR tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, relativamente à qual seja provável que uma saída de recursos se torne necessária para pagar, e possa ser efetuada uma estimativa fiável do montante dessa obrigação.

3.23. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da EDAR são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes

Clh.
Jr
St
A.
d



estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do período seguinte são as que seguem:

Estimativas contabilísticas relevantes

3.23.1. Provisões

A EDAR analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.23.2. Ativos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação e amortização a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações e amortizações a reconhecer na Demonstração dos resultados de cada período.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do setor ao nível internacional.

Relativamente aos ativos tangíveis em curso relacionados com as atividades de recursos geotérmicos, a avaliação da capacidade de extração de fluídos de cada poço e da sua potência é definida regularmente de forma a determinar a viabilidade individual de cada poço ou da globalidade do campo geotérmico.

A EDAR reconhece no seu Balanço uma estimativa do valor a desembolsar aquando do desmantelamento e remoção dos equipamentos de produção dos aproveitamentos eólicos instalados em propriedade de terceiro. Também a vida útil associada aos parques eólicos, que

puh
fe
201
A.
d



determina a cadência de reconhecimento desta provisão nos resultados da Empresa tem por base o melhor julgamento da Administração, considerando também as práticas adotadas por empresas do setor ao nível nacional e internacional.

3.23.3. Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da EDAR, tais como: i) a disponibilidade futura de financiamento; e ii) o custo de capital ou quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à Empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

3.24. Acontecimentos após a data de balanço

Os eventos após a data das demonstrações financeiras que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data das demonstrações financeiras são refletidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a data das demonstrações financeiras que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data das demonstrações financeiras são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se considerados materiais.

4 Fluxos de caixa

4.1. Caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

A EDAR não possui qualquer saldo de Caixa ou equivalente de caixa com restrições de utilização para os períodos apresentados.

Pub.
DSI
G.
d



4.2. Detalhe da rubrica de caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresenta os seguintes valores:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Caixa	705	763
Depósitos bancários	<u>185 284</u>	<u>189 938</u>
	<u>185 989</u>	<u>190 701</u>

Os valores acima foram os considerados para efeitos da elaboração da Demonstração dos fluxos de caixa para os períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

5 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

5.1. Alterações às normas

Não foram publicadas no presente período novas normas, alterações ou interpretações efetuadas a normas existentes que devessem ser consideradas pela Empresa.

5.2. Alterações nas políticas contabilísticas

Não se verificaram quaisquer alterações às políticas contabilísticas adotadas pela EDAR, para os períodos apresentados.

5.3. Alterações nas estimativas contabilísticas

A EDAR não procedeu à alteração dos procedimentos de determinação das estimativas contabilísticas, que possam ter impacto no período ou em períodos futuros.

5.4. Erros de períodos anteriores

Não se verificou no período qualquer correção de erros identificados relativamente a períodos anteriores.






6 Ativos fixos tangíveis

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2019 os movimentos registados na rubrica dos Ativos fixos tangíveis na Empresa foram como segue:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos tangíveis	Ativos em curso	Total
1 de janeiro de 2019								
Custo de aquisição	3 457 310	28 779 480	227 697 302	699 023	225 711	649 069	2 889 179	264 397 073
Imparidade acumulada	(568 188)	(1 526 780)	(27 421 644)	-	-	-	(1 958 319)	(31 474 931)
Depreciações acumuladas	-	(16 774 533)	(146 716 536)	(657 770)	(192 949)	(560 288)	-	(164 902 076)
Valor líquido	2 889 122	10 478 168	53 559 122	41 253	32 762	88 781	930 858	68 020 066
Movimento de 2019								
Adições	-	-	93 131	112 969	21 233	1 755	2 658 207	2 887 295
Provisão de desmantelamento (Nota 19)	-	-	91 675	-	-	-	-	91 675
Alienações	-	-	-	-	(221)	(4 000)	-	(4 000)
Transferências e abates	-	-	-	-	-	-	-	(221)
Transferência de imparidade	-	-	4 108	-	-	-	-	4 108
Depreciação - período	-	(882 786)	(6 813 195)	(26 923)	(20 711)	(21 869)	-	(7 765 484)
Depreciação - alienações e abates	-	-	-	-	87	1 833	-	1 921
Depreciação - transferência	-	-	(4 108)	-	-	-	-	(4 108)
31 de dezembro de 2019	2 889 122	9 595 382	46 930 734	127 299	33 150	66 500	3 589 067	63 231 252
Custo de aquisição	3 457 310	28 779 480	227 882 109	811 992	246 722	646 824	5 547 386	267 371 823
Imparidade acumulada	(568 188)	(1 526 780)	(27 417 536)	-	-	-	(1 958 319)	(31 470 823)
Depreciações acumuladas	-	(17 657 319)	(153 533 839)	(684 693)	(213 573)	(580 324)	-	(172 669 748)
Valor líquido	2 889 122	9 595 382	46 930 734	127 299	33 149	66 500	3 589 067	63 231 252





Durante o período findo em 31 de dezembro de 2018 os movimentos registados na rubrica dos Ativos fixos tangíveis na Empresa foram como segue:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos tangíveis	Ativos em curso	Total
1 de janeiro de 2018								
Custo de aquisição	3 457 310	28 191 809	225 753 979	699 023	189 202	639 218	2 654 065	261 584 606
Imparidade acumulada	(568 188)	(1 526 780)	(27 421 644)	-	-	-	(1 958 319)	(31 474 931)
Depreciações acumuladas	-	(15 911 028)	(139 771 379)	(623 775)	(169 644)	(535 322)	-	(157 011 148)
Valor líquido	2 889 122	10 754 002	58 560 956	75 248	19 558	103 897	695 744	73 098 527
Movimento de 2018								
Adições	-	-	52 346	-	36 509	9 851	2 897 873	2 996 579
Provisão de desmantelamento (Nota 19)	-	-	(184 111)	-	-	-	-	(184 111)
Transferências e abates	-	587 671	2 075 088	-	-	-	(2 662 759)	-
Depreciação - período	-	(863 505)	(6 945 156)	(33 995)	(23 306)	(24 967)	-	(7 890 928)
31 de dezembro de 2018	2 889 122	10 478 168	53 559 122	41 253	32 761	88 781	930 857	68 020 066
Custo de aquisição	3 457 310	28 779 480	227 697 302	699 023	225 711	649 069	2 889 179	264 397 073
Imparidade acumulada	(568 188)	(1 526 780)	(27 421 644)	-	-	-	(1 958 319)	(31 474 931)
Depreciações acumuladas	-	(16 774 533)	(146 716 536)	(657 770)	(192 949)	(560 288)	-	(164 902 076)
Valor líquido	2 889 122	10 478 168	53 559 122	41 253	32 762	88 781	930 858	68 020 066



Adições

Os aumentos registados em ativos tangíveis durante o período de 2019 englobam 229.088 euros de aquisições diretas. Foram ainda realizados investimentos em ativos em curso, no montante de 2.658.207 euros, essencialmente relativos a geotermia na Ilha de São Miguel (1.633.791 euros) e Ilha Terceira (525.552 euros) e ao parque fotovoltaico da Ilha de Santa Maria (348.728 euros).

Em resultado do não recurso ao financiamento bancário, não foram imputados quaisquer gastos financeiros em 2019 e 2018 aos ativos em curso de construção.

Ativos em curso

Os valores mais significativos incluídos na rubrica de Ativos em curso referem-se aos seguintes projetos:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Aproveitamentos hidroelétricos		
Ribeira Grande - Flores	367 910	242 666
Parques eólicos		
Ilha do Corvo	114 913	114 913
Parques fotovoltaicos		
Ilha de Santa Maria	470 329	121 601
Ilha do Corvo	26 237	1 345
	<u>979 390</u>	<u>480 525</u>
Campo Geotérmico Pico Alto		
Ensaio e prospeção adicional (7 MW)	108 794	42 900
Execução de três poços	459 658	-
Campo Geotérmico Ribeira Grande		
Central Pico Vermelho	114 589	114 589
Bombas condutas redundantes vaporização CPV	234 604	162 000
Furo RG5	1 958 319	1 958 319
Furos Cachaços Lombada	474 436	91 031
Execução de três poços opcionais	411 027	39 813
Substituição encabeçamento poços CL	393 445	-
Substituição encabeçamento poços CPV	1 077	-
Atualização do sistema de controlo CL	385 576	-
Beneficiação de sonda de perfuração	24 768	-
Subestação CPV	1 541	-
Outros	162	-
	<u>4 567 996</u>	<u>2 408 652</u>
Imparidade RG5	(1 958 319)	(1 958 319)
	<u>2 609 677</u>	<u>450 333</u>
Saldo a 31 de dezembro	<u>3 589 067</u>	<u>930 858</u>




Imparidade

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as perdas por imparidades de ativos não correntes reconhecidas tinham o seguinte destino:

	2019	2018
Central Geotérmica do Pico Alto	21 811 479	21 811 479
Poço geotérmico PA1	6 249 616	6 249 616
Poço geotérmico RG 5	1 958 319	1 958 319
Outros	1 451 409	1 455 517
	31 470 823	31 474 931

O campo geotérmico do Pico Alto foi considerado uma área geral de interesse comercial para efeitos de produção de energia elétrica. Com base na avaliação inicial da produtividade dos quatro poços de produção e injeção, a Administração concluiu que existia um risco elevado de diminuição do fluido geotérmico e, por isso, foi decidido, numa primeira fase a construção de uma central geotérmica de 3,5 MW, que entrou em exploração em setembro de 2017 e, dependentemente dos níveis de produtividade dos atuais poços, expandir a sua capacidade produtiva até 10 MW, num investimento previsto de 13 milhões de euros, a concluir em 2024, sendo antecedido do desenvolvimento de uma campanha de perfuração de 2 a 3 poços geotérmicos direcionais, até uma profundidade máxima de cerca de 2 000 metros, que se espera concretizar em 2022, no montante estimado de 12,8 milhões de Euros.

O total investido no Campo Geotérmico do Pico Alto atingiu o montante de 41.426.356 euros (excluindo o poço abandonado PA1). A central geotérmica atingiu em 2019 uma produção de 24,2 GWh (em 2018: 20,6 GWh). Anualmente são efetuados testes de imparidade para determinar o valor recuperável deste ativo, com base nos seguintes pressupostos:

	2019	2018
Vida útil estimada dos ativos	20 anos	20 anos
Custo médio ponderado do capital (WACC)	5,05%	7,74%

O valor de uso desses ativos foi determinado pela atualização dos fluxos de caixa futuros estimados, considerando que a unidade geradora de caixa se consubstancia no Campo Geotérmico do Pico Alto, tendo em conta que a central geotérmica terá um período de vida

útil previsível de 20 anos, após a concretização plena da fase de ampliação até ao final do período de concessão. À semelhança do ano anterior, utilizou-se uma taxa WACC agravada em cerca de trinta pontos percentuais para fazer face ao risco de uma menor produtividade dos poços.

Os fluxos de caixa futuros estimados refletem os pressupostos que foram utilizados na elaboração do Plano Estratégico Plurianual 2020/2024 e Orçamento para 2020 aprovado na Assembleia Geral, de 17 de dezembro de 2020, documento orientador da política de desenvolvimento do acionista Electricidade dos Açores, que prevê que a recuperabilidade deste ativo tenha implicitamente a ampliação da atual central para 10 MWh, até finais de 2024, mantendo-se as expetativas de potencial produtivo do campo geotérmico, através de um investimento adicional calculado em 25,8 milhões de euros, que não serão cofinanciados por qualquer entidade.

A determinação das vendas de energia a produzir foi fundada no preço unitário que vigorará em 2020 e que se manteve constante para o período projetado de 2020-2042, para o qual foram estimados níveis de produção abaixo da capacidade instalada em cerca de 15% (produção bruta considerada a partir de 2024 foi de cerca de 74 GWh). Os níveis de produção de energia elétrica estimados foram ajustados relativamente ao previstos no referido plano e orçamento e resumem-se como segue:

Unid: MWh				
2020 e 2021	2022	2023	2024	2025 a 2042
21 000	27 492	32 000	73 342	74 460

A taxa de desconto utilizada na atualização dos fluxos de caixa descontados reflete o WACC estimado de 5,05%, tendo em conta a estrutura dos capitais investidos e o risco específico destes ativos e mormente por se ter ponderado que os principais pressupostos no seu cálculo poderão não sofrer alterações significativas num cenário de normalidade.

Como cenário de sensibilidade ponderou-se os efeitos da variação de um ponto percentual da WACC e redução ou aumento do nível dos fluxos de caixa descontados em cerca de 10%, com os resultados a seguir indicados:




	Cenário base	Cenários de sensibilidade Variação de 1%	
Custo médio ponderado do capital (WACC)	5,05%	4,05%	6,05%
Valor atual dos fluxos de caixa descontados	8 370 087	11 493 393	5 713 849
Variação do nível dos fluxos de caixa descontados			
Aumento de 10%	10 973 867		
Redução de 10%	5 766 308		

Plus
 pa
 2st
 P.
 de

Com base nos pressupostos utilizados no apuramento do valor de uso, que, comparativamente ao ano anterior incorporam as alterações de comportamento dos mercados financeiros e do risco operacional, a Administração determinou que a quantia recuperável da unidade geradora de caixa estimada em 8.370.087 euros superior em 484.605 euros face ao valor do ativo registado em 2019:

	2019	2018
Valor de custo (líquido de depreciações e de subsídios ao investimento)	29 696 961	30 831 838
Imparidades acumuladas	<u>(21 811 479)</u>	<u>(21 811 479)</u>
	<u>7 885 482</u>	<u>9 020 359</u>

A Administração não procedeu ao registo da reversão da imparidade no período por não haver uma certeza absoluta que essa tendência ocorra de uma forma segura, enquanto não se concretizar a ampliação da capacidade produtiva atrás mencionada.

A totalidade dos gastos incorridos com o poço geotérmico PA1 que foi considerado abandonado no âmbito do desenvolvimento do campo geotérmico do Pico Alto, no montante de 6.249.616 euros, foi integralmente reconhecida em 2011 como irrecuperável.

Em 2016, registou-se uma imparidade de 1.958.319 euros, referente aos gastos incorridos no poço geotérmico RG5 situado no campo geotérmico da Ribeira Grande por ter sido determinada a sua inviabilidade económica.

Transferências e abates

Em 2019 não ocorreram transferências para Ativos fixos tangíveis. Em 2018, procedeu-se à



transferência dos gastos incorridos com a substituição das condutas do aproveitamento hidroelétricos na Ilha Terceira no montante de 2.662.759 euros.

Depreciações

As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas na rubrica Gastos/reversões de depreciação e de amortização da Demonstração dos resultados pela sua totalidade, as quais, compreendem 166.884 euros referente às depreciações dos ativos associadas ao desmantelamento ou remoção.

7 Ativos intangíveis

O valor dos ativos intangíveis registados pela EDAR refere-se a direitos de superfície adquiridos para instalação dos aproveitamentos eólicos e programas de computador. A evolução registada para os períodos apresentados é como segue:

	Direitos superfície	Software	Total
A 1 de janeiro de 2018			
Custo de aquisição	333 761	13 622	347 383
Amortizações acumuladas	<u>(94 748)</u>	<u>(13 622)</u>	<u>(108 370)</u>
Valor líquido	<u>239 013</u>	-	<u>239 013</u>
Movimento de 2018			
Adições	13 000	-	13 000
Amortização - período	<u>(17 665)</u>	<u>-</u>	<u>(17 665)</u>
	<u>234 348</u>	-	<u>234 348</u>
31 de dezembro de 2018			
Custo de aquisição	346 761	13 622	360 383
Amortizações acumuladas	<u>(112 413)</u>	<u>(13 622)</u>	<u>(126 035)</u>
Valor líquido	<u>234 348</u>	-	<u>234 348</u>
Movimento de 2019			
Adições	-	270	270
Amortização - período	<u>(17 860)</u>	<u>(270)</u>	<u>(18 130)</u>
	<u>216 488</u>	-	<u>216 488</u>
31 de dezembro de 2019			
Custo de aquisição	346 761	13 892	360 653
Amortizações acumuladas	<u>(130 273)</u>	<u>(13 892)</u>	<u>(144 165)</u>
Valor líquido	<u>216 488</u>	-	<u>216 488</u>

P.H.
 H.
 J.S.T.
 A.
 d.



8 Outros investimentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 os ativos reconhecidos nesta rubrica, referem-se a participações em instrumentos de capital sobre os quais a Empresa não tem controlo ou influência significativa, os quais se encontram registados ao custo, conforme se indica:

	<u>% detida</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Investimentos em associadas			
SEGMA	10	19 988	19 988
ONIAÇORES	0,001	5	5
Fundação Eng. José Cordeiro	25,91	2 494	2 494
		<u>22 487</u>	<u>22 487</u>
Outros investimentos			
Fundo de compensação do trabalho		6 182	-
		<u>28 669</u>	<u>22 487</u>

9 Ativos e passivos por impostos diferidos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 os saldos reconhecidos relativamente a impostos diferidos são apresentados no balanço pelo seu valor líquido.

O impacto dos movimentos nas rubricas de impostos diferidos para os períodos apresentados é como se segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Impacto na demonstração dos resultados		
Ativos por impostos diferidos (Nota 31)	<u>(143 776)</u>	<u>(238 528)</u>
	<u>143 776</u>	<u>238 528</u>

Os movimentos ocorridos nas rubricas de ativos e passivos por impostos diferidos para os períodos apresentados são como se segue:




Ativos por impostos diferidos - Movimentos do período

	Imparidade de clientes	Provisão Desmantelamento Parques Eólicos	Depreciações parque eólico da Serra do Cume	Reexpressão ativos produtivos	Imparidade de ativos	Total
A 1 de janeiro de 2019	13 908	339 307	49 846	925 041	6 403 162	7 731 264
Constituição por resultados	-	85 510	-	(229 017)	-	(143 507)
Reversão por resultados	-	-	-	-	(268)	(268)
Movimento do período	-	85 510	-	(229 017)	(268)	(143 776)
A 31 de dezembro de 2019	13 908	424 817	49 846	696 024	6 402 894	7 587 489

	Imparidade de clientes	Provisão Desmantelamento Parques Eólicos	Depreciações parque eólico da Serra do Cume	Reexpressão ativos produtivos	Imparidade de ativos	Total
A 1 de janeiro de 2018	13 908	335 722	49 846	1 166 888	6 403 428	7 969 792
Constituição por resultados	-	3 586	-	(241 847)	-	(238 261)
Reversão por resultados	-	-	-	-	(267)	(267)
Movimento do período	-	3 586	-	(241 847)	(267)	(238 528)
A 31 de dezembro de 2018	13 908	339 307	49 846	925 041	6 403 162	7 731 264

eu
 [Handwritten signature]

10 Inventários

O detalhe de inventários em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é como segue:

	2019	2018
Materiais diversos	78 094	70 600
	78 094	70 600
Imparidade de inventários	-	-
	78 094	70 600

O saldo de materiais diversos refere-se ao inibidor químico utilizado nos poços de produção geotérmicos e Normal Pentano para utilização no sistema de refrigeração dos grupos das centrais geotérmicas.

O custo dos inventários reconhecidos em 2019 como gasto e incluído na rubrica Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas totalizou 278.571 euros (2018: 269.971 euros) (Nota 25).

[Handwritten signature]

11 Clientes

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a composição da rubrica de clientes é como se segue:

		<u>2019</u>	<u>2018</u>
		Corrente	Corrente
Clientes - outros	i)	214 749	419 170
Clientes - grupo (Nota 36)	ii)	3 325 630	3 413 392
Clientes de cobrança duvidosa		<u>81 566</u>	<u>81 566</u>
		3 621 945	3 914 128
Imparidade de clientes		<u>(81 566)</u>	<u>(81 566)</u>
		3 540 379	3 832 562

i) Clientes - outros: nesta rubrica encontram-se registados os saldos a receber de clientes decorrente da prestação de serviços;

ii) Clientes - grupo: o saldo a receber em 2019 refere-se, essencialmente, à eletricidade produzida e faturada no mês de dezembro à EDA (3.266.339 euros) e juros debitados ao acionista (51.399 euros).

Tratando-se de saldos a receber correntes não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

O saldo da rubrica de Perdas por imparidade acumuladas nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 tem o seguinte movimento:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
A 1 de janeiro	81 566	81 566
Aumentos	<u>-</u>	<u>-</u>
A 31 de dezembro	81 566	81 566

12 Estado e outros entes públicos

No período findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 os saldos de impostos a liquidar/recuperar referem-se a:

	2019		2018	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto sobre rendimento - IRC	-	157 599	-	650 120
Imposto sobre rendimento - IRS	-	27 075	-	19 521
Imposto sobre valor acrescentado - IVA	-	583 321	-	786 528
Contribuições para segurança social	-	41 754	-	36 075
Imposto a pagar/recuperar	-	809 749	-	1 492 244

Para os períodos apresentados o saldo relativo ao IRC tem a seguinte decomposição:

	2019	2018
Pagamentos por conta	2 379 705	2 080 653
Retenções na fonte	12 850	14 256
Estimativa de IRC (Nota 31)	<u>(2 550 154)</u>	<u>(2 745 029)</u>
	<u>(157 599)</u>	<u>(650 120)</u>

13 Acionistas

De acordo com a política financeira do Grupo, os excedentes de tesouraria são cedidos ao acionista EDA. Assim, os valores cedidos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são 51.115.000 euros e 44.810.000 euros, respetivamente, os quais vencem juros à taxa anual de 0,13% (2018: 0,17%). Os juros debitados ao acionista perfazem o montante de 64.249 euros (2018: 71.279 euros), conforme Nota 30.

Esta cedência de fundos não tem período de vencimento previsto razão pela qual são classificados como ativo corrente.

14 Outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os saldos de outras contas a receber são como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
	<u>Corrente</u>	<u>Corrente</u>
Outros devedores	75 006	80 563
Pessoal	-	1 883
Adiantamentos a fornecedores	102 872	15 486
	<u>177 878</u>	<u>97 932</u>

*CM
PR
D&A
CF
↓*

15 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a EDAR tem registado na rubrica Diferimentos, os montantes pagos antecipadamente por conta de bens ou serviços a receber em períodos subsequentes como os prémios de seguro.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Seguros	102 354	97 715
Outros FSE	-	34 425
	<u>102 354</u>	<u>132 140</u>

16 Capital subscrito

Em 31 de dezembro de 2019 o capital social da EDAR encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 4.759.994 ações, com o valor nominal de 5 euros cada, detidas pelas seguintes entidades:



	Ações		
	Quantidade	Valor	% detida
EDA - Electricidade dos Açores, S.A.	4 744 905	23 724 525	99,68%
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.	15 089	75 445	0,32%
	4 759 994	23 799 970	100,00%

PH
 J
 Dst
 P.
 d

17 Reservas legais e outras

Estas rubricas registaram os seguintes movimentos durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Total
1 de janeiro de 2018	4 163 000	14 016	52 649 039	56 826 055
Aplicação do resultado do período	436 000	-	8 264 334	8 700 334
Dividendos atribuídos	-	-	(4 759 994)	(4 759 994)
31 de dezembro de 2018	4 599 000	14 016	56 153 379	60 766 395
Aplicação do resultado do período	160 994	-	9 950 497	10 111 491
Dividendos atribuídos	-	-	(5 057 494)	(5 057 494)
31 de dezembro de 2019	4 759 994	14 016	61 046 382	65 820 392

As Reservas legais, que ascendem a 4.759.994 euros, só podem ser utilizadas na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social.

Em conformidade com a Assembleia Geral realizada em 15 de abril de 2019, o resultado apurado no período no montante de 10.111.491 euros foi transferido para Reservas legais, no montante de 160.994 euros, distribuídos dividendos de 5.057.494 euros e foi mantido em resultados transitados o montante de 4.893.003 euros. Os dividendos atribuídos aos acionistas foram assim repartidos:

EDA - Electricidade dos Açores, S.A.	5 041 462
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.	16 032
	5 057 494



18 Outras variações no capital próprio

A rubrica de Outras variações no capital próprio inclui os montantes reconhecidos a título de subsídios ao investimento não reembolsáveis, que registaram os seguintes movimentos durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Subsídios		
1 de janeiro		
Produção geotérmica	11 577 168	12 490 393
Produção eólica e hídrica	1 630 775	1 825 766
Outros	1 124	1 688
	<u>13 209 067</u>	<u>14 317 847</u>
Amortização do período (Nota 28)		
Produção geotérmica	(913 225)	(913 225)
Produção eólica e hídrica	(194 991)	(194 991)
Outros	(562)	(562)
	<u>(1 108 778)</u>	<u>(1 108 779)</u>
31 de dezembro	<u>12 100 289</u>	<u>13 209 067</u>
Outras dívidas a pagar		
1 de janeiro	(2 707 859)	(2 935 158)
Transferência	227 300	227 299
31 de dezembro	<u>(2 480 559)</u>	<u>(2 707 859)</u>
	<u>9 619 730</u>	<u>10 501 208</u>

O saldo não corrente de outras dívidas a pagar é referente ao imposto a pagar no futuro relacionado com os subsídios ao investimento reconhecido no capital próprio.

O saldo desta rubrica não é distribuível aos acionistas.

O saldo líquido desta rubrica é subdividido por:



	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Produção geotérmica	8 477 834	9 203 848
Produção eólica e hídrica	1 141 448	1 296 466
Outros	448	894
	<u>9 619 730</u>	<u>10 501 208</u>

O ajustamento do imposto a pagar no futuro, no montante de 2.480.559 euros (Nota 22) é reconhecido em outras dívidas a pagar (2018: 2.707.859 euros).

19 Provisões

A Empresa reconhece nas suas demonstrações financeiras uma provisão relativa aos gastos de desmantelamento a incorrer no final do período de exploração dos aproveitamentos eólicos. Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os movimentos nesta rubrica foram como se segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
A 1 de janeiro	2 897 093	3 063 713
Efeito financeiro (Nota 30)	15 532	17 491
Dotação do ano (Nota 6)	91 675	(184 111)
Movimento do período	107 207	(166 620)
A 31 de dezembro	3 004 300	2 897 093
Saldo corrente	-	-
Saldo não corrente	3 004 300	2 897 093
	<u>3 004 300</u>	<u>2 897 093</u>

20 Financiamentos obtidos

O detalhe dos financiamentos quanto ao prazo (corrente e não corrente) e por natureza de empréstimo, no final do período, é como segue:

	2019			2018		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos bancários	2 038 636	2 818 182	4 856 818	2 038 636	4 856 818	6 895 455
	2 038 636	2 818 182	4 856 818	2 038 636	4 856 818	6 895 455
Juros a pagar - especialização	7 003	-	7 003	8 374	-	8 374
	2 045 639	2 818 182	4 863 821	2 047 011	4 856 818	6 903 829

Os empréstimos bancários referem-se a crédito negociado junto de instituições de crédito, vencendo juro a taxas anuais compreendidas entre 0,108% e 0,821%. Estes empréstimos serão reembolsados até 2024.

Os encargos financeiros são contabilizados de acordo com o princípio da especialização de períodos e, quando não liquidados, são adicionados ao valor nominal do empréstimo bancário.

21 Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 os saldos de fornecedores são os seguintes:

		2019	2018
Fornecedores - outros	i)	576 693	489 684
Fornecedores - grupo (Nota 36)	ii)	304 312	727 272
		881 005	1 216 956

i) Fornecedores – outros: parte significativa deste saldo refere-se aos saldos a pagar pela aquisição de diversos materiais e serviços incorporados no processo normal da atividade da Empresa;

ii) Fornecedores – grupo: decorre da prestação de serviços das áreas administrativas da EDA e da cedência de pessoal, assim como serviços efetuados nos parques eólicos pela SEGMA.

22 Outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o detalhe da rubrica de Outras dívidas a pagar é como segue:

	2019			2018		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Fornecedores						
Fornec. investimentos - grupo (Nota 36)	5 835	-	5 835	36 393	-	36 393
Fornec. investimentos - outros	2 003 745	-	2 003 745	969 028	-	969 028
i)	2 009 580	-	2 009 580	1 005 421	-	1 005 421
Pessoal	378	-	378	-	-	-
Outros credores						
Credores por garantias prestadas	114 750	458 849	573 599	-	472 500	472 500
Credores diversos	11 876	-	11 876	12 086	-	12 086
Ajustamentos por imposto a pagar	-	2 480 559	2 480 559	-	2 707 859	2 707 859
ii)	114 750	458 849	573 599	-	472 500	472 500
iii)	-	2 480 559	2 480 559	-	2 707 859	2 707 859
Credores por acréscimos de gastos						
Encargos com remunerações	258 250	-	258 250	227 591	-	227 591
Outros acréscimos de custo	2 739 999	-	2 739 999	3 027 456	-	3 027 456
iv)	2 739 999	-	2 739 999	3 027 456	-	3 027 456
	5 134 833	2 939 408	8 074 241	4 272 554	3 180 359	7 452 913

i) Fornecedores de investimentos: esta rubrica refere-se maioritariamente aos saldos a pagar a fornecedores de equipamentos, prestadores de serviços de apoio ao investimento realizado na central geotérmica do Pico Alto;

ii) Credores por garantias prestadas: incluem as cauções prestadas no âmbito da construção da central geotérmica do Pico Alto, montantes que serão liquidados em 2020 e 2021;

iii) Como indicado na Nota 18, o saldo não corrente desta rubrica é referente ao imposto a pagar no futuro relacionado com os subsídios ao investimento reconhecidos no capital próprio;

iv) Credores por acréscimos de gastos: a rubrica de outros acréscimos de custos refere-se essencialmente à compensação financeira que a EDAR terá de pagar à Região Autónoma dos Açores como contrapartida da exploração dos recursos geotérmicos relativa ao período de 2019 no montante de 2.347.411 euros (2018: 2.503.085 euros) e 392.588 euros (2018: 524.371 euros) respeitantes aos gastos incorridos e a faturar por terceiros em diversas obras de investimento e de exploração. A taxa de incidência para a determinação da compensação foi de 12,5% em 2019 e 2018 para o Campo Geotérmico da Ribeira Grande e 10% em 2019 e 2018 para a Central Geotérmica do Pico Alto (Nota 29).

23 Vendas e serviços prestados

O montante de vendas e prestações de serviços reconhecido na Demonstração dos resultados é detalhado como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Vendas de eletricidade		
Hídrica	2 981 565	2 659 537
Eólica	5 778 020	5 879 750
Geotérmica	<u>19 266 687</u>	<u>20 437 437</u>
	<u>28 026 272</u>	<u>28 976 724</u>
Serviços Prestados		
Outros	<u>-</u>	<u>551</u>
	<u>28 026 272</u>	<u>28 977 275</u>

As vendas de eletricidade, no montante de 28.026.272 euros, são efetuadas na totalidade ao acionista EDA (Nota 36).

24 Trabalhos para a própria entidade

O detalhe dos trabalhos para a própria empresa para os períodos apresentados refere-se à seguinte natureza de gastos incorridos:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Fornecimentos e serviços externos	70 317	11 510
Gastos com pessoal	347 815	-
Outros gastos e perdas	<u>740</u>	<u>4 539</u>
	<u>418 872</u>	<u>16 049</u>

cu
 28
 28
 28



25 Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O detalhe do custo das matérias consumidas demonstra-se como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Inventários iniciais (Nota 10)	70 600	90 891
Compras	286 065	249 680
Inventários finais (Nota 10)	<u>(78 094)</u>	<u>(70 600)</u>
	<u>278 571</u>	<u>269 971</u>

26 Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos custos com fornecimentos e serviços externos registados em 2019 e 2018 é como segue:

		<u>2019</u>	<u>2018</u>
Conservação e reparação	i)	2 570 655	1 947 020
Trabalhos especializados	ii)	1 058 785	1 403 957
Subcontratos	iii)	428 221	504 731
Seguros	iv)	343 599	340 514
Vigilância e segurança		112 527	111 114
Rendas e alugueres		107 591	96 604
Deslocações e estadas		91 464	69 098
Eletricidade		79 678	86 819
Combustíveis		58 834	34 896
Transporte de mercadorias		51 631	19 054
Limpeza, higiene e conforto		50 512	50 114
Ferramentas e utensílios		39 711	30 240
Honorários		30 192	9 793
Outros fluídos		14 106	21 674
Outros (inferiores a 15.000 euros)		<u>87 565</u>	<u>70 961</u>
		<u>5 125 071</u>	<u>4 796 588</u>

i) A rubrica de Conservação e reparação refere-se essencialmente a gastos com a aquisição de material a incorporar na conservação do equipamento produtivo da Empresa;

ii) Os gastos com Trabalhos especializados incluem os serviços de informática, os honorários para a revisão legal das contas e auditoria, serviços de apoio das áreas administrativas




 P.M.
 J.P.
 J.P.
 J.P.

prestados pelo acionista EDA e serviços relacionados com a monitorização dos campos geotérmicos e parques eólicos;

iii) Os gastos com Subcontratos dizem respeito essencialmente à cedência de pessoal do acionista EDA à Empresa;

iv) Seguros contratados para os trabalhos de exploração de recursos geotérmicos e parques eólicos.

27 Gastos com pessoal

Os Gastos com pessoal incorridos durante os períodos de 2019 e 2018 foram como segue:

	2019	2018
Remunerações		
Orgãos sociais (Nota 36)	222 387	208 867
Pessoal	<u>1 281 338</u>	<u>1 146 064</u>
	<u>1 503 725</u>	<u>1 354 931</u>
Outros gastos		
Encargos sobre remunerações	331 102	298 371
Prémios para benefícios reforma	34 223	34 987
Gastos de ação social	26 699	23 223
Pensões	10 088	10 088
Formação profissional	440	16 500
Indemnizações	-	2 144
Outros	<u>20 296</u>	<u>18 697</u>
	<u>422 846</u>	<u>404 009</u>
	<u>1 926 571</u>	<u>1 758 940</u>

O número médio de empregados em 2019 foi de 57 (2018: 53).

Os gastos com Prémios para benefícios de reforma referem-se a contribuições para planos de contribuição definida no montante de 34.223 euros (2018: 34.987 euros).

Em 2019 e 2018, o valor pago de complemento de reforma a 3 ex-colaboradores não abrangidos por qualquer dos planos descritos ascendeu a 10.088 euros.

Em 2019, a EDAR beneficiou com contratos de apoio ao emprego no montante de 4.800 euros (2018: 282 euros), reconhecidos na rubrica de subsídios à exploração.




28 Outros rendimentos

A rubrica de Outros rendimentos pode ser apresentada como segue:

	2019	2018
Reconhecimento de subsídios ao investimento i)	1 108 779	1 108 779
Rendimentos suplementares ii)	6 164	102 941
Dividendos	31 500	37 900
Diferenças cambiais	13 851	673
Restituição de Impostos	9 430	-
Correções relativas a períodos anteriores	4 195	-
Outros rendimentos operacionais	-	1
	1 173 919	1 250 294

i) Esta rubrica refere-se ao reconhecimento dos subsídios ao investimento não reembolsáveis obtidos (Nota 18) e reparte-se do seguinte modo:

	2019	2018
Produção geotérmica	913 225	913 225
Produção eólica e hídrica	194 991	194 991
Outros	563	563
	1 108 779	1 108 779

ii) Nesta rubrica está incluída a compensação às deslustragens.

29 Outros gastos

O detalhe da rubrica de Outros gastos é apresentado no quadro seguinte:

	2019	2018
Impostos e taxas i)	2 368 380	2 533 041
Donativos	34 852	11 500
Indemnizações de exploração	22 565	23 187
Outros gastos operacionais	14 513	15 289
Diferenças cambiais	3 850	2 841
Alienações - Investimentos não financeiros	134	-
Multas e penalidades	-	4
	2 444 294	2 585 861




i) A rubrica de imposto compreende essencialmente a taxa de compensação financeira que a EDAR terá de pagar à Região Autónoma dos Açores pela exploração dos recursos geotérmicos. Até ao final de 2019, o valor da compensação ainda não foi liquidado e ascende a 2.347.411 euros (2018: 2.503.085 euros). A taxa de compensação em 2019 e 2018 que é aplicada sobre as vendas de energia geotérmica é de 12,5% para o Campo Geotérmico da Ribeira Grande na ilha de São Miguel e de 10% para a Central Geotérmica do Pico Alto na ilha Terceira (em 2020, será alterada para 12,5%).

*pe
 az
 dist
 az
 d*

30 Gastos e rendimentos financeiros

O detalhe dos gastos e rendimentos similares para os períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	21 160	24 264
Provisão desmantelamento - efeito financeiro	15 532	17 491
Outros gastos e perdas financeiros	38 937	52 435
	<u>75 629</u>	<u>94 190</u>
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros acionistas (Notas 13 e 36)	64 249	71 279
	<u>64 249</u>	<u>71 279</u>

i) Juros referentes aos empréstimos contraídos pela EDAR para o financiamento das suas atividades;

31 Imposto sobre o rendimento

A decomposição do montante de imposto sobre o rendimento reconhecido nas demonstrações financeiras é conforme segue:

[Handwritten signature]

	2019	2018
Imposto sobre rendimento corrente (Nota 12)	2 550 154	2 745 029
Diferenças de estimativa de imposto exercícios anteriores	(29 953)	(194 012)
Imposto sobre rendimento diferido (Nota 9)	143 776	238 528
	2 663 977	2 789 545

A taxa de imposto utilizada para a valorização das diferenças tributárias à data de balanço do período findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foi de 20,5%.

A reconciliação do montante de imposto do período é conforme segue:

	2019	2018
Resultado antes de impostos	12 054 361	12 901 036
Diferenças temporárias:		
Imparidade de ativos depreciáveis ou amortizáveis	50 135	77 974
Outros	63	63
Diferenças permanentes:		
Outros	18 439	23 919
Lucro Tributável / (Prejuízo Fiscal)	12 122 998	13 002 991
Matéria coletável	12 122 998	13 002 991
Taxa nominal de imposto	16,80%	16,80%
	2 036 664	2 184 503
Derrama Municipal	181 845	195 045
Derrama Estadual	328 920	364 120
Deduções à coleta	-	(725)
Tributação autónoma	2 725	2 087
Imposto diferido	143 776	238 528
Diferenças de estimativa de imposto exercícios anteriores	(29 953)	(194 012)
Impostos sobre o rendimento do exercício	2 663 977	2 789 545

A taxa de imposto adotada na determinação do montante de imposto nas demonstrações financeiras é conforme segue:

Handwritten notes and signatures in blue ink on the right margin.

Handwritten signature in blue ink at the bottom left.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Taxa de imposto	16,80%	16,80%
Derrama	1,50%	1,50%
Derrama estadual		
> 1.500.0000 e < 7.500.000	2,40%	2,40%
> 7.500.0000 e < 35.000.000	4,00%	4,00%
> 35.000.000	7,20%	7,20%

32 Dividendos

Os dividendos pagos durante o período de 2019 foram de 5.057.494 euros (2018: 4.759.994 euros) (Nota 17).

33 Compromissos

Os compromissos assumidos pela Empresa à data do balanço dos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são como segue:

Compromissos para investimentos

Os compromissos assumidos pela EDAR referem-se a adjudicações já efetuadas relativas a empreitadas e equipamentos, conforme segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Empreitadas e equipamentos	3 380 121	2 427 220
	<u>3 380 121</u>	<u>2 427 220</u>




34 Contingências

Passivos contingentes

A EDAR tem as seguintes garantias bancárias prestadas:

Beneficiário	Objeto	Início	2019	2018
Direção Regional Energia	Atribuição de concessão para utilização privativa da Ribeira Quente (S. Miguel) para a produção de energia hidroelétrica	2018	22 001	22 001
Direção Regional Energia	Atribuição de concessão para utilização privativa da Ribeira Grande (Flores) para a produção de energia hidroelétrica	2018	83 691	83 691
Região Autónoma Açores	Pedido de concessão de exploração de recursos geotérmicos do Pico Alto	2017	250 000	250 000
Região Autónoma Açores	Pedido de concessão de exploração de recursos geotérmicos	2016	249 399	249 399
Vice Presidência Governo, Emprego e Competitividade Empresarial	Pedido de concessão de exploração de recursos geotérmicos no Pico Alto, Ilha Terceira	2015	1 000	1 000
BEI	Garantia exigida aquando do desembolso do empréstimo EDA Power VII-B	2012	2 727 273	3 272 727
Alfândega de Ponta Delgada	Isenção de Imposto sobre produtos petrolíferos na aquisição de matérias-primas	1990	2 494	2 494
			3 335 858	3 881 312

Ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a EDAR não tinha identificado quaisquer ativos contingentes.

35 Matérias ambientais

No período de 31 de dezembro de 2019 e 2018 não foram atribuídos à Empresa quaisquer subsídios ou incentivos relacionados com matérias ambientais.

A Empresa apresenta nas suas demonstrações financeiras uma provisão destinada ao desmantelamento dos equipamentos e infraestruturas dos parques eólicos no final das suas vidas úteis, a qual também incorpora uma parte de componente ambiental (reposição de

terrenos nas suas condições iniciais). A Administração utilizou o seu melhor conhecimento do negócio, bem como o seu conhecimento das melhores práticas do mercado, de forma a estimar os gastos que deverão vir a ser incorridos no final dos respetivos períodos de exploração. Estas provisões foram reconhecidas nas demonstrações financeiras da Empresa de acordo com a NCRF 7, constituindo-se por incremento do Ativo, sendo reconhecida anualmente a depreciação do mesmo.

No âmbito do desenvolvimento da sua atividade, não incorreu em encargos significativos de carácter ambiental, com exceção daqueles estiveram relacionados com o desenvolvimento de um campo de desgaseificação na área das Caldeiras da Ribeira Grande. Em conformidade com a informação disponível e, embora a atividade possa permanecer, a Administração entende que os danos e prejuízos que possam vir a ocorrer com este acontecimento não assumirão no futuro quaisquer montantes materialmente significativos.

No que respeita aos aproveitamentos hídricos e geotérmicos, a Administração considera que, tendo em consideração o tipo de ativos e a lógica de continuidade das operações na Região Autónoma dos Açores, independentemente da existência de um contrato formal que preveja a reversão destes equipamentos produtivos para o Governo Regional ou outra entidade pública, a Empresa terá a responsabilidade de realizar os investimentos de manutenção necessários para manter as condições normais de funcionamento, não havendo lugar a desembolsos futuros com o desmantelamento e/ou remoção destes equipamentos.

A Administração está convicta de que não existem, nesta data, outras obrigações ou contingências provenientes de acontecimentos passados de que resultem encargos materialmente relevantes para a Sociedade, para além do referido na Nota 34.

36 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a EDAR é detida pela EDA que detém 99,68% do capital da Empresa.

36.1. Remuneração dos órgãos sociais

Os Órgãos de Gestão da EDAR foram considerados de acordo com a NCRF 5 – Partes



relacionadas como sendo os únicos elementos chave da gestão da Empresa. Durante o período findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 as remunerações auferidas pelos mesmos são conforme segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Remunerações (Nota 27)	222 387	208 867
	<u>222 387</u>	<u>208 867</u>

Os membros dos Órgãos de Gestão da EDAR não realizaram qualquer tipo de contrato com a Empresa, para os períodos apresentados.

Adicionalmente foram pagos aos restantes Órgãos Sociais os seguintes montantes:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Fiscal Único	15 000	15 000
	<u>15 000</u>	<u>15 000</u>

36.2. Transações entre partes relacionadas

(a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

Acionistas:

EDA – Electricidade dos Açores, S.A.

SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.

Por via de Acionistas:

GLOBALEDA – Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A.

NORMA - AÇORES - Sociedade de Estudos e Apoio ao Desenvolvimento Regional, S.A.

(b) Transações e saldos pendentes

i) Acionistas:

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a EDAR efetuou as seguintes

transações com os seus acionistas:

Vendas

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
EDA - Electricidade dos Açores, S.A. (Nota 23)	28 026 272	28 976 724
	<u>28 026 272</u>	<u>28 976 724</u>

Juros e rendimentos similares obtidos

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
EDA - Electricidade dos Açores, S.A. (Nota 13 e 30)	64 249	71 279
	<u>64 249</u>	<u>71 279</u>

Compras de produtos e serviços

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
EDA - Electricidade dos Açores, S.A.	623 263	684 511
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.	576 439	432 052
	<u>1 199 702</u>	<u>1 116 563</u>

Saldos devedores e credores

No final dos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 os saldos resultantes de transações efetuadas com os acionistas são como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Saldos devedores		
EDA - Electricidade dos Açores, S.A.	a) 54 440 630	48 223 392
	<u>54 440 630</u>	<u>48 223 392</u>
Saldos credores		
EDA - Electricidade dos Açores, S.A.	137 890	545 156
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.	160 140	179 692
	<u>298 030</u>	<u>724 848</u>

a) Compreende 51.115.000 euros e 44.810.000 euros em dezembro de 2019 e 2018, respetivamente, correspondente às cedências de fundos ao acionista EDA que vence juros




conforme indicado na Nota 13. Adicionalmente, inclui eletricidade do mês de dezembro no montante de 3.274.231 euros e juros no montante de 51.399 euros (Nota 11).

ii) Outras partes relacionadas:

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a EDAR efetuou as seguintes transações com outras partes relacionadas:

Compras de produtos e serviços

	2019	2018
GLOBALEDA – Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A.	16 493	32 633
NORMA - AÇORES - Sociedade de Estudos e Apoio ao Desenvolvimento Regional, S.A.	41 150	137 298
	57 643	169 931

Saldos devedores e credores

No final dos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 os saldos resultantes de transações efetuadas com partes relacionadas por via de acionistas são como segue:

	2019	2018
Saldos credores		
GLOBALEDA – Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A.	2 786	15 229
NORMA - AÇORES - Sociedade de Estudos e Apoio ao Desenvolvimento Regional, S.A.	9 330	23 588
	12 117	38 817

37 Disposições legais

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não existiam valores em dívida à Segurança Social nem à Administração Fiscal.




38 Eventos subsequentes

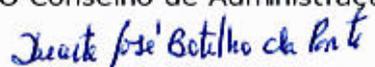
Até à data da aprovação destas demonstrações financeiras o Conselho de Administração não tomou conhecimento de quaisquer eventos subsequentes que devam ser alvo de registo ou divulgação nas presentes demonstrações financeiras.

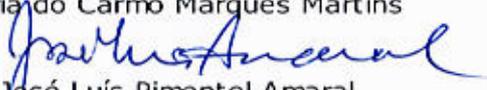
O Grupo EDA onde a Empresa se insere tem vindo a acompanhar a evolução do vírus covid-19, tendo sido implementado um Plano de contingência que passa por aumentar as condições de proteção de todos os colaboradores, sem impactos na produção de eletricidade a partir de fontes renováveis. Face ao clima de incerteza quanto à duração desta crise, mesmo tendo em consideração a atividade da Empresa que se limita à produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis com garantia de venda de toda a eletricidade que produz à EDA – Electricidade dos Açores, S.A., sendo esta também a principal acionista, neste momento não nos é possível quantificar a dimensão desta crise e dos seus efeitos.

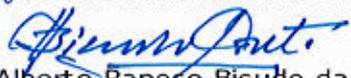
Contudo, é nosso entendimento que o pressuposto da continuidade utilizado na preparação das demonstrações da Empresa em 31 de dezembro de 2019 se mantém apropriado.

O Contabilista Certificado

Cláudio Manuel Raposo Torres

O Conselho de Administração

Duarte José Botelho da Ponte


Maria do Carmo Marques Martins

José Luís Pimentel Amaral


Carlos Alberto Raposo Bicudo da Ponte

David Luís Ramalhinho Estrela

cu
h
D
K
a

APRECIÇÃO E CERTIFICAÇÃO DE CONTAS

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

[Handwritten signatures]



**RELATÓRIO E PARECER
DO FISCAL ÚNICO**

Senhores acionistas,

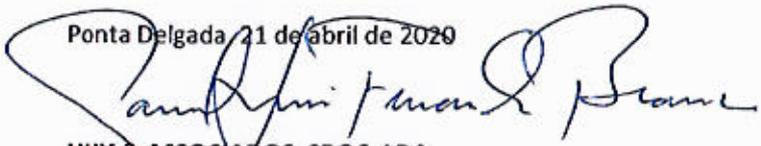
Em cumprimento dos preceitos legais e estatutários, e tendo examinado oportunamente o Relatório do Conselho de Administração, o Balanço, as Demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa e o Anexo da EDA Renováveis, S.A. (a Entidade), respeitantes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, vem o Fiscal Único submeter a vossa apreciação o seu relatório e parecer.

1. No desempenho das funções que lhe são cometidas, o Fiscal Único procedeu com resultados satisfatórios e com a frequência e a extensão que entendeu necessárias, a uma revisão geral dos procedimentos contabilísticos e a outros elementos comprovativos.
2. O Fiscal Único acompanhou, com a devida regularidade, a gestão da atividade da Entidade, tendo obtido do Conselho de Administração todos os elementos, esclarecimentos e informações necessários ao cumprimento das funções que lhe competem.
3. O Fiscal Único considera que o Relatório de gestão foi elaborado em conformidade com os parâmetros referidos no artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, indicando de forma clara a evolução passada e previsível dos negócios da Entidade, tendo presente a situação de emergência sanitária decorrente da evolução do COVID-19. Salientamos que o Conselho de Administração tem adotado as medidas que se revelam necessárias em termos de segurança e contingência e, naturalmente, seguirá todas as imposições legais e de natureza diversa emanadas pelas autoridades competentes que sejam de aplicação prática e apropriadas para a Entidade. Esta situação terá reflexos negativos sobre a atividade e a rentabilidade da Entidade durante o ano de 2020, cujo impacto não é possível de ser determinado, havendo, no entanto, recursos financeiros adequados para manter a atividade operacional.
4. O Fiscal Único considera que as demonstrações financeiras satisfazem os preceitos legais e estatutários e refletem a posição dos registos contabilísticos no fecho do exercício.
5. As políticas contabilísticas adotadas na preparação das contas são as constantes do Anexo às demonstrações financeiras e correspondem à correta avaliação do património social e estão em conformidade com os requisitos legais.

6. Em face do que antecede, emitimos o seguinte parecer:

- (a) Aproveis o Relatório, o Balanço, as Demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa e o Anexo preparados pelo Conselho de Administração com referência ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, e
- (b) Aproveis a proposta do Conselho de Administração sobre a aplicação de resultados do exercício.

Ponta Delgada, 21 de abril de 2020


UHY & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Manuel Luís Fernandes Branco (ROC nº 652)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

EU
|
DST
|
de

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **EDA Renováveis, S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 126.263.592 euros e um total de capital próprio de 108.630.477 euros, incluindo um resultado líquido de 9.390.385 euros), as demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa relativas ao período findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **EDA Renováveis, S.A.** em 31 de dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Decorrente da evolução dos efeitos do surto do COVID 19, classificado como pandemia pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020, poderão vir a ocorrer factos e tomadas de decisões que eventualmente tenham impacto significativos com reflexos nas operações futuras e na situação patrimonial e financeira da Entidade. Conforme descrito na Nota 3 e 38 do anexo às demonstrações

financeiras, atendendo à informação atualmente disponível no que respeita à extensão e gravidade desta situação, o Conselho de Administração considera que existem condições para enfrentar as incertezas futuras, mantendo como adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

A nossa opinião não é modificada com respeito a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

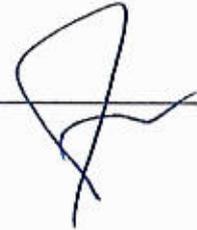
O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:



- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

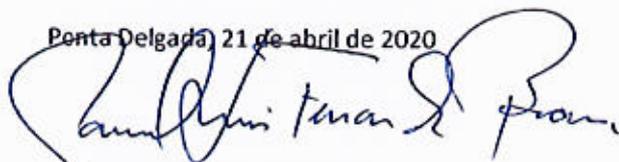
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Ponte Delgada, 21 de abril de 2020



UHY & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Manuel Luís Fernandes Branco (ROC nº 652)

RELATÓRIO DE AUDITORIA

eu
Jan
R.
d

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da EDA Renováveis, S.A. ("Entidade"), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 126.263.592 euros e um total de capital próprio de 108.630.477 euros, incluindo um resultado líquido de 9.390.385 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da EDA Renováveis, S.A. em 31 de dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Conforme descrito nas Notas 3 e 38, a Entidade tem vindo a acompanhar a evolução do surto do vírus Covid-19 e a implementar um plano de contingência para assegurar o normal funcionamento das suas operações. Contudo, face à incerteza que esta situação envolve, são igualmente incertos os impactos futuros que a mesma possa acarretar para a Entidade. A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

"Deloitte" refere-se a uma ou mais firmas membro e respetivas entidades relacionadas da rede global da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"). A DTTL (também referida como "Deloitte Global") e cada uma das firmas membro são entidades legais separadas e independentes. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação acesse a www.deloitte.com/pt/about

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matricula: 501776311 | Capital social: € 500.000
Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa
Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 - 13º, 4150-146 Porto

© 2020. Para informações contacte Deloitte & Associados, SROC S.A.



- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

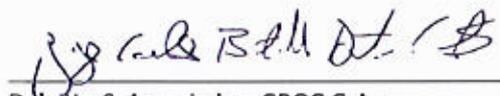
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 21 de abril de 2020



Deloitte & Associados, SROC S.A.

Representada por Jorge Carlos Batalha Duarte Catulo, ROC